

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 9 - VOLUME 9 - NÚMERO 2

2015



UFRJ



Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2015

Ano 9

Volume 9

Número 2

Revista de História Comparada (2015) – Ano 9 – Volume 9 – Número 2 – ISSN: 1981-383X
Copyright© by Leila Rodrigues da Silva, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Fábio de Souza Lessa , Flávio
Gomes e Paulo Duarte Silva (editores) *et alii*, 2015.

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 9, v. 9, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2015.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: hcomparada@historia.ufrj.br

Site: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br>

Revisão:

Leila Rodrigues da Silva
Paulo Duarte Silva

Apoio Técnico:

Juliana Salgado Raffaeli
Hiram Alem
Valtair A. Miranda
Vítor Luiz Silva de Almeida

Projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

Scuola di Atene (1509-1511) de Raffaello Sanzio – Vaticano

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 9 – Volume 9 – Número 2 – dezembro/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretor: Fábio de Souza Lessa

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenadora: Leila Rodrigues da Silva

EDITOR RESPONSÁVEL

Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Juliana Salgado Raffaeli (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Hiram Alem (Mestrando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Valtair A. Miranda (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Vítor Luiz Silva de Almeida (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

Artigos

- HISTÓRIA COMPARADA, LITERATURA E DISCURSO** 6
COMPARATIVE HISTORY, LITERATURE AND DISCOURSE
Alexandre Santos de Moraes
- A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES À INTERPRETAÇÃO BÍBLICA CONTEMPORÂNEA** 18
HISTORY OF WRITTEN CULTURE AND YOURS CONTRIBUTIONS TO CONTEMPORARY BIBLICAL INTERPRETATION
Anderson de Oliveira Lima
- O KAMA-SUTRA: DE VATSYAYANA A RICHARD FRANCIS BURTON** 36
THE KAMA-SUTRA: VATSYAYANA TO RICHARD FRANCIS BURTON
Felipe Salvador Weissheimer, Marlene de Fáveri
- NOTÍCIAS IBÉRICAS NO LIVRO III DE JEAN FROISSART (1337-1405): NOTAS SOBRE A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BAIXA IDADE MÉDIA** 66
IBERIAN NEWS IN *BOOK III* OF THE JEAN FROISSART'S *CHRONICLES* (1337-1405): THE CIRCULATION OF INFORMATION IN THE LATE MIDDLE AGES
Marcella Lopes Guimarães
- A NAÇÃO AMADA, A NAÇÃO FUSTIGADA: PERCURSOS, RACIONALIDADES E VARIAÇÕES DA HISTÓRIA COMPARADA** 82
BELOVED NATION, BUFFETED NATION: PATHWAYS, RATIONALITIES AND VARIATIONS OF COMPARATIVE HISTORY
Elio Chaves Flores
- AS TEMPORALIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRUZADA ENTRE ARGENTINA E BRASIL** 111
THE TEMPORALITIES OF PUBLIC POLICY OF DISABILITY: AN ENTANGLED PERSPECTIVE BETWEEN ARGENTINA AND BRAZIL
Gildas Bregain
- APENAS UMA ESPÉCIE DE CAOS NO INTERIOR TENEBROSO DA SEMÂNTICA: A PROBLEMÁTICA RELAÇÃO DE TORQUATO NETO COM OS CÓDIGOS COMUNICATIVOS DE SEU TEMPO** 148
JUST SORT OF CHAOS IN THE DARK INTERIOR OF SEMANTICS: THE PROBLEMATIC RELATIONSHIP OF TORQUATO NETO WITH THE COMMUNICATIVE CODES OF ITS TIME
Edwar de Alencar Castelo Branco
- UM ESTUDO COMPARATIVO DOS WEBSITES DE TRÊS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSITÁRIOS** 161
A COMPARATIVE STUDY OF THREE DOCUMENTATION CENTRE UNIVERSITY WEBSITES
Márcia T. Cavalcanti

HISTÓRIA COMPARADA, LITERATURA E DISCURSO

Alexandre Santos de Moraes¹
Universidade Federal Fluminense

Recebido: 01/08/2015
Aprovado: 15/12/2015

Resumo: O artigo apresenta algumas reflexões sobre o uso do método comparativo em pesquisas com documentação literária. A ênfase recai sobre a questão da interdiscursividade e a correlata necessidade de reconhecer a historicidade que preside as formações discursivas.

Palavras-chave: Interdiscursividade; História Comparada; Documentação Literária.

COMPARATIVE HISTORY, LITERATURE AND DISCOURSE

Abstract: This article presents some reflections on the use of the comparative method in researches on literary sources. The emphasis is on the question of interdiscursivity and the related need to recognize the historicity that presides discursive formations.

Keywords: Interdiscursivity; Comparative History; Literary Sources.

Quase no fim de *Dom Casmurro*, um dos maiores clássicos da língua portuguesa, Machado de Assis faz uma analogia literária assaz significativa para descrever a situação em que o protagonista se via envolvido. Bentinho é socialmente coagido a escrever um elogio fúnebre a Escobar, o melhor amigo que julgava ter tido um envolvimento amoroso com Capitu e a quem creditava a paternidade de Ezequiel. O romance foi estruturado em pequenos capítulos de dimensões extremamente variáveis. A associação de Bentinho com Príamo, rei troiano celebrizado pela *Ilíada* de Homero, compreende todo o pequeno capítulo 125, abaixo reproduzido e que, por uma feliz coincidência para os propósitos deste artigo, recebeu o título de *Uma comparação*:

Príamo julga-se o mais infeliz dos homens, por beijar a mão daquele que lhe matou o filho. Homero é que relata isto, e é um bom autor, não obstante contá-lo em verso, mas há narrações exatas em verso, e até mau verso. Compara tu a situação de Príamo com a minha; eu acabava

¹ Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências e Filosofia. Rua Prof. Marcus Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, Sala 501, Gragoatá. 24210-380. Niterói, RJ, Brasil. E-mail: asmoraes@gmail.com.

de louvar as virtudes do homem que recebera, defunto, aqueles olhos ... É impossível que algum Homero não tirasse da minha situação muito melhor efeito, ou quando menos, igual. Nem digas que nos faltam Homeros, pela causa apontada em Camões; não, senhor, faltam-nos, é certo, mas é porque os Príamos procuram a sombra e o silêncio. As lágrimas, se as têm, são enxugadas atrás da porta, para que as caras apareçam limpas e serenas; os discursos são antes de alegria que de melancolia, e tudo passa como se Aquiles não matasse Heitor.²

A fama do escritor Machado de Assis é inseparável de sua competência leitora de reconhecida erudição. Sua familiaridade com os Clássicos, particularmente com os gregos, sempre foi insistentemente alardeada. Antonio Salles, tio de Pedro Nava, o descrevia como “uma alma grega, exilada em nossos lares”, tal como Graça Aranha, que em um discurso na Academia Brasileira de Letras, chamou-o “um helênico no meio dos bárbaros”.³ De certa forma, é impossível desconsiderar que cada narrativa literária evoca outras tantas narrativas pregressas, tanto aquelas que tenham sido diretamente estudadas pelo autor quanto aquelas que conformaram temas célebres nas tradições e que se tornam conhecidas de modo mediado, sem que saibamos ao certo como, onde e quando surgiram. Essa constatação é imprescindível para o comparativismo histórico que recorre à literatura como documentação.

O exemplo de Machado de Assis expõe não apenas um artifício literário, mas também uma dimensão de presentificação da Antiguidade Clássica no Brasil novecentista. Se considerarmos como axioma que toda produção literária é histórica, o que exige atenção para as condições sociais de produção, somos capazes de admitir que Machado recorreu a Homero não apenas porque o *aedo* cego de Quios se tornou célebre pela autoria da *Ilíada* e da *Odisseia*, mas porque as epopeias também representam uma etapa decisiva de nossa formação como sujeitos históricos. A estética literária exige a empatia do leitor, e isso seria

² ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Moderna, 1983. p. 143-144.

³ Tomo essas citações de empréstimo do livro *Machado de Assis Leitor: uma viagem à roda de livros* (BRANDÃO, R. S.; OLIVEIRA, J. M. R. **Machado de Assis Leitor: uma viagem à roda de livros**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.), escrito de Ruth Silviano Brandão e José Marcos Resende Oliveira. Como indicação, vale também a leitura do artigo *A Grécia de Machado de Assis* (BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A Grécia de Machado de Assis*. In: MENDES, E. et al. **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: FALE, 2001.), de Jacyntho Lins Brandão, ao qual os autores supracitados fazem inúmeras referências.

impossível caso não partilhássemos os valores que a própria estética exige para acontecer.

Essa constatação impõe ao analista uma cautela particular em se tratando de fontes literárias, independentemente da escolha do método comparativo adotado, bem como das distâncias ou proximidades temporais e/ou espaciais das sociedades estudadas. A lógica interna da literatura tem o poder de enublar determinadas fronteiras, por vezes com tanta habilidade, com tanta mestria, que a História parece refém das narrativas, como fez Machado de Assis com Homero, tornando a apropriação do tema antigo tão pertinente na comparação que ele próprio propõe que o poeta grego parecia ter escrito não para seus ouvintes dos séculos X ao IX a.C., mas para aqueles que aguardavam entusiasticamente por uma nova edição do folhetim que publicava os escritos machadianos.

É neste exato ponto que é preciso refletir sobre o ardil. Ora, se toda obra literária é devedora das condições sociais que permitiram sua gênese, uma análise em perspectiva diacrônica – ainda tomando como medida o exemplo proposto – dos sentidos das pressões sociais que levam alguém a “beijar a mão” de um inimigo, não passa simplesmente pela comparação dos aspectos sociais envolvidos nos textos. Príamo o fez porque julgava mais importante resgatar o corpo morto do filho e prestar-lhe as honras fúnebres; Bentinho, porque foi coagido a sublimar seu ódio para não revelar sua certeza (ainda que entendamos como suspeita) de que fora traído, o que certamente o tornaria objeto de opróbrio e vergonha no Rio de Janeiro no século XIX. Decerto, são duas questões que possuem similitudes e diferenças, ambas envolvidas pelo comportamento diante da morte e que não estão imunes ao exercício comparativo, mas há que se considerar prudentemente que a construção literária da segunda operou sob um paradigma que fora inaugurado pela primeira. Em outras palavras, a comparação deve cotejar a lógica da *apropriação* de um tema, de certa forma compreendida segundo o conceito de *interdiscursividade*.

Certamente, os estudos da linguagem dispõem de vários caminhos para abordar o fenômeno. Em meio a conceitos próximos e de certa forma correlatos, a noção de discurso e *interdiscursividade* parece não apenas mais operativa, mas também mais significativa para os estudos históricos de fontes literárias. Por

princípio, admite-se que nenhum texto fala “sozinho”: ainda que nem sempre seja possível reconhecer a precedência, considera-se que todo discurso evoca, consciente ou inconscientemente, um discurso anterior. Desta forma, como aponta Sara Oliveira, o “discurso é simultaneamente retrospectivo e prospectivo, de tal feita que o *aqui e agora* é apenas uma posição de *stand-by* de/para outros textos”.⁴

No caso da Análise de Discurso Francesa, o discurso é pensando no entrecruzamento disciplinar entre a Linguística, o materialismo histórico e a Psicanálise, tal como proposto por Michel Pêcheux a partir da década de 1960. Em sua defesa da disciplina, Eni Orlandi⁵ considera a necessidade de substituir os esforços de entender o que o texto quer dizer pela compreensão de como o texto significa. O fundamento reza que se considere não o conteúdo da mensagem, mas o discurso propriamente, entendido como “efeito de sentido entre locutores”.⁶

É neste ponto que o conceito de interdiscurso se radica, ainda que seja necessário problematizá-lo em alguns aspectos. O interdiscurso é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, também compreendido como uma espécie de “memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.⁷ De certo modo, o interdiscurso em tal perspectiva é considerado como uma voz que soa do inaudível, e não na assunção deliberada de uma formação discursiva pregressa. Ele está ali, rodando ocultamente as falas, orientando nos limites e formas de dizer, sem que tais limites ou formas estejam racionalmente compreendidos ou disponíveis para serem escolhidos. O interdiscurso seria “um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”.⁸ Pesa o componente decisivo do esquecimento, que determina o sentido daquilo que dizemos sem que estejamos conscientemente atentos à memória que sustenta a mesma capacidade de dizer: “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o

⁴ OLIVEIRA, Sara. The unthinkable unprecedented: intertextuality in newspaper genres. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2004. p. 13.

⁵ ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010. p. 17.

⁶ Ibidem. p. 21.

⁷ Ibidem. p. 31.

⁸ Ibidem. p. 33.

‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras”.⁹ Daí a distinção entre interdiscurso e intertexto, ao passo que o último restringe-se à relação de um texto com outros textos.

O exemplo de Machado de Assis seria, portanto, uma estratégia de *intertextualidade* ou *transtextualidade*, indicando deliberadamente a presença de um texto em outro. Outrossim, trata-se de uma distinção cujas fronteiras não são muito claras quando se transcende os aspectos gramaticais e tipologizantes. Reconhecer um intertexto nem sempre é tarefa simples: quando não há indicação, como fez Machado de Assis, a exigência é identificar certa ordem de textos pregressos com os quais o autor possa ter tido contato. No entanto, nenhuma apropriação é superficial, seja pela subjetividade do autor, que o refaz em função de suas visões de mundo (ou *ideologia*, como Pêcheux certamente entenderia), seja pela historicidade que estrutura as condições sociais de produção de todo discurso. Nesse sentido, a interdiscursividade é sempre uma forma de dizer algo novo a partir da elaboração de algo que anteriormente foi dito. Se está explícito textualmente, como em muitos casos, ou implícito de forma pouco discernível, pouca diferença faz: as possíveis relações de sentido nunca estão sob o controle de alguém, seja ele autor, leitor ou analista.

Todo intertexto comporta um interdiscurso, ainda que o contrário não seja verdadeiro. Mais do que isso, no caso literário, as formações discursivas possuem um diálogo intenso no interior da própria literatura. Não seria escandaloso reconhecer em *Dom Casmurro* um paralelo bastante significativo também com a tragédia shakesperiana, situando Bentinho à vizinhança de Otelo, Capitu à de Desdêmoda e o agregado José Dias à de Iago. Com atenção, reconhecer-se-ia também, ao longo do conjunto de escritos machadianos, traços nada desprezíveis de Stendhal, Shelley, Tomás de Aquino, Agostinho, Rossini, Proudhon, Rabelais, Alan Poe e dezenas de autores da Antiguidade além de Homero, tais como Aristóteles, Aristófanes, Cícero, Ésquilo, Epicuro, Demóstenes, Luciano, Plutarco, etc.. Nada disso, porém, priva Machado de Assis dos méritos da originalidade: em meio a todos, o autor brasileiro continua original, já que de certa forma, as

⁹ Ibidem. p. 33-34.

formações discursivas são históricas, e não pessoais: a autoria se realiza numa apropriação particular de formações discursivas que, por serem históricas, pertencem simultaneamente a todos e a ninguém. No limite, tanto não há plágio perfeito quanto originalidade absoluta.

É justamente aí que a História Comparada precisa reconhecer os aspectos sociais que envolvem e presidem a criação literária. Persistamos no exemplo de Homero, mas em séculos imediatamente posteriores à data provável da composição da *Ilíada* e da *Odisseia*. Concentremos nossas atenções em um passo específico da narrativa iliádica. No Canto VI, Glauco e Diomedes se defrontam no campo de batalha e, quando o segundo questiona o primeiro acerca de sua ascendência, recebe a seguinte resposta:

“Oh, exultante filho de Tideu, por que indagas acerca de minhas origens? O nascer dos homens é tal como o das folhas: o vento derrama as folhas fracas sobre o solo, mas florescendo, a primavera faz na floresta outras tantas fortes surgirem. Assim é com a grei dos homens: nascem e fenecem.”¹⁰

Esta passagem, com recorda Eddie R. Lowry,¹¹ deve parte de sua celebridade ao elogio feito por Simônides de Amorgos, que a considerou a “mais admirável” da poesia de Homero. O discurso é notoriamente a expressão de uma concepção do curso de vida que assume a natureza como universo de referência para refletir sobre o tempo humano. Um analista de discurso reconheceria prontamente um efeito metafórico ou parafrástico na construção deste texto, posto que o nascimento dos homens é conceitualmente substituído pela lógica do crescimento e queda das folhas. No entanto, para além do significado do texto, é preciso indagar como o texto significa. Esse movimento só é possível se considerarmos a historicidade da formação discursiva em questão.

No pensamento homérico, as estações do ano são identificadas como o principal referencial capaz de demarcar a passagem do tempo. Eumeu, por exemplo, relata ao pai de Telêmaco transfigurado sob o aspecto de mendigo a

¹⁰ HOMERO, *Ilíada*, VI, 145-149.

¹¹ LOWRY JR., E. R. Glaucus, the Leaves, and the Heroic Boast of Iliad 6.146-211. In: CARTER, J. B.; MORRIS, S. P. (ed.). **The Ages of Homer, A Tribute to Emily Townsend Vermeule**. Austin: University of Texas Press, 1995. p. 193-203. p. 193.

situação de um hóspede que recebera em Ítaca e que falsamente prometera que Odisseu voltaria a casa no verão (έν θέρει) ou, no máximo, no outono (έν όπώρη) com as naus repletas de dons para recompensá-lo.¹² A questão do retorno das estações é marcada também em um discurso de Penélope, quando a mesma menciona a filha de Pândaro que, tal qual um rouxinol, “canta belamente quando nova primavera se anuncia”, καλόν άείδησιν ξαρος νέον ισταμένοιο.¹³

O termo que sintetiza essas referências é o substantivo ώρα, que pode significar uma parte do ano, alguma estação específica ou mesmo todas elas. Penélope, por exemplo, lançou mão do estratagema da fiação de um sudário para Laerte com vistas a controlar o tempo através de uma técnica que era exclusivamente feminina.¹⁴ Contudo, após três anos, sugestivamente quando “mudaram as estações”, έπήλυθον ώραι, uma serva denunciou o artil da filha de Icário.¹⁵ A multidão de cíconos que se aproximavam para enfrentar Odisseu e seus companheiros é comparada através de um símile às flores e folhas que abundam com a chegada da primavera.¹⁶ Exemplos não faltam.

Das muitas questões que emergem diante do estudo deste fenômeno, é preciso destacar uma concepção de tempo cíclico insistentemente observada pelos historiadores. Por mais que o tempo humano seja orientado a partir da consciência de sua finitude, cujo começo remonta ao nascimento e o fim ao limite extremo da velhice, a forma com que determinado grupo articula tais alterações é marcada por uma série de particularidades. Jean-Pierre Vernant, em suas análises sobre os aspectos míticos da memória e do tempo, percebe a supracitada mudança de orientação no pensamento helênico que se instaura no Período Arcaico e que foi expressa através do nascimento da lírica e de uma nova imagem de homem que se encontrava mais adequada ao devir. A respeito da experiência anterior, o helenista assinala:

¹² HOMERO, *Odisseia*, XIV, 384.

¹³ HOMERO, *Odisseia*, XIX, 519.

¹⁴ LESSA, F. S. Tecendo o feminino na Atenas Clássica: a mulher aranha. In: LEITE, L. R.; SILVA, G. V. CARVALHO, R. N. B.; FRANCALANCI, C. (org.). **Figurações do masculino e do feminino na Antiguidade**. Vitória: PPGL, 2011. p. 20-31. p. 27.

¹⁵ HOMERO, *Odisseia*, II, 107.

¹⁶ HOMERO, *Odisseia*, IX, 51-52.

Na concepção arcaica, acentuava-se a sucessão de gerações humanas, que se renovam umas nas outras pela circulação incessante entre mortos e vivos: o tempo dos homens parecia, então, integrar-se na organização cíclica do cosmo.¹⁷

Certamente, a influência divina é decisiva para a compreensão que os gregos antigos cultivavam a respeito da passagem do tempo, e Arnaldo Momigliano foi capaz de elogiar os méritos dessa percepção em um trabalho tão criticado quanto *Le Mythe de l'Éternel Retour*, de Mircea Eliade.¹⁸ A questão da *boulê* de Zeus apresentada pelas epopeias, por exemplo, foi analisada por Pietro Pucci com vistas a identificar os encadeamentos que se colocam na relação do tempo divino com o tempo humano.¹⁹ Entretanto, como adverte Pierre Vidal-Naquet, a definição de “tempo cíclico” não implica que os gregos desconheciam outras formas de tempo ou mesmo que as ignorassem conscientemente.²⁰ As discussões são bem amplas e repletas de variáveis, e certamente a existência de múltiplas concepções de tempo não significa que elas sejam necessariamente excludentes entre si.

Em períodos posteriores, a correlação entre as gerações humanas e as folhas foi amplamente retomada. Em outras palavras, trata-se de uma *formação discursiva* bastante recorrente no pensamento grego ou, nas palavras de G. S. Kirk,²¹ “a associação entre as gerações humanas e a queda das folhas no outono tornou-se um lugar-comum poético na tradição helênica”. Se adotarmos o ponto de vista interdiscursivo, somos capazes de admitir que Homero provavelmente “recuperou” tal concepção de algum discurso preexistente (ainda que não tenhamos notícias de textos anteriores) e, posteriormente, alguns autores adotaram o mesmo procedimento, decerto amparados pela formação discursiva de que Homero também se apropriou, mas intertextualmente fazendo remissão à *Ilíada*, cuja celebridade no mundo helênico foi incontestável. Temos, por exemplo, um

¹⁷ VERNANT, J-P. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990. p. 157.

¹⁸ MOMIGLIANO, A. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 161.

¹⁹ PUCCI, P. La cadre temporal de la volonté divine chez Homère. *In*: DARBO-PESCHANSKI, C. (org.). **Constructions du temps dans le monde grec ancien**. Paris: CNRS Éditions, 2000. p. 33-48.

²⁰ VIDAL-NAQUET, P. Temps des dieux et temps des hommes. Essai sur quelques aspects de l'expérience temporelle chez les Grecs. **Revue de l'histoire des religions**, tome 157, n. 1, p. 55-80, 1960. p. 56.

²¹ KIRK, G. S. **The Iliad: a commentary**. New York: Cambridge University Press, 1985. p. 176.

fragmento de Mimnermo (2W) em que o lírico retoma os versos iliádicos para discorrer sobre o curso vital através do mesmo modelo de símiles da vegetação. O mais conhecido, contudo, é uma passagem de Aristófanes em *As Aves*. O comediógrafo do século V a.C. assim registrou através da fala do Corifeu:

Vamos, homens obscuros por natureza, semelhantes à geração de folhas,
fracos, moldes de barro, raça fugaz como sombras,
efêmeros sem asas, míseros mortais, homens semelhantes a sonhos,
prestem atenção em nós, as imortais, as sempre existentes,
as etéreas, as sem velhice, as de pensamentos eternos.²²

A recuperação de temas e passos homéricos assegurou boa parte do repertório da literatura ateniense do Período Clássico (séc. V ao IV a.C.). Diante da inequívoca marca da intertextualidade, cabe ao analista reconhecer comparativamente as semelhanças, diferenças e idiossincrasias que caracterizam a interdiscursividade. Em primeiro lugar, há que se reconhecer que determinados aspectos formais, tais como a metrificacão, a voz da narrativa, o ritmo, a performance, o público, os locais de exibição, dentre outros, concorrem diretamente para a conformacão de uma narrativa significativamente diferente daquela do qual Aristófanes se apropriou. Este seria um primeiro nível de análise e crítica à documentacão a que uma História Comparada de documentacão literária deveria permanecer atenta. Dele decorre o segundo nível, propriamente ligado à lógica de como o texto significa, que se radica propriamente nas condições materiais que produziram e foram reproduzidas pela perspectiva do autor.

As diferenças, de fato, são bastante significativas. A peça trata da situacão de duas personagens, Pisetero e Evélpides, que deixam Atenas voluntariamente, metamorfoseiam-se em aves e decidem fundar uma cidade nas nuvens, decisão tomada após colóquio com Tereu, um dos fundadores míticos da *pólis* democrática. O substrato da narrativa, de aparência escapista, revela na verdade uma crítica profunda ao estado de coisas que imperava na cidade, profundamente abalada pelos desequilíbrios da Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.), que quando da encenacão da peça, em 414 a.C., já transcorria há 17 anos. Aliás, é seguro afirmar que a maioria das peças de Aristófanes, tanto as que sobreviveram quanto aquelas

²² ARISTÓFANES, *As Aves*, v. 685-689.

de que temos apenas notícias, dialogam com a experiência da guerra contra os espartanos.

Decerto que a oposição óbvia entre natureza e cultura, entre civilidade e barbárie, figura como um dos componentes centrais da narrativa, cujos sentidos envolvem a perda da condição humana provocada pelos infortúnios e más decisões que o autor atribuía aos atenienses da época, muitos dos quais nominalmente citados nos palcos do teatro. Daí a escolha deliberada, provocada pela desilusão, em direção à bestialidade: os protagonistas decidem se tornar animais, pois só assim poderiam produzir uma alternativa ao presente corrompido. A natureza persiste como universo de referência para pensar a vida humana, mas enquanto em Homero ela é fonte de renovação, de certeza da continuidade da vida, em Aristófanes é assumida como medida observável da decadência e da morte.

Essa interpretação parece decisiva para compreender que o tema das folhas, que nas palavras do Corifeu não sugere claramente uma dimensão cíclica do tempo, tal como o texto homérico entende, mas a dimensão corruptível da vida humana, de sua finitude, de sua fugacidade, referenciada como contraponto à vida das aves, que através do efeito cômico pretendido por Aristófanes passam a ocupar um posto hierarquicamente superior aos próprios deuses. Após a fundação da nova cidade, os imortais deveriam pagar tributos para o recebimento dos sacrifícios humanos, que por elas necessariamente passariam. No entanto, a análise do discurso deve estar atenta não apenas aos efeitos de sentidos que sobrevivem, caracterizam e identificam a intertextualidade, mas igualmente às ausências e silêncios, bem como as perdas que só podem ser compreendidas tendo em vista a historicidade das obras.

Seria preciso, como princípio historiográfico inicial e arbitrário, sublinhar as profundas mudanças estruturais que a formação das *póleis*, a partir do Período Arcaico (séc. VIII a.C.), introduziram na Hélade. As mudanças políticas, econômicas e culturais influenciaram decisivamente as concepções em relação ao curso de vida. O tempo cronológico, que era desconhecido em Homero, passou a servir de marco regulatório para diversos acontecimentos, especialmente em termos jurídicos. Foi utilizado, por exemplo, para a admissão de idades ideais para assumir determinadas práticas sociais. A divisão cronológica da vida, segundo Meyer

Fortes, “reveste-se de significado quando o quadro político e legal assume preeminência sobre a família e o parentesco na determinação da cidadania”.²³

Outras tantas questões poderiam ser destacadas, mesmo porque a documentação literária oferece ensejo para muitos estudos comparativos. Os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade oferecem aos analistas espaços de observação e crítica que permitem desvelar questões que muitas vezes permanecem ocultas pela superfície da linguagem. Aí reside a grande contribuição da História, em particular do exercício comparativo: reconhecer as formações discursivas, explorar suas apropriações, colocar a literatura em perspectiva para reconhecer que no desejo de enunciar há sempre a necessidade de recorrer a um enunciado pregresso, cujos sentidos são simultaneamente os que possibilitam a enunciação e que forjam algo novo a partir dela.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Moderna, 1983.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. A Grécia de Machado de Assis. *In*: MENDES, E. et al. **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: FALE, 2001.

BRANDÃO, R. S.; OLIVEIRA, J. M. R. **Machado de Assis Leitor: uma viagem à roda de livros**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FORTES, M. Age, Generation and Social Structure. *In*: KERTZER, D. I.; KEITH, J. (org.). **Age and Anthropological Theory**. London: Cornell University Press, 1986. p. 99-122.

FORTES, M. Age, Generation and Social Structure. *In*: KERTZER, D. I.; KEITH, J. (org.). **Age and Anthropological Theory**. London: Cornell University Press, 1986, p. 99-122.

HOMER. **Homeri Opera in five volumes**. Oxford: Oxford University Press, 1920.

ARISTOPHANES. **Aristophanes Comoediae**. *In*: HALL, F. W.; GELDART, W, M. (Ed.). Oxford: Clarendon Press, 1907. V. 2.

KIRK, G. S. **The Iliad: a commentary**. New York: Cambridge University Press, 1985.

²³ FORTES, M. Age, Generation and Social Structure. *In*: KERTZER, D. I.; KEITH, J. (org.). **Age and Anthropological Theory**. London: Cornell University Press, 1986. p. 99-122. p. 99.

- LESSA, F. S. "Tecendo o feminino na Atenas Clássica: a mulher aranha. *In*: LEITE, L. R.; SILVA, G. V. CARVALHO, R. N. B.; FRANCALANCI, C. (org.). **Figurações do masculino e do feminino na Antiguidade**. Vitória: PPGL, 2011. p. 20-31.
- LOWRY JR., E. R. Glaucus, the Leaves, and the Heroic Boast of Iliad 6.146-211. *In*: CARTER, J. B.; MORRIS, S. P. (ed.). **The Ages of Homer, A Tribute to Emily Townsend Vermeule**. Austin: University of Texas Press, 1995. p. 193-203.
- MOMIGLIANO, A. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- OLIVEIRA, Sara. The unthinkable unprecedented: intertextuality in newspaper genres. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2004.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010.
- PUCCI, P. La cadre temporal de la volonté divine chez Homère. *In*: DARBO-PESCHANSKI, C. (org.). **Constructions du temps dans le monde grec ancien**. Paris: CNRS Éditions, 2000. p. 33-48.
- VERNANT, J-P. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- VIDAL-NAQUET, P. Temps des dieux et temps des hommes. Essai sur quelques aspects de l'expérience temporelle chez les Grecs. **Revue de l'histoire des religions**, tome 157 n. 1, p. 55-80, 1960.

A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES À INTERPRETAÇÃO BÍBLICA CONTEMPORÂNEA

Anderson de Oliveira Lima¹
Universidade Metodista de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Recebido: 09/04/2015

Aprovado: 06/11/2015

Resumo: Este artigo trata da História da cultura escrita a partir da obra de Roger Chartier e procura incentivar a aplicação da disciplina aos estudos bíblicos contemporâneos. Em suma, procuramos sugerir caminhos para os estudos bíblicos a partir de três pontos que o autor francês considera essenciais em sua disciplina, que são: a) a complexidade dos processos de escrita, preservação e transmissão dos textos, b) a instabilidade dos significados e c) as autoridades e a força de suas mediações no processo de leitura.

Palavras-chave: Bíblia como literatura; História da Cultura Escrita; História da Leitura; Crítica Histórica; Roger Chartier.

HISTORY OF WRITTEN CULTURE AND YOURS CONTRIBUTIONS TO CONTEMPORARY BIBLICAL INTERPRETATION

Abstract: This article deals with the History of the writing culture from the work of Roger Chartier and tries to encourage the application of that discipline to contemporary biblical studies. In short, we try to suggest ways for biblical studies from three perspectives that the French author considers essential to the discipline: a) the complexity about the processes of writing, preservation and transmission of texts, b) the instability of meanings and c) the authorities and the strength of its mediations in the reading process.

Keywords: Bible as literature; History of the Writing Culture; History of Reading; Critical History; Roger Chartier.

Introdução

Este trabalho procura tratar de questões de interpretação bíblica a partir da História da cultura escrita. Para alguns biblistas nossa opção pela História como ponto de partida para se falar de interpretação bíblica pode parecer um retrocesso. Boa parte dos trabalhos produzidos sobre a Bíblia a partir da metade do século XX insiste, e com razão, em apontar a superação da exegese bíblica mais tradicional,

¹ Endereço: Rua Cecília, 345, casa 2, Vila Esperança. CEP: 03651-040. São Paulo – SP. E-mail: anderson.angela.lima@gmail.com.

que se caracteriza exatamente pela adoção de pressupostos teóricos de uma Crítica histórica. Todavia, a rejeição radical aos chamados Métodos histórico-críticos não parece ser a atitude mais sensata para o momento atual. Sem dúvida tais métodos, frutos de uma erudição bíblica desenvolvida especialmente ao longo dos séculos XIX e XX, nos deixou contribuições valiosas e permanentes, principalmente no que diz respeito à produção dos textos bíblicos, seus gêneros e contextos originários, sua transmissão e preservação. Assim, apesar do esgotamento de vários de seus paradigmas,² característicos da Historiografia e Crítica literária do século XIX, acreditamos que já estão superados os dias em que era necessário estabelecer fronteiras rígidas que distinguissem, por exemplo, as abordagens literárias das abordagens históricas.³

Em busca de parâmetros metodológicos para a realização deste trabalho, decidimos partir de Roger Chartier, autor conhecido internacionalmente por sua frutífera trajetória como pesquisador ligado à história do livro e que, em suas obras (em especial a mais recente, *A mão do autor e a mente do editor*, publicada no Brasil em 2014 pela editora Unesp) aponta três elementos que, segundo ele, devem estar presentes quando se trata da História da cultura escrita. Portanto, na primeira parte deste artigo faremos um resumo desses três elementos dedicando boa atenção às palavras de Chartier. Depois nos apropriando deles de modo mais direto, desenvolvendo nossas próprias considerações que procuram demonstrar a aplicação dessa disciplina aos estudos bíblicos.

Elementos Para a História da Cultura Escrita

² O século XX, em especial, trouxe forte desconfiança em relação a toda construção científica do passado; é cada vez mais consensual a opinião de que o passado histórico não existe a não ser através da mediação da linguagem, da mão do historiador que coleta evidências, interpreta-as a seu modo e desenvolve uma narrativa. Nesse contexto a crítica moderna da Bíblia também passou a ser combatida por se pautar nos pressupostos desse tipo antiquado de historiografia. Com razão, acusa-se a antiga crítica de dissecar os textos bíblicos para extrair deles os dados mais antigos como se esses fossem mais autênticos, mais próximos dos profetas ou apóstolos e, conseqüentemente, mais importantes. Os textos bíblicos que o cânon preservou, que são patrimônios da cultura material da humanidade e exerceram forte impacto no desenvolvimento das sociedades ocidentais nos últimos dois mil anos, eram, no fim das contas, apenas a matéria prima de uma crítica exegética que sonhava com uma irrecuperável verdade passada.

³ ZABATIERO, Júlio; LEONEL, João. **Bíblia, literatura e linguagem**. São Paulo: Paulus, 2011. p. 13-14.

O primeiro dos três elementos que Roger Chartier aponta como necessários à História da cultura escrita é criado pela “[...] pluralidade das operações usadas na publicação de textos”.⁴ Chartier afirma, mais de uma vez, que “Autores não escrevem livros”; após o contato com suas justificativas, nós só podemos concordar com a asserção. De fato, todos sabemos minimamente que os livros “[...] são resultado de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões, técnicas e habilidades”.⁵ Roger Chartier conhece e descreve como poucos os processos complexos pelos quais os livros ganham existência, pois em suas pesquisas ele se dedicou a compreender o trabalho de revisores, censores, editores, diagramadores, distribuidores, além de autores e leitores, é claro.

O autor, desse ponto de vista, é apenas um dos muitos sujeitos que se envolvem na produção de um livro; e ele não tem, como se pode imaginar, o domínio pleno sobre os conteúdos que os leitores encontrarão. Depois de pronto um manuscrito, outros profissionais atuarão e influenciarão, em maior ou menor medida, aquele conteúdo original. Quando o leitor finalmente tomar o livro em mãos seu acesso às palavras escritas poderá ser mediado por ilustrações que conduzem sua imaginação, pela escolha das fontes que podem cansar seus olhos, pela qualidade do papel e da encadernação que o ajudam a atribuir valor ao livro e ao conteúdo, pelas palavras de prefaciadores, pela opinião de críticos, pela classificação que o livro recebeu, pelo lugar da livraria em que foi encontrado, pelo preço que por ele foi cobrado etc.

Esse olhar abrangente, que procura entender toda a complexidade do processo coletivo que é a produção de um livro, é um dos temas que vamos propor para os estudiosos que atualmente se interessam pela Bíblia e por sua extensa história. Neste caso, deve-se considerar que a pesquisa sobre a história de um livro tão antigo envolve praticamente todos os períodos da História da cultura escrita, o que torna o trabalho do historiador praticamente interminável, a menos que faça muitas escolhas e se imponha limites. Nosso objetivo é oferecer um panorama geral sobre as mais importantes particularidades que envolvem o estudo das origens bíblicas.

⁴ CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014. p. 38.

⁵ Ibidem. p. 38-41.

Voltando a Roger Chartier, o segundo objeto para os estudos da História da cultura escrita é a *instabilidade dos significados* ou, noutras palavras, as inumeráveis formas de recepção dos textos por parte dos leitores empíricos.⁶ Esse é um ponto em que a História, que neste caso específico poderíamos chamar de História da leitura, caminha próxima à Teoria literária. Nesse contexto a leitura é encarada como um processo de produção de sentidos que é aberto, criativo, interdiscursivo, dialógico, que não depende exclusivamente das palavras escritas. Ocorre que todo ato comunicativo parte de um enunciador e procura alcançar um enunciatário, e isso é verdade mesmo nos casos em que esse destinatário é meramente um sujeito imaginário. Nos livros, o autor oferece seus pontos de vista tendo alguém em mente, um leitor (singular ou coletivo) que ele compõem mentalmente, o qual chamamos de *leitor modelo* ou *ideal*. O autor escreve tentando atender às necessidades desse leitor virtual que, por sua vez, tem interesse no tema e é capaz de interpretar o texto e fazer com que a comunicação atinja seus objetivos. Mas pode ser que o livro, quando diagramado, revisado, ilustrado, impresso, distribuído e vendido, caia nas mãos de um público completamente diferente daquele que o autor imaginou. O leitor pode não compreender o idioma, pode ter interesse em apenas parte da obra, pode lê-la numa ordem imprevista, pode interpretar os signos a partir de bases axiológicas muito distintas daquela adotada pelo autor etc. Por isso tudo, nem sempre o enunciado atinge seus objetivos, nem sempre é compreendido como seu emissor pretendia que fosse, e é por conta disso que, nos estudos literários atuais, os resultados das leituras devem ser considerados instáveis. Se é assim, não se está mais em busca de leituras corretas, mas dos motivos que levaram os leitores àqueles resultados interpretativos.

A pesquisa sobre as divergentes interpretações da Bíblia, com seus diferentes métodos desenvolvidos por diferentes grupos leitores, é particular pelo fato de a Bíblia ter assumido um forte caráter normativo desde as origens do cristianismo, quando os seguidores de Jesus e dos apóstolos ainda se viam mais como herdeiros das tradições religiosas judaicas do que como inauguradores de

⁶ Ibidem. p. 41-42.

uma nova religião. A história da leitura da Bíblia, portanto, costuma mostrar como o livro, ou melhor, como a leitura que dele se fez, foi importante na história de pessoas e no estabelecimento de seus valores culturais, na história das instituições e na defesa de seus dogmas, na história dos regimes políticos e na justificação de suas guerras...

O terceiro e último objeto que Roger Chartier considera importante na História da cultura escrita diz respeito às *autoridades*.⁷ Este é um objeto amplo, que se desdobra em várias possibilidades: Chartier trata principalmente da linguagem escrita como um tipo de comunicação que ganha materialidade e exige um saber especializado para sua produção, técnicas que foram controladas pelas elites em boa parte da história humana. A trajetória dos textos escritos lhe atribuiu uma autoridade especial, fez dos livros, mesmo quando não eram lidos, amuletos ou símbolos de status social, riqueza e erudição que se podia exibir. Porém, também podemos falar de outras formas de autoridades, como a das instituições mediadoras da leitura (como religiões ou universidades) que em seus respectivos contextos podem adquirir o poder de declarar certos textos clássicos, canônicos, sagrados, e outros populares, profanos, heréticos, ou que podem desenvolver práticas de leituras e impor seus resultados como a única e correta interpretação de determinadas obras.

Nosso ponto é que todas essas questões, que se complementam e tornam a História da cultura escrita uma disciplina complexa, não podem ser ignoradas pelos estudiosos dos textos bíblicos que, mais do que nunca, se esforçam por superar as antigas barreiras que separavam os biblistas de toda a produção científica secular. Os temas que apresentaremos não são novos na história dos estudos bíblicos, pelo menos quando discutidos individualmente. Então, nossa pesquisa justifica-se por apresentar conjuntamente algumas etapas relativas à produção da Bíblia, a variedade de suas leituras e as autoridades que influenciaram cada um desses processos ao longo dos primeiros séculos da era cristã, buscando sugerir caminhos para os estudos bíblicos contemporâneos.

⁷ Ibidem. p. 42-46.

Sobre a Complexidade dos Processos de Escrita, Preservação e Transmissão dos Textos Bíblicos: Fragmentariedade Bíblica

Para falar das origens dos textos bíblicos com a brevidade que essas páginas exigem passaremos logo a descrever, com poucas palavras, o processo de criação e transmissão dos textos bíblicos em seus primórdios. Essa abordagem histórica nos conduzirá ao ponto que realmente nos importa, que trata da fragmentariedade que é facilmente notada nos textos bíblicos.

Diferentemente de um livro moderno, a Bíblia não foi planejada e escrita de uma única vez. Ela nasceu gradativamente, como uma coleção de diversificadas tradições judaicas que em diferentes momentos ganharam a forma escrita. Os autores do mundo antigo eram, na maioria das vezes, compiladores profissionais de memórias coletivas. Tanto a escrita como a leitura dos antigos eram pontuais e embora os rolos já permitissem a composição de textos longos, o modo de entender os textos por parte dos escritores e leitores ainda era fragmentária e não sequencial. Profissionais transcreviam e copiavam manualmente essas tradições, reescreviam-nas, ampliavam-nas, liam-nas para os demais. Ainda hoje é possível perceber, por meio de uma leitura atenta, que esses textos foram compostos pela justaposição de textos menores, unidades breves que provavelmente remetem aos tempos em que tais tradições eram preservadas apenas pela memória e transmitidas oralmente. Algumas passagens antigas talvez tenham nascido em fragmentos textuais escritos sobre pedra, argila ou madeira, só depois ganhando um lugar em folhas de papiro ou couro. O processo de reunir fragmentos durou séculos, e com o passar dos anos as histórias se ampliavam, formavam obras extensas e, de verso em verso, de narrativa em narrativa, nasceram os rolos que hoje chamamos de livros bíblicos. E depois deles vieram as coleções de rolos como a Torá, os Profetas, os Salmos... Tratar desse longo período formativo e de suas especificidades é importante porque foi essa trajetória que deu à Bíblia que hoje lemos seu caráter antológico.

A maior parte dos textos da Bíblia Hebraica (ou Antigo Testamento) ganhou a forma que hoje conhecemos (ou pelo menos algo próximo disso) alguns séculos

antes da era cristã. Já os textos que compõem o Novo Testamento foram escritos entre a segunda metade do século I e o início do século II EC. Nestes dias o papiro, muito semelhante ao nosso papel, era considerado o melhor material para a produção de textos,⁸ e costumava-se reunir tradições literárias diversas em longos rolos, visando quase sempre a preservação do conteúdo e a leitura pública. Todos os estágios da produção de um rolo eram manuais e exigiam habilidades específicas, desde a produção das folhas até à própria escrita, o que tornava a cultura escrita uma arte dominada por aristocratas. Assim sendo, desde os primórdios os livros bíblicos dependeram de profissionais, escribas que copiavam os textos, corrigiam-nos, ampliavam-nos, liam-nos em voz alta, interpretavam-nos...

Outra informação importante para a história das origens bíblicas é que nos primeiros séculos da chamada *Era Comum* o cristianismo incipiente desempenhou um papel importante relativo à história da escrita ao adotar, mais cedo que qualquer outro grupo social, o códex (ou códice) em lugar dos rolos.⁹ Segundo o pesquisador do cristianismo primitivo John Dominic Crossan, “nos anos 200, a proporção cristã de rolo para códice era de um para treze. Essa vitória do códice para o rolo aconteceu só devagar e tarde para a literatura grega, mas quase instantaneamente e logo para a literatura cristã”.¹⁰ É difícil explicar porque os manuscritos cristãos, desde os mais antigos que hoje dispomos, já eram códices. Pode-se supor que a popularidade desse novo suporte aumentava por ser menos dispendioso, mais acessível à manufatura não profissional, e por ser um modelo de transmissão escrita que possibilitava consultas rápidas a qualquer ponto de um livro.¹¹ Se as narrativas bíblicas já eram fragmentárias e suas leituras pontuais, supomos que o códice facilitou esse processo de recepção seletiva.

⁸ O couro já era conhecido, mas só superou o uso do papiro por volta do século V EC, principalmente por ser mais durável e por ser produzido em muitos lugares, enquanto que o papiro dependia de certas condições ambientais como aquelas que tornaram o Egito o centro de onde a maior parte do mundo conhecido importava o material.

⁹ MILES, Jack. **Deus, uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 26-27.

¹⁰ CROSSAN, John Dominic. **O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 170.

¹¹ CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. V. 1. p. 19.

Desses apontamentos chegamos a um ponto em que podemos introduzir uma discussão mais específica e contemporânea, que diz respeito ao modo como alguns críticos atuais têm trabalhado sobre essa antologia que é a Bíblia suplantando as dificuldades inerentes à sua fragmentariedade. O exemplo mais claro desse tipo de abordagem está em *Deus, uma biografia*,¹² de Jack Miles.¹³ Miles costuma ser enquadrado entre aqueles que leem a Bíblia *como literatura*,¹⁴ desenvolvendo uma leitura que está de acordo com as teorias literárias contemporâneas e representam um tipo de abordagem bíblica bastante atual. Nessa obra, especificamente, Miles procura escrever sobre Deus como o protagonista da Bíblia Hebraica, e pauta-se na sucessão de ações, descrições e discursos desse personagem, conforme elas são apresentadas pela sequência narrativa da Bíblia Hebraica. Com esse objetivo ele escolhe trabalhar com o Tanach, isto é, com a Bíblia judaica, que traz os mesmos livros que compõem o Antigo Testamento da Bíblia cristã, porém, noutra ordem. Para o projeto de Miles a escolha pelo *Tanach* é decisiva, pois ele supõe que a ordem dos livros forma um enredo particular, que não se repete na Bíblia cristã.¹⁵ Ao ler a Bíblia Hebraica assim, levando em conta a sucessão dos eventos conforme a versão canônica nos oferece, Miles pôde identificar um desenvolvimento gradual na personalidade do personagem Deus, produzindo uma interpretação bastante incomum em que o Senhor Deus se mostra inconstante e atravessa, como qualquer ser humano, fases diferentes em sua existência.

Miles, como crítico moderno, rejeita a leitura parcial, pontual, e a ideia de simultaneidade que sempre norteou a interpretação bíblica. Ele escreveu sua crítica a essa tradição dizendo que ela atua:

[...] anulando o que existe de sucessivo no protagonista da Bíblia com uma tradição de leitura que considera a totalidade do texto como simultânea em si mesma, de forma que qualquer versículo pode ser lido

¹² MILES, Jack. Op. Cit.

¹³ A obra é original de 1995, e Companhia das Letras publicou a primeira edição no Brasil em 1997. Posteriormente a editora também publicou, do mesmo autor, *Cristo – uma crise na vida de Deus*, em 2002. Ambas as edições estão atualmente esgotadas e a que utilizamos foi publicada pela mesma editora em 2009, em formato de bolso.

¹⁴ MAGALHÃES, Antônio. **Deus no espelho das palavras: teologia e literatura em diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 27-56.

¹⁵ MILES, Jack. Op. Cit., p. 124.

como um comentário sobre qualquer outro versículo, e qualquer afirmação verdadeira a respeito de Deus num determinado ponto é considerado verdadeira em todos os pontos.¹⁶

O procedimento de Miles, portanto, é ler a Bíblia Hebraica inteira e sequencialmente, como fazemos com obras modernas. É assim que ele consegue biografar o Senhor Deus, identificando mudanças, evoluções e contradições na personalidade inconstante desse personagem que, como vimos acima, se formou a partir da união de muitas vozes. Pressupõe-se que os autores ou redatores da Bíblia organizaram o vasto material textual recolhido da tradição para uma leitura continuada, o que é questionável, e é a História da cultura escrita que nos dá instrumentos para rejeitar esse pressuposto.

Embora saibamos que os autores e redatores bíblicos não juntaram documentos escritos de maneira aleatória, devemos concordar que os processos autorais empregados na antiguidade diferem consideravelmente dos nossos. Como a Bíblia nasceu num mundo dominado pela cultura oral, sua leitura costumava ser feita em circunstâncias específicas, onde grupos se reuniam por motivos religiosos e ouviam a leitura de trechos em voz alta. Mesmo os leitores mais especializados, fossem eles comentadores rabínicos ou pais da igreja, sempre empreenderam discussões extensas sobre pequenas unidades textuais selecionadas, de modo que a leitura bíblica foi quase sempre descontinuada. Ou seja, concordamos que o projeto de Jack Miles seja interessante pelo ineditismo dos seus resultados, porém, julgamos que alguns deles estão sendo alcançados pela imposição forçada de hábitos leitores modernos a textos antigos. Não se pode afirmar que a leitura sequencial era uma intenção dos autores e redatores bíblicos, mas assumindo essa posição Miles passa por cima da fragmentariedade bíblica e resolve com a imaginação (ou melhor, com sua interpretação) todas as incoerências típicas de uma antiga obra de autoria coletiva.

Não queremos parecer conservadores, defensores de práticas de leitura bíblicas antiquadas; nem queremos impedir os leitores de hoje de experimentarem novas abordagens. Ao colocar a leitura de Jack Miles em oposição às conclusões da nossa história das origens bíblicas queremos apenas sugerir, àqueles que abordam

¹⁶ Ibidem. p. 21.

a Bíblia como literatura, que tais conhecimentos sobre o caráter naturalmente compósito das narrativas bíblicas e sobre os hábitos de leitura dos seus primeiros leitores podem ser relevantes para que não criemos *leitores modelos* ou *implícitos* que se pareçam demasiadamente conosco. A leitura sequencial do corpus bíblico, portanto, é um empreendimento moderno que resulta da longa permanência da Bíblia na história humana, até sua inclusão cultura extremamente diferente da que a originou. Para a História da cultura escrita o momento que vivemos é um novo capítulo, um fenômeno para se estudar, o que não exclui a importância de se entender cada vez melhor os hábitos de leitura e uso dos textos das pessoas de dois mil anos atrás.

Sobre a Instabilidade dos Significados dos Textos Bíblicos

O segundo elemento apontado por Roger Chartier para a História da cultura escrita diz respeito à *instabilidade dos significados*. As antigas escolas de interpretação bíblica desconheciam esse princípio, ou negavam-lhe enfaticamente ao defender que “o objetivo da interpretação é extrair o sentido que está latente, preso no texto e em sua relação com o contexto (referente)”.¹⁷ Todavia, a História, como disciplina, é especialmente capaz de demonstrar como o texto bíblico sempre foi lido de novas e diferentes maneiras, evidenciando que, mesmo no caso dos textos que a tradição sacralizou, a *instabilidade dos significados* é um fator que não se pode conter. E além da constatação ser possível a qualquer história da leitura bíblica, as teorias e críticas literárias do século XX trataram de demonstrar de modo mais direto como todo ato de leitura é sempre um diálogo entre textos, em processos dialógicos que a semiótica chamou de *intertextualidades* e *interdiscursividades*.¹⁸

No último século muitos estudiosos procuraram demonstrar como o texto bíblico traz em si características que incentivam a imaginação do leitor e a produção de diferentes significados. Um exemplo é o trabalho do crítico literário Erich Auerbach, que destacou que o próprio texto bíblico, por seu estilo narrativo

¹⁷ ZABATIERO, Júlio; LEONEL, João. **Bíblia, literatura e linguagem**. São Paulo: Paulus, 2011. p. 167.

¹⁸ *Ibidem*. p. 171-173.

lacônico, pede que seu leitor desempenhe uma ação do tipo autoral no preenchimento das lacunas deixadas:

[...] o crente se vê motivado a se aprofundar uma e outra vez no texto e a procurar em todos os seus pormenores a luz que possa estar oculta. E como, de fato, há no texto tanta coisa obscura e inacabada, e como ele sabe que Deus é um Deus oculto, o seu afã interpretativo encontra sempre novo alimento.¹⁹

Na mesma trilha Eliana B. Malanga afirmou que a economia ou escassez de informações, típica da literatura bíblica, é um fator que produz ambiguidades e, conseqüentemente, conduz à produção de múltiplas leituras.²⁰ Malanga também falou da linguagem simbólica, característica muito presente, por exemplo, nos textos apocalípticos do cânone bíblico.²¹ O uso dos símbolos, como signos cuja relação com seus referentes é mais arbitrária, é certamente um fator que introduz incertezas no discurso, dificuldades com as quais o leitor lida de maneira criativa, produzindo, não raramente, interpretações completamente imprevistas. No final das contas a autora defende que boa parte da Bíblia Hebraica é uma obra aberta, ou seja, o tipo de literatura que, como a poesia, faz uso abundante da *função poética* (ou *estética*) da linguagem, apresentando-se como um tipo de comunicação que não é *natural* e que, por isso, suscita uma leitura ativa, participativa e de muitas possibilidades.²²

Mas há outros fatores, mais ligados à história da formação e transmissão da literatura bíblica, que contribuem para a instabilidade dos significados. Aí nos vemos novamente envolvidos na tarefa de se conhecer os processos formativos da Bíblia a partir da perspectiva da História da cultura escrita.

Voltando a falar da adoção do códice como suporte para a transmissão da tradição cristã em seus primeiros séculos, consideremos que eles podem ter apresentado novas condições para a recepção. Os tradicionais rolos tinham limites, não costumavam ser maiores que dez metros e, assim, mantinham os livros que a

¹⁹ AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 12.

²⁰ MALANGA, Eliana Branco. **A Bíblia Hebraica como obra aberta**: uma proposta interdisciplinar para uma semiologia bíblica. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005. p. 308.

²¹ Ibidem. p. 320-322.

²² Ibidem. p. 26-36.

tradição elegia fisicamente separados. Foi o códice que permitiu que os muitos rolos já tradicionais fossem reunidos para formar a Bíblia, uma antologia da literatura e da cultura judaicas onde eles poderiam ser apreciados conjuntamente. Mas a reunião dos livros bíblicos em grandes códices também não foi um processo simples, e o resultado nós constatamos, por exemplo, quando hoje comparamos uma Bíblia Hebraica, uma Bíblia Católica e uma Bíblia Protestante, cada uma com particularidades que a distingue das demais. Sem dúvida as leituras decorrentes de relações intertextuais variam quando há mais ou menos livros no conjunto, assim como as impressões deixadas pelos diferentes arranjos dos livros no cânone. As leituras decorrentes desses diferentes tipos de Bíblias continuarão sendo um vasto campo de estudos para biblistas e historiadores, e testificam a importância de se considerar a *instabilidade dos significados* também a partir da materialidade dada aos textos.

E para citar um último exemplo de como a história da Bíblia se relaciona com a instabilidade de seus significados, propomos um novo salto temporal. Queremos nos referir à inclusão das subdivisões dos livros bíblicos em capítulos e versículos, que permanecem até nossos dias. A divisão em capítulos que conhecemos foi desenvolvida no século XIII por Stephen Langton, um arcebispo de Cantuária. Depois, na metade do século XV, a Bíblia Hebraica ganhou sua divisão em versos, por obra de um rabino conhecido como Rabino Nathan; e o tipógrafo Robert Estienne (ou Stephanus) fez o mesmo com o Novo Testamento, tornando-se o primeiro a imprimir a Bíblia toda com essas segmentações em meados do século XVI.²³ Essas informações são relevantes do ponto de vista da recepção e, para não nos distanciarmos de nosso principal referencial teórico, voltamos a citar palavras de Roger Chartier, agora escrevendo com Guglielmo Cavallo:

[...] é preciso levar em conta que as formas produzem sentidos e que um texto, estável por extenso, passa a investir-se de uma significação e de um status inéditos, tão logo se modifiquem os dispositivos que convidam à sua interpretação.²⁴

²³ CRAIN, Jeanie C. **Reading the Bible as literature**: an introduction. Malden: Polity Press, 2010. p. 4.

²⁴ CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. Op. Cit., p. 13.

Torna-se fácil supor que a leitura da Bíblia mudou a partir do momento em que o texto passou a ser copiado ou impresso com tantas subdivisões. E é exatamente sobre os efeitos da segmentação na interpretação bíblica que D. F. Mckenzie escreveu em *Bibliography and the sociology of texts*. O autor falou do filósofo inglês John Locke como leitor da Bíblia,²⁵ e segundo Mckenzie, Locke se incomodou com a forma dada aos textos sagrados por seus editores, dividindo-os em capítulos e versículos. Em 1707 Locke publicou um ensaio no qual discutia essa questão em relação aos textos do apóstolo Paulo, e alegou que tal forma segmentada podia induzir o leitor comum a tomar porções de texto (versículos) como se fossem aforismos autônomos, e que mesmo os leitores com maior conhecimento “[...] perdiam muito da força e do poder da coerência [...]” do texto bíblico. Na opinião de Locke, a forma dada ao texto bíblico por seus editores traía as intenções autorais e se constituía num perigo religioso pois, assim dividido, ele poderia ser mais facilmente manipulado. Noutras palavras, Locke se deu conta de que as aparentemente inocentes segmentações podiam produzir novos sentidos, condicionar as leituras, afastando o leitor do sentido *original*.

Com um olhar menos ortodoxo poderíamos dizer que a nova forma dada ao texto bíblico impresso, mesmo sem ter essa intenção, era um facilitador da liberdade criativa, possibilitando ao leitor uma aplicação individualizada de unidades textuais criadas pela segmentação acrescida. As diferentes interpretações, portanto, não devem ser atribuídas apenas à imaginação criativa e pessoal do leitor, mas também a fatores diversos que dizem respeito às formas, aos suportes materiais, aos hábitos de leitura, aos contextos sociais da leitura etc. Conclui-se, mais uma vez, que a História da cultura escrita é uma disciplina cada vez mais relevante para os estudiosos da literatura bíblica, que com ela já não estarão interessados apenas nas formas dos antigos manuscritos, mas também nas formas assumidas pelas muitas Bíblias que foram lidas ao longo da história.

Sobre as Autoridades Religiosas e a Mediação na Leitura Bíblica

²⁵ MCKENZIE, D. F. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge University Press, 2004. p. 55-57.

Já vimos no item anterior que o contato do leitor com a Bíblia é sempre mediado. A leitura sempre é influenciada pelo tipo de papel em que o texto está impresso, pela imagem escolhida para ilustrar a capa, pelas palavras dos paratextos ali incluídos, pelos juízos previamente oferecidos por determinada comunidade leitora a respeito do mesmo título, pelas competências pessoais e estados físicos do leitor, pelas condições do ambiente em que tal leitura se dá etc. Isso tudo, como dissemos, abre inúmeras possibilidades interpretativas que tornam o conteúdo bíblico indomesticável. Contudo, mesmo diante de tantas possibilidades a história nos mostra que ao longo dos séculos algumas leituras da Bíblia foram privilegiadas, defendidas como legítimas, e isso nos leva ao último tópico relevante para a História da cultura escrita ligada à interpretação bíblica, que é o das *autoridades*.

Nós seguiremos defendendo a instabilidade dos significados dos textos bíblicos, mas teremos que reconhecer que a Bíblia é um livro cujo uso religioso sempre foi o mais comum. As instituições religiosas sempre agiram como se a Bíblia fosse sua propriedade exclusiva e embora não possamos negar que a Bíblia que conhecemos é um produto das mãos de judeus e cristãos, sempre podemos questionar as pretensões dessas instituições quando afirmam que seus líderes sejam os únicos leitores capazes de compreendê-la. É sobre isso que Antonio Paulo Benatte escreveu, dizendo:

Para a religião institucionalizada, independentemente das profissões de fé, a Bíblia, justamente por ser extremamente polêmica, é um livro cuja interpretação necessita ser controlada conforme uma grade doutrinária, quer dizer, uma dogmática teológica ou outra. A leitura dogmática, ou ortodoxa, visa legitimar a instituição, autorizando-a como intérprete legítima, ao mesmo tempo em que busca minimizar as ambiguidades, contradições e desvios das leituras individuais e coletivas. A estratégia é criar um consenso que supere o dissenso hermenêutico ou o conflito das interpretações.²⁶

Geralmente se pensa na Idade Média quando falamos de instituições religiosas controlando o acesso das pessoas ao texto bíblico, mas, de modo geral, as instituições religiosas enquanto leitoras continuam preservando seus traços

²⁶ BENATTE. Antonio Paulo. Os pentecostais e a Bíblia no Brasil: aproximações mediante a estética da recepção. **Rever**, São Paulo, ano 12, n. 1, p. 9 - 30, 2012. p. 27.

ditatoriais, fazendo de suas interpretações oficiais armas para a defesa de seus dogmas. Rubem Alves criticou o controle exercido sobre a significação do texto bíblico numa expressão recente do cristianismo reformado, e afirmou que o protestantismo deu ao povo o acesso ao texto em seu idioma, mas não o direito de interpretar o texto livremente:²⁷

Cada um pode ler as Escrituras, diretamente. Mas este é nada mais que o direito ao ato mecânico da leitura. Não há direito de interpretação, porque a interpretação correta já foi cristalizada num documento autoritativo [...] A fim de preservar o caráter absoluto do conhecimento, acima de toda a dúvida, interdita-se o exercício da consciência interpretativa e da razão crítica por meio de uma confissão que se torna o critério final para a leitura do texto sagrado.²⁸

A erudição bíblica, desenvolvida principalmente no século XIX, deu um passo importante para a produção de leituras bíblicas que independem das religiões. Todavia, mesmo a exegese bíblica com toda a sua complexidade acabou, nas mãos de muitos, usada como uma forma acadêmica de legitimar as abordagens religiosas. Em meados do século XX surgiram novos caminhos para as interpretações bíblicas, estes, de viés mais literários; e críticos seculares como Erich Auerbach²⁹ e Northrop Frye³⁰ perceberam que conseguiriam compreender melhor a literatura ocidental se aprimorassem seus conhecimentos sobre a Bíblia. Mas eles também notaram que as mediações religiosas na leitura bíblica não poderiam ser ignoradas facilmente. Frye ressaltou que em toda a literatura ocidental a Bíblia estava presente como um livro sagrado,³¹ e isso tornou mais claro quão difícil seria, mesmo para a crítica literária, abordar essa literatura sem a influência judaico-cristã.

Até então, para muitos críticos seculares a Bíblia não era considerada digna de abordagens com finalidades estéticas, era *coisa de igreja*; para os religiosos, a Bíblia era um patrimônio exclusivo, um guia doutrinário, moralizante, espiritual, e não tinham grande interesse pelo valor estritamente literário que ela pudesse

²⁷ ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005. p. 101-154.

²⁸ Ibidem. p. 136.

²⁹ AUERBACH, Erich. Op. Cit.

³⁰ FRYE, Northrop. **O código dos códigos: a Bíblia e a literatura**. São Paulo: Boitempo, 2004.

³¹ Ibidem. p. 14-15.

ter.³² Deste contexto nasce a ideia de que ler a Bíblia *como literatura* é lê-la como um livro não religioso, tarefa que se mostrou árdua pelas páginas bíblicas estarem intimamente ligadas aos imaginários religiosos de homens do passado.

Para aqueles que se interessam pela interpretação bíblica na contemporaneidade e pela história das leituras bíblicas, é absolutamente imprescindível estar ciente da força exercida pelas religiões em qualquer contato que se tem com a Bíblia, o que vale para o passado e para o presente. Sabemos que o livro esteve ligado às instituições religiosas em toda a sua existência, e atualmente isso se expressa nas edições disponíveis e nas leituras mais populares. Tentando nos livrar dessa mediação acabamos, muitas vezes, agindo sob influência dessa mesma força. Ou seja, se nego as autoridades religiosas e suas práticas de leitura e tento empreender uma abordagem diferente, ainda posso estar agindo a partir dessa mediação religiosa que tento evitar, e minha leitura antirreligiosa não deixa de girar em torno das mesmas autoridades, ainda que se apresente como uma oposição a elas. Além disso, é necessário dizer que a maioria dos leitores contemporâneos que assim procedem acabam substituindo a mediação religiosa por outras, geralmente de tipo acadêmica ou literária, o que nos leva a concluir que, diante de um livro tão tradicional, não há leitura que não seja mediada. Por isso nós não afirmamos que o objetivo é se libertar das mediações na leitura bíblica, mas seria bom, pelo menos, estarmos conscientes delas.

Enfim, a discussão evidencia que os modos como as instituições religiosas procuram condicionar a leitura bíblica e os resultados de suas intervenções através do cinema, das editoras ou dos sermões constituem um vastíssimo campo de estudos para a História da cultura escrita ligada à interpretação bíblica. Por exemplo, podemos estudar as diferentes edições bíblicas de hoje e de ontem, seus formatos e os paratextos incluídos, e procurar averiguar como tais intervenções condicionaram a produção de sentidos dos leitores, o que nalguns casos se expressa por meio de marcas feitas por tais leitores nas margens de suas Bíblias. Podemos também estudar as recentes versões da Bíblia destinadas a públicos infantis, não somente para julgar as escolhas feitas a partir das versões

³² MAGALHÃES, Antônio. Op. Cit., p. 130-131.

tradicionais, mas também do ponto de vista das instituições religiosas que as produzem com o objetivo de formar novos leitores e fieis. Podemos ainda avaliar as muitas releituras que determinadas narrativas bíblicas recebem no cinema e na TV, e nos perguntar sobre a aceitação dessas releituras por parte de públicos que leem a Bíblia e podem julgar a fidelidade das novas produções às narrativas originais. E os exemplos não se esgotariam tão cedo.

Considerações Finais

Este trabalho nasceu, como o leitor deve ter notado, da leitura interessada da obra de Roger Chartier³³ e da natural aplicação de seus temas aos objetos que já eram de nosso interesse. A abrangência buscada resulta em evidente superficialidade no tratamento de alguns temas que colocamos em pauta, mas esses efeitos não impedem que nossos objetivos sejam alcançados. Procuramos demonstrar como a História da cultura escrita, proposta por Chartier em três pontos (1. Complexidade dos processos de escrita, preservação e transmissão dos textos; 2. Instabilidade dos significados; 3. Autoridades e mediações na leitura), pode ser importante para a sequência dos estudos bíblicos contemporâneos e, em especial, brasileiros. Trata-se apenas de uma tentativa de propor novos caminhos nessa área de pesquisa que em dias recentes, marcada pelo próprio passado, se tornou avessa à historiografia e passou a ignorar algumas de suas importantes contribuições.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BENATTE, Antonio Paulo. Os pentecostais e a Bíblia no Brasil: aproximações mediante a estética da recepção. **Rever**, São Paulo, ano 12, n. 1, p. 9 - 30, 2012.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. V. 1.

³³ CHARTIER, Roger. Op. Cit.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.
- _____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. UnB, 1999.
- _____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CRAIN, Jeanie C. **Reading the Bible as literature: an introduction**. Malden: Polity Press, 2010.
- CROSSAN, John Dominic. **O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.
- FRYE, Northrop. **O código dos códigos: a Bíblia e a literatura**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- GABEL, John B.; WHEELER, Charles B. **A Bíblia como literatura**. São Paulo: Loyola, 2003.
- KERMODE, Frank. O Cânone. *In*: ALTER, Robert; KERMODE, Frank (orgs.). **Guia literário da Bíblia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. p. 641-651.
- MAGALHÃES, Antônio. **Deus no espelho das palavras: teologia e literatura em diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- MALANGA, Eliana Branco. **A Bíblia Hebraica como obra aberta: uma proposta interdisciplinar para uma semiologia bíblica**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.
- MCKENZIE, D. F. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge University Press, 2004.
- MILES, Jack. **Deus, uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ZABATIERO, Júlio; LEONEL, João. **Bíblia, literatura e linguagem**. São Paulo: Paulus, 2011.

O KAMA-SUTRA: DE VATSYAYANA A RICHARD FRANCIS BURTON

Felipe Salvador Weissheimer¹
Universidade do Estado de Santa Catarina

Marlene de Fáveri²
Universidade do Estado de Santa Catarina

Recebido: 04/08/2015
Aprovado: 07/12/2015

Resumo: Dentre os vários *Kama-sutra* difundidos no mercado, a versão clássica foi escrita por Vatsyayana (século I-IV, aproximadamente) e publicada na Inglaterra em 1883 pela Sociedade Hindu Kama Shastra. Richard Francis Burton foi o membro de maior importância na Sociedade Hindu Kama Shastra, pois, além de fomentar a publicação, auxiliou na tradução, editou e enunciou vários comentários ao longo da obra. Em seus comentários, percebemos que o projeto da tradução e publicação do *Kama-sutra* visava em especial à instituição de “novas” práticas sexuais aos seus contemporâneos. Neste sentido, buscamos analisar a construção (a partir não somente a tradução inglesa do *Kama-sutra*, mas, também, outros textos que estiveram no emaranhado de relações interdiscursivas) das representações, intervenções e disciplinas, construídas social e culturalmente, tendo em vista os contextos da antiguidade indiana e da Inglaterra do final do século XIX, que incidiram sobre os corpos e sobre as identidades dos sujeitos daquele contexto.

Palavras-chave: História; Literatura; *Kama-sutra*.

THE KAMA-SUTRA: VATSYAYANA TO RICHARD FRANCIS BURTON

Abstract: Among the various *Kama-sutra* spread in the market, the classic version was written by Vatsyayana (I-IV century, approximately) and published in England in 1883 by the Hindu Kama Shastra Society. Richard Francis Burton was the most important member of the Society, because in addition to encouraging the publication, helped in translation, edited and enunciated several comments throughout the book. In his comments, we realized that the translation project and publication of the *Kama-sutra* aimed in particular the establishment of “new” sexual practices to their contemporaries. In this sense, we analyze (not only the English translation of the *Kama-sutra*, but also other texts that were in the tangle of interdiscursive relations), representations, interventions and disciplines, social and culturally constructed, with a view to Indian antiquity and the England of the late nineteenth century, which focused on the bodies and on the identities of the subjects that context.

Keywords: History; Literature; *Kama-sutra*.

¹ Endereço para correspondência: Destinatário: Felipe Salvador Weissheimer. Rua Amaro Antônio Vieira, 2259, apto 801-A. Bairro Itacorubi. CEP: 88034-102. Florianópolis-SC. E-mail: felipe.s.w@hotmail.com.

² E-mail: mfaveri@terra.com.br.

Introdução

O *Kama-sutra* é um livro que desperta o imaginário e a curiosidade do público em geral. Desde sua primeira publicação moderna (Inglaterra, 1883), este influenciou inúmeras obras que se apropriaram de seu título, comentaram e ressignificaram seu conteúdo.

Ao longo do século XX surgiram várias publicações sob o título de *Kama-sutra*. Desde então, o mercado, de uma forma geral, transformou o *Kama-sutra* em um bem cultural, sinônimo do exotismo e da volúpia sexual. Neste sentido, o *Kama-sutra* foi explorado de várias maneiras, seja em publicações ilustradas (não havia imagens eróticas na primeira publicação inglesa) ou, até mesmo, tornando-se marca de cosméticos, incensos ou produtos eróticos.

O *Kama-sutra* é um livro com assuntos variados, sobretudo destinados aos reis, que foi fundamentado a partir de alguns preceitos da tradição hindu e que, sobremaneira, apresenta uma dissertação concisa sobre as práticas eróticas e sexuais. Sendo um livro que se refere ao comportamento e a natureza humana, o *Kama-sutra* teve considerável destaque no dito “mundo ocidental”, principalmente no último século, a partir da compilação e tradução dos escritos de Vatsyayana para a língua inglesa.

A primeira publicação moderna (em idioma inglês) do *Kama-sutra* foi produzida pela Sociedade Hindu Kama Shastra e era formada por Richard F. Burton (o “descobridor”, tradutor, editor e comentador do livro) e por Forster Fitzgerald Arbuthnot (inglês de família nobre, mas que trabalhava na Índia como funcionário público; grande orientalista e o principal tradutor do livro do sânscrito para o inglês, na Índia). Segundo Rice, os dois contaram com o apoio de um círculo de amigos, entre eles Monckton Milnes que, provavelmente, ajudou financeiramente; Henry Spencer Ashbee, conhecido como o dono do segundo maior acervo de livros eróticos do período (perdendo somente para o Vaticano), que ajudou na divulgação do *Kama-sutra*; e o “obscuro Dr. Steingass”. Esses membros periféricos podiam ser considerados os leitores “típicos” das publicações

da Sociedade: cultos, abastados e eruditos.³ O grupo tinha uma razão legal, pois atribuir à Sociedade Hindu Kama Shastra a produção dos livros foi uma estratégia adotada pelos produtores para não recaírem nas penalidades previstas na Lei de Publicações Obscenas de 1857, uma vez que enfatizava que a circulação dos livros ficaria restrita aos colecionadores. Assim, restringia o acesso do público em geral, conforme previa a Lei.

O problema que norteou nossas análises foi a compreensão de como os modos de apropriação do *Kama-sutra* de Vatsyayana não foram apenas fenômenos linguísticos, desassociados das questões sociais do período vitoriano. Trabalhos semelhantes foram publicados por Wendy Doninger, Markus Johannes Weininger e Carla Fernanda da Silva;⁴ porém, com enfoques e abordagens diferenciadas da nossa, sendo que os dois primeiros privilegiaram os aspectos da tradução e a última efetuou uma análise relacionada à temática foucaultiana do “cuidado de si”.⁵ Nós buscamos problematizar as leituras de Burton sobre a obra, na intenção de compreender como ocorreu a apropriação da obra, que estava inserida num emaranhado de relações que delineava as fronteiras entre os gêneros nas performances sexuais de homens e mulheres. Sabendo hoje que o *Kama-sutra* tornou-se um manual de referência sobre o sexo, buscamos desenvolver análises

³ RICE, Edward. **Sir Richard Francis Burton**: o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu os Kama Sutras e trouxe As Mil e uma Noites para o Ocidente. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 452.

⁴ Neste aspecto, sugerimos a leitura de: DONINGER, Wendy. **Vātsyāyana Kāmasūtra**. A new translation by Wendy Doniger and Sudhir Kakar. New York: Oxford University Press, 2002.; WEININGER, Markus Johannes. Tradução, alteridade e alteração da identidade: o Kama Sutra como veículo de mudanças sociais no Ocidente e na Índia. X ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES E IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRADUTORES, 10, 2009, Ouro Preto. **Programação e resumos...** Ouro Preto: Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução, 2009. v. 1. p. 144-145.; SILVA, Carla Fernanda da. O Kama Sutra e o cuidado de si. **Revista Linguagens**, Blumenau, v. 5, n. 3, p. 220-237, set./dez. 2011.

⁵ Segundo Judith Revel, “No início dos anos 80, o tema do cuidado de si aparece no vocabulário de Foucault no prolongamento da idéia de governamentalidade. À análise do governo dos outros segue, com efeito, aquela do governo de si, isto é, a maneira pela qual os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a relação com o outro. A expressão “cuidado de si”, que é uma retomada do *epimeleia heautou* que se encontra, em particular, no Primeiro Alcebiades, de Platão, indica, na verdade, o conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo. No período helenístico e romano sobre o qual se concentra rapidamente o interesse de Foucault, o cuidado de si inclui a máxima délfica *gnôthi seauton*, mas a ela não se reduz: o *epimeleia heautou* corresponde antes a um ideal ético (fazer de sua vida um objeto de *tekhnê*, uma obra de arte) que a um projeto de conhecimento em sentido estrito” Cf: REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregorin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005. p. 33. Mais informações em: REVEL, Judith. Op. Cit.

que possam explicar os fenômenos históricos que possibilitaram que o livro se constituísse como tal, tendo em vista as representações, intervenções e disciplinas, construídas social e culturalmente, que buscavam incidir sobre os corpos e sobre as identidades de homens e mulheres.

Da antiguidade indiana ao período vitoriano: duas temporalidades do *Kama-Sutra*

Dentre as várias publicações que levam o título de *Kama-sutra* difundidas no mercado, a versão clássica foi escrita por Vatsyayana e posteriormente publicada na Inglaterra em 1883, sob a coordenação de Richard Francis Burton. Esta versão inglesa do *Kama-sutra* foi publicada sob o título *The Kama Sutra of Vatsyayana, Translated from the Sanscrit. In Seven Parts, with Preface, Introduction and Concluding Remarks* (O *Kama Sutra* de Vatsyayana. Traduzido do Sânscrito. Em sete partes, com Prefácio, Introdução e Observações Finais). Não constava o nome dos tradutores no livro, que foi impresso em papel grosso e encadernado em velino branco com frisos dourados, e tinha o seguinte colofão: “Cosmopoli: 1883: para a Sociedade Kama Shastra de Londres e Benares, exclusivamente para circulação privada”.⁶ Entre 1883 e 1885 teve duas reedições.⁷

Segundo K.M. Panikkar, o primeiro *Kama-sutra* parece ter sido composto entre os séculos I e IV da era cristã:

O limite superior dessa data é fixado pela alusão de Vatsyayana a um incidente relacionado com o rei Kuntala Satakarni, que reinou nos primeiros anos da era cristã. O limite inferior é proporcionado pelo fato de que Kalidasa, que viveu no máximo até o século V, tem, em sua obra, numerosas alusões que indicam o conhecimento detalhado do texto do *Kama Sutra*. Embora seja difícil, como no caso de autores indianos mais antigos, atribuir uma data exata à obra, é evidente que Vatsyayana viveu algum tempo antes de Kalidasa e depois do reino de Kuntala Satakarni, talvez antes do século IV de nossa era⁸

É possível que Vatsyayana tenha pertencido à casta dos brâmanes (sacerdotes hindus), pois enunciou que escreveu o *Kama-sutra* “quando estudante

⁶ ARCHER in VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 9.

⁷ Idem.

⁸ PANIKKAR in VATSYAYANA, Mallanaga. Op. Cit., p. 34.

da religião e inteiramente entregue à contemplação da Divindade”.⁹ Entretanto, pouco se sabe sobre a vida do autor. Segundo Burton, Vatsyayana teria vivido, provavelmente, em Benares, na Índia.

De modo geral, o *Kama-sutra* de Vatsyayana é um livro com conselhos e reflexões escritos em aforismos (*sutras*), sobre os mais variados aspectos da vida humana, dentre eles o convívio em sociedade, o casamento, a aquisição de riquezas, as práticas religiosas e a satisfação dos prazeres sexuais, tanto de autoria de Vatsyayana quanto de outros autores versados no tema, citados por ele. Na antiga literatura de pensamento em sânscrito se desenvolveu uma forma conhecida como *sutra* – ou expressões concisas com um mínimo de palavras. A *sutra*, segundo Panikkar, como um estilo literário, exige um sistema de comentários explicativos e detalhados. Na maioria dos casos, o comentário (conhecido como *Vykhayana* ou *Bhashya*) é tão importante quanto o texto original.¹⁰

Dentre os variados aspectos da vida abordados nos *sutras* de Vatsyayana, o prazer sexual (*Kama*) teve considerável destaque, sendo o *corpus* central do livro. Segundo Vatsyayana, *Kama* é o gozo dos objetos pelos cinco sentidos (audição, visão, tato, paladar e olfato). No entanto, no contexto do livro, *Kama* (prazer) abrangia todas as relações entre homens e mulheres: educação, namoro, casamento e vida conjugal. Além de *Kama*, destacam-se outros princípios regulativos, tais como *Dharma* (deveres religiosos) e *Artha* (aquisição de riquezas). Portanto, a abordagem de Vatsyayana não foi, unicamente, a do prazer erótico.¹¹

No desenvolvimento desta pesquisa, percebemos que o *Kama-sutra* é um livro que materializa uma ressignificação da tradição hindu-bramânica. Vatsyayana foi influenciado e aperfeiçoou vários escritos anteriores a ele, sendo que seus estudos basearam-se, principalmente, no trabalho de Babharavya: “depois de ler e refletir sobre as obras de Babharavya e outros autores antigos, e ponderar sobre o

⁹ VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 206.

¹⁰ PANIKKAR in VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 34-35.

¹¹ Para auxiliar a compreensão do leitor, no Anexo I está a transcrição do sumário de uma das versões do *Kama-sutra* que utilizamos como fonte de pesquisa.

significado das regras por eles formuladas, o *Kama Sutra* foi composto por Vatsyayana”.¹²

Assim, o que há de peculiar nesta ressignificação é a perspectiva adotada por Vatsyayana. Tal perspectiva é a de que a tradição seria sucedida por uma ordem discursiva que preservaria uma “memória dos antigos” através da escrita, a partir dos preceitos *Dharma*, *Artha* e *Kama*, ambos correspondentes às escolas filosóficas tradicionais hindus. No entanto, em paralelo à manutenção da “memória dos antigos”, Vatsyayana fez novas interpretações, de acordo com suas experiências e leituras, criando novos dispositivos e disposições sobre as práticas sexuais e eróticas, que determinavam atitudes e condutas.

Havia uma moralidade norteadora no *Kama-sutra* de Vatsyayana que qualificou os sujeitos sociais conforme suas adequações ao código de conduta moral estabelecido na tradição hindu. Numa sociedade cujas estruturas eram fundamentadas a partir de valores morais, tal como nos grupos que seguiam esta tradição, fazer-se perceber de acordo com esses ditames da tradição era imprescindível à manutenção do poder. Portanto, as distinções criadas (ou reproduzidas) por Vatsyayana, sejam a partir da divisão em castas, gêneros, idades, características físicas, performances sexuais ou ligadas às relações matrimoniais ou extramatrimoniais, entre outras, compuseram um sistema de classificação do mundo social no qual o rei se encontrava no ápice da personificação da moralidade pública.

O rei era a materialidade do sistema simbólico de classificação e estratificação social. Desta forma, o soberano era uma figura jurídica que exercia seu poder de usufruto, confisco, subtração, apropriação, extorsão, sendo a expressão do direito legítimo e privilegiado da tradição, que lhe garantia plenos poderes sobre a vida dos súditos, inclusive para suprimi-la. Contudo, a soberania do rei era condicionada à sobrevivência e a manutenção da moralidade pública, preservada pela tradição.

No Código de Manu, o código moral e jurídico da tradição hindu, há um extenso capítulo destinado aos reis em seus respectivos ofícios de juízes, na qual

¹² PANIKKAR in VATSYAYANA, Mallanaga. Op. Cit., p. 36.

foi dissertado sobre as leis civis e criminais, e que tinha como penitência, em alguns casos, a pena de morte. De forma semelhante, no *Kama-sutra*, o monarca indiano idealizado por Vatsyayana, detinha um poder político soberano, mas concomitantemente, sofria uma cobrança moral, pois era ele a personificação da tradição hindu, manifestada a partir da prática das premissas presentes no Código de Manu.

Desta forma, o discurso destinado aos reis, no *Kama-sutra*, esteve ligado, predominantemente, à manutenção da tradição, do poder político e a administração sexual do harém. Segundo Vatsyayana, os reis e ministros de Estado não tinham acesso às residências dos súditos¹³, pois “as pessoas importantes não podem, portanto, praticar atos impróprios em público, pois isso não se coaduna com a sua posição e, se o praticassem, seriam passíveis de crítica”.¹⁴

Havia certos limites impostos às condutas e a vida pública dos reis e ministros. A imagem pública vinculada à idoneidade das condutas pessoais dos monarcas e chefes de Estado era imprescindível para a manutenção da tradição, dos poderes políticos e para a expansão de suas famas. Segundo Vatsyayana, “o rei que tiver conquistado os seis inimigos da humanidade torna-se senhor de toda a terra”.¹⁵ Desta forma, a busca pela contenção das paixões pessoais, sobretudo perante os súditos, era uma prática que deveria ser incorporada pelos reis e ministros.

O local adequado e seguro, segundo Vatsyayana, para que os reis usufríssem dos prazeres, inclusive das esposas alheias, era o harém. Eram nestes locais que os soberanos poderiam exercer sua privacidade, desvinculados à imagem pública. Vatsyayana sugeriu aos reis que utilizassem os seus poderes políticos, mediante diferentes estratégias e justificativas, para alcançar seus objetivos de ter prazeres com as mulheres dos súditos. Poderiam os reis, por

¹³ Vatsyayana destacou, com exemplos, os limites impostos ao convívio social dos reis: “o rei, porém, não deve entrar nunca na casa de outra pessoa, pois Abhira, rei dos kottas, foi morto por um lavador quando na casa de outra pessoa, o mesmo acontecendo com Jayasana, rei dos kashis, morto pelo comandante de sua cavalaria” Cf: VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 167.

¹⁴ Ibidem. p. 165.

¹⁵ Em nota, Burton completou afirmando que estes seis inimigos são: “a Luxúria, a Ira, a Avareza, a Ignorância Espiritual, o Orgulho e a Inveja” Cf: BURTON in VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 168.

exemplo, criar um conflito entre algum de seus embaixadores e o marido da mulher que desejava, fazendo da esposa sua escrava e serviçal (sexual) do harém.¹⁶

Podemos perceber, a partir dos conselhos de Vatsyayana aos reis, que na região onde o autor viveu a cultura dos reis de obterem prazeres sexuais com as esposas alheias poderia destruir a moralidade pública do seu reinado. Em outras regiões, nas quais os reis usufruíam dos prazeres sexuais das mulheres alheias sem a preocupação em zelar pelas repercussões que isso poderia acarretar sobre seus governos, não havia semelhante preocupação.¹⁷

Além destes aspectos ligados à manutenção da imagem pública, a moral que fundamentou a profusão de comportamentos instituída pelo autor não orientou o sujeito apenas para a satisfação dos prazeres, mas para uma ética que está centrada tanto em práticas místicas quanto em condutas religiosas, sociais e econômicas. Assim, Vatsyayana enunciou como objeção epistemológica a necessidade de racionalizar os métodos convenientes para a satisfação dos prazeres:

As relações sexuais, porque dependem do homem e da mulher, requerem a aplicação de meios adequados por eles e tais meios devem ser aprendidos no *Kama Shastra*. A não-aplicação dos meios adequados, como observados entre os animais irracionais, deve-se ao fato de não estarem sujeitos a quaisquer restrições, de as fêmeas apenas se encontrarem aptas para as relações sexuais em determinadas ocasiões e, finalmente, de as suas relações sexuais não serem precedidas de qualquer.¹⁸

A racionalização proposta por Vatsyayana no *Kama-sutra* referia-se, predominantemente, às relações heterossexuais. Embora Vatsyayana tenha dissertado sobre as variadas formas de coito nas relações homossexuais

¹⁶ VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 167.

¹⁷ Segue alguns destaques, presentes no *Kama-sutra*, que Vatsyayana relatou sobre os costumes sexuais dos reis, em regiões diversas, na qual o autor sugeriu que não fossem praticados, pois poderia comprometer a imagem pública dos monarcas: “no país de andras as moças do povo recém-casadas vão ao harém real no décimo dia depois do casamento, levando presentes e, depois de terem sido desfrutadas pelo rei, são mandadas de volta” Cf: VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 167; “no país dos vatsagulmas as esposas dos principais ministros procuram o rei à noite, para servi-lo Cf: Idem.; “no país dos vaidarbhas as esposas dos habitantes, quando são belas, passam um mês no harém real, a pretexto de demonstrar afeição ao rei” Cf: Idem.

¹⁸ Ibidem. p. 71. O termo *Kama Shastra*, citado no fragmento acima, refere-se ao livro escrito por Babhravya, que antecedeu Vatsyayana e, igualmente, pertenceu à tradição *Kama Sutra*. O *Kama Shastra* influenciou, sobremaneira, o *Kama-sutra* de Vatsyayana.

masculinas e femininas, percebemos que havia certa hierarquia, na qual as relações heterossexuais eram consideradas legítimas e as demais manifestações consideradas inferiores.

Em relação à tradução dos escritos de Vatsyayana para o idioma inglês, pelo que constou nos relatos dos tradutores, inicialmente não havia uma versão definida do *Kama-sutra*, sendo comparadas quatro versões da obra e um comentário, escrito, provavelmente, entre os séculos X e XIII, chamado *Jayamangla* (ou *Sutrabashya*).¹⁹ Eis o relato do trabalho de um dos pânditas (sacerdote hindu versado na língua sânscrita), de nome não revelado no livro, sobre a compilação e tradução do *Kama-sutra* para o inglês:

O manuscrito incluso foi corrigido por mim depois de compará-lo a quatro cópias diferentes do mesmo trabalho. Tive a assistência de um comentário chamado 'Jayamangla' para corrigir as cinco primeiras partes, mas foi grande a dificuldade na correção das restantes porque com exceção de uma cópia razoavelmente correta, todas as demais tinham grandes inexatidões. Considerei, porém, corretas as partes nas quais a maioria das cópias concordavam entre si.²⁰

Burton foi o membro de maior importância, status este que lhe rendeu um maior destaque em nossa pesquisa. Além de fomentar a publicação, ele auxiliou na tradução, editou e enunciou vários comentários ao longo da obra. Em seus comentários, percebemos que o projeto da tradução e publicação do *Kama-sutra* visava em especial à instituição de “novas” práticas sexuais aos seus contemporâneos. Para ele, importava não apenas “conhecer o outro”, mas “aprender com o outro”, e o discurso de Vatsyayana foi constituído por Burton neste “manual de aprendizagem”.

Percebemos que o esforço de Burton relacionado à tradução do *Kama-sutra* foi empreendido sob a influência do esoterismo e do orientalismo,²¹ que dominou parte dos estudiosos, exploradores e antropólogos do século XIX. Segundo Rice, Burton passou a idade adulta numa busca incessante da sabedoria secreta a que

¹⁹ BURTON in VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 61-62.

²⁰ AUTOR DESCONHECIDO in VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 61.

²¹ Orientalismo é um termo comumente utilizado para definir o estudo eurocêntrico do conjunto histórico e cultural das sociedades asiáticas. Em nossa pesquisa, nos utilizamos da obra *Orientalismo* de Edward W. Said como referência para análise desta temática. Mais informações em: SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

dava a ampla denominação de “gnose”, na esperança de que lhe permitisse descobrir a fonte da existência e o sentido de sua presença na Terra. Tal busca o levou a estudar a cabala, a alquimia, o catolicismo, uma casta hindu das mais arcaicas e a via erótica conhecida como “tantra”, depois investigando o sikhismo e passando por várias formas de islamismo antes de se firmar no sufismo, disciplina mística que escapa a rótulos simplistas.²²

A partir do *Kama-sutra*, Burton imaginou um “Oriente exótico”, portador de conhecimentos sexuais e eróticos, fato que caracteriza o discurso do tradutor-comentador como a fonte de dispersão daquilo que poderíamos definir como uma “geografia imaginada”. Desta forma, a “geografia imaginada” por Burton, pelo menos no *Kama-sutra*, delimitou a chamada “cultura indiana” a uma visão parcial, no qual os indianos foram representados para os leitores como os “típicos orientais”.

Conforme destacou Edward W. Said, de longa data “o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste”.²³ Além de considerado um erudito em assuntos orientais (ou seja, um orientalista), o tradutor-comentador do *Kama-sutra* era um entusiasta aos conhecimentos culturais indianos, uma vez que houve um esforço significativo de Burton em refletir sobre o pensamento e as práticas sexuais ocidentais a partir dos conselhos eróticos e sexuais enunciados por Vatsyayana no livro.

Muito mais que escrever sobre o Oriente, a “geografia imaginada” por Burton foi um subterfúgio discursivo utilizado para refletir sobre o próprio Ocidente: sua moral, seus sistemas de representação e suas práticas culturais. Ou seja, a partir da sua “comunidade imaginada” (tendo, neste caso, o *Kama-sutra* como referência) Burton criou uma representação sobre o Oriente com um efeito discursivo de considerável estímulo sobre as disposições afetivas dos leitores.

Em especial, no que se refere à publicação inglesa do *Kama-sutra*, percebemos que, a partir da leitura de Burton, o *Kama-sutra* foi “descontextualizado” da antiguidade indiana e “recontextualizado” no período

²² RICE, Edward. Op. Cit., p. 21.

²³ SAID, Edward W. Op. Cit., p. 13-14.

vitoriano,²⁴ com novos significados, sentidos, juízos e utilidades. O que nos interessou, de fato, nesta pesquisa, foram os deslizamentos de sentidos do *Kama-sutra* de Vatsyayana no discurso de Burton.

A análise dos deslizamentos de sentidos permitiu que observássemos os atravessamentos de outras posições, de outros discursos, de outras formações discursivas na obra. Segundo Dulce Beatriz Mendes Lassen,²⁵ os sentidos atribuídos por um autor em sua obra, tão plenamente assentados e tão estabilizados (tal como na obra de Vatsyayana), no encontro da história e com a atualidade, podem “escorrer”, ir para outro lado, promovendo rupturas (conforme ocorreu a partir da leitura-interpretação de Burton). Neste sentido, a análise dos deslizamentos de sentidos possibilitou, dentre outros fatores, observarmos os posicionamentos e as intenções de Burton em relação ao *Kama-sutra* de Vatsyayana no emaranhado de relações interdiscursivas e temáticas que influenciaram a tradução e os comentários presentes na obra.

Burton achava que o *Kama-sutra* era importante para os ingleses, pois continha muitas coisas novas e interessantes sobre a união sexual. Além disso, observava que a ignorância acerca da atividade sexual levava o homem inglês a não desfrutar totalmente dos prazeres matrimoniais, além de não satisfazer plenamente os desejos sexuais de sua esposa. Assim, percebemos que Burton buscou a partir do estudo sobre o passado indiano desenvolver críticas sobre a sexualidade do período vitoriano.

Apesar da abordagem de Vatsyayana não ser, unicamente a do prazer erótico, não se pode mais negar que as performances sexuais tiveram considerável destaque em seu discurso. No Capítulo II (sobre a união sexual), o autor dissertou sobre as várias performances possíveis para a satisfação plena dos indivíduos através da atividade sexual: modos de beijar, abraçar, arranhar, posições sexuais, entre outras. É possível que este tenha sido o trecho do livro mais significativo para Burton em suas reflexões e posicionamentos sobre a sexualidade feminina no

²⁴ É chamado de vitoriano o período no qual a Rainha Vitória reinou sobre a Inglaterra, no século XIX, de 1837 a 1901.

²⁵ LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. Efeitos de sentidos: tentativa de contenção e deslizamento. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 40, p. 73-82, junho de 2010.

período vitoriano, pois Vatsyayana utilizou uma linguagem direta sobre a atividade sexual, sem “floreios moralizantes”.

Diferente da popular literatura romântica e moralizante dos vitorianos, Vatsyayana desenvolveu um discurso analítico, no qual relacionou de forma direta os aspectos anatômicos, biológicos e funcionais do corpo, na intenção de garantir que, a partir de performances sexuais variadas, os sujeitos obtivessem o êxito máximo dos prazeres:

Eis os lugares adequados ao beijo: a testa, os olhos, as faces, o pescoço, o peito, os seios, os lábios e o interior da boca.

(...) Quando o amor se torna intenso, os beliscões com a ajuda das unhas, ou os arranhões do corpo, são praticados nas seguintes ocasiões: na primeira visita; no momento de partir para uma viagem; de volta de uma viagem; no momento da reconciliação com um amante aborrecido; e, finalmente, quando a mulher está embriagada.

(...) Todas as partes do corpo que podem ser beijadas podem ser mordidas, com exceção do lábio superior, o interior da boca e os olhos. As qualidades dos bons dentes são as seguintes: devem ser iguais, ter um brilho agradável, passíveis de serem coloridos, de proporções adequadas, ininterruptos e com pontas afiadas.

(...) Quando as pernas tanto do homem como da mulher estão estendidas uma sobre as outras, adotam a “posição envolvente”, que se pode praticar de duas maneiras: na posição lateral e em decúbito dorsal. Na posição lateral o homem deve, invariavelmente, deitar-se do seu lado esquerdo e a mulher de seu lado direito, regra a ser observada em relação a todos os tipos de mulheres.²⁶

Predominantemente, ao longo do livro, Vatsyayana destinou seu discurso aos homens, como agentes ativos e produtores dos prazeres sexuais. Neste sentido, as representações compartilhadas por Burton no *Kama-sutra* sobre a “natureza sexual feminina” (considerada essencialmente passiva), concomitante a uma parcela emergente dos discursos médicos, reconheciam que as mulheres só se saciavam quando experimentavam o “espasmo genésico” (orgasmo).²⁷ Assim,

²⁶ VATSYAYANA, Mallanaga. **Kama Sutra**. Op. Cit., p. 98-107.

²⁷ O “espasmo genésico” (orgasmo), enquanto fenômeno físico-sexual, no discurso de Guyot, era tido como as contrações involuntárias e convulsivas dos músculos, sobretudo os relacionados e que afetavam os órgãos sexuais, incluindo aqueles que não obedecem aos comandos conscientes. Manifestava-se em diversas circunstâncias, mas especialmente se realizava de forma simultânea em homens e mulheres, produzindo um êxtase momentâneo. Para Guyot, nos seres humanos o ato genésico completo e perfeito era normal se, depois de sentido, deixasse um estado de bem-estar e saúde, comparado ao que resultava da satisfação de uma “necessidade imperiosa” (necessidade fisiológica) Cf: GUYOT, Jules. **Bréviaire de l’Amour Experimental**. Paris: Librairie Physiologique, 1882. p. 64. O êxtase e sensação de saciedade que acompanhava o espasmo físico era uma das

percebemos que, por exemplo, o discurso do Dr. Jules Guyot²⁸ sobre o espasmo genésico foi significativo para que Burton tirasse algumas conclusões sobre a natureza do prazer sexual feminino, referenciado em seus comentários, no livro. Guyot defendia a necessidade do marido e da esposa satisfazerem suas excitações sexuais de forma completa e perfeita, vivenciando a sensação do espasmo genésico.

Nas classificações de Guyot percebemos certa distinção entre os fenômenos fisiológicos dos fenômenos emocionais, distinção esta que era uma novidade na época. O “espasmo genésico”, nome caracterizado por ele para o orgasmo, segundo Guyot, manifestava-se em diversas circunstâncias, mas especialmente se realizava de forma simultânea em homens e mulheres, produzindo um êxtase momentâneo. A experiência da sensação do espasmo simultâneo, para Guyot, era muito rara, e um sinal da perfeição e da sensação natural da atividade sexual. Caso contrário, afirmou Guyot, quando a função genésica fosse interrompida ou insatisfeita, sintomas como a depressão e a fadiga possivelmente apareceriam, na qual poderiam resultar em distúrbios do sistema nervoso e outras doenças (tal como a histeria), originadas a partir do problema da excitação insatisfeita.²⁹

No período vitoriano, a sexualidade feminina foi tomada como um objeto de linguagem privilegiado das ciências médicas. Em especial, os discursos médicos sobre a histeria feminina foram subterfúgios utilizados para moralizar, interditar ou intervir sobre as práticas sexuais das mulheres. Assim, havia os que afirmavam que a histeria feminina era uma doença originada por perturbações no útero. Muitas mulheres compareciam nos consultórios médicos para serem literalmente masturbadas pelos médicos, que acreditavam que a massagem vaginal (que não era considerada uma forma de coito) poderia acalmar o útero feminino. No entanto, no final do século XIX, médicos como Guyot, Charcot e Freud

características emocionais do espasmo genésico. Após o choque nervoso que caracterizaria o espasmo físico, os indivíduos sentiriam uma sensação de perfeita calma, no qual o estado “mais negro da mente” tenderia a alegria e “expansão do coração” Cf: *Ibidem*. p. 64-65.

²⁸ Jules Guyot (1807-1872) se dedicou a várias áreas do conhecimento, dentre elas a física, a medicina e a agronomia, além da política. Teve um currículo acadêmico de considerável destaque nestas áreas, com várias publicações. Em especial, no que se refere à medicina, aspirava, mediante reflexões filosóficas, algumas considerações sobre a fisiologia humana e suas relações com as emoções. Mais informações em: GUYOT, Jules. *Op. Cit.*

²⁹ *Ibidem*. p. 64-65.

questionaram, direta ou indiretamente, as teorias sobre a histeria feminina e suas possíveis relações com as “perturbações no útero”.

As críticas de Guyot aos meios artificiais de obter o espasmo genésico e sua defesa à satisfação plena do prazer feminino (a partir da penetração) tiveram substancial influência sobre as representações de Burton enunciadas no *Kama-sutra*. Segundo Guyot, quando a função genésica fosse interrompida na mulher, ou se mantivesse incompleta pela ignorância, fadiga, ou egoísmo do homem; ou quando a mulher, totalmente entregue e fiel aos “deveres do matrimônio” vivesse sob influência de constante excitação (sem que jamais a função genésica fosse completa e normal), a diminuição, a fadiga, o desgosto e, por vezes, o desespero cujos motivos estão além dela (pois dependeria do marido para satisfazê-la), sobrecarregariam sua existência e lhe causariam problemas psicológicos, nos quais poderiam apresentar resistências a todos os conselhos de higiene e todos os meios de intervenção médica (se referindo, supostamente, a eficácia das massagens vaginais praticadas pelos médicos para “acalmar o útero feminino”).

Nos debates sobre a natureza e as terapias possíveis à histeria feminina, Guyot afirmou que a ausência de satisfação sexual feminina ocasionaria o aparecimento dos sintomas característicos do “quadro patológico histérico”. Burton, influenciado pelas teorias de Guyot, afirmou que vários maridos, por ignorarem o sentimento das esposas, não prestavam atenção à paixão das mesmas. Segundo ele, era preciso preparar a mulher para a cópula, se é que se pretende satisfazê-la plenamente. E elas só se saciavam ao “experimentar o espasmo genésico”.³⁰

A partir destas considerações, o *Kama-sutra* teve, em certos aspectos, um caráter terapêutico em relação aos discursos médicos e a literatura romântica do período vitoriano, pois se consolidou como um “manual de aprendizagem” sexual. No entanto, não foram para as mulheres que Burton idealizou a tradução do livro. Ou seja, nos termos de Ricoeur, as mulheres não foram as “leitoras virtuais” (destinatário), pressupostas por Burton nos comentários do livro. Pelo contrário, o tradutor-comentador, em seus enunciados, deixou claro que seria importante que

³⁰ BURTON in VATSYAYANA, Mallanaga. *Kama Sutra*. Op. Cit., p. 92.

partisse dos homens a investida sexual para que as mulheres tivessem uma satisfação plenamente no sexo. Portanto, as representações sobre o feminino, sobretudo relacionadas ao prazer sexual, foram sobrecarregadas de perspectivas e proposição de comportamentos destinados aos homens.

Burton e o *Kama-Sutra*

Na primeira publicação inglesa do *Kama-sutra* (1883), Burton, além de tradutor, foi um comentarista das enunciações de Vatsyayana. Assim, há inúmeras notas em que Burton comentou os aforismos, inclusive apresentando interpretações e sugerindo leituras de outros livros. Além das notas, os comentários de Burton estão presentes no Prefácio, na Introdução, nas notas introdutórias ao Sexto Capítulo (sobre as cortesãs) e nas Conclusões Finais.

Na Introdução, Burton ao referir-se à Vatsyayana, relatou que pouco ou nada se sabe do autor. Segundo ele, o verdadeiro nome do autor parecia ter sido Mallinaga ou Mrillana, sendo Vatsyayana o nome de família.³¹ Nas suas conclusões, Burton lamentou a ausência de informações sobre Vatsyayana, enunciando que “é de lamentar, e muito, que nada se tivesse descoberto sobre sua vida e onde viveu”.³² Sobre o período histórico que viveu Vatsyayana, Burton relatou:

É impossível fixar a data exata, seja da vida de Vatsyayana ou de sua obra. Acredita-se ter ele vivido entre os séculos I e IV da era cristã, pelas razões que se seguem. Diz ele que Satakrni Satavahana, rei de Kuntal, matou Malayevati, sua mulher, com um instrumento chamado *kartari*, golpeando-a em meio à paixão do amor, e Vatsya menciona o caso como advertência ao perigo representado pelo antigo costume de bater nas mulheres, sob a influência dessa paixão. Ora, esse rei de Kuntal teria vivido e reinado no primeiro século da era cristã e, portanto, Vatsya deve ter vivido depois dele. Por outro lado, Virahamihira, no 18º capítulo de seu *Brihatsanhita*, trata da ciência do amor e parece ter-se inspirado muito em Vatsyayana. Afirma-se que Virahamihira viveu no século VI, e, como Vatsya forçosamente escreveu sua obra antes dele, isso não pode ter ocorrido antes do século I, nem depois do século VI de nossa era, devendo esta ser considerada a data aproximada de sua existência.³³

³¹ Ibidem. p. 61.

³² Ibidem. p. 209.

³³ Ibidem. p. 62.

Posteriormente, surgiram novas especulações sobre o período em que viveu Vatsyayana, tal como apresentamos na introdução deste trabalho. O que nos interessa, neste momento, é demonstrar que, para Burton, Vatsyayana foi quase um desconhecido, tornando-se uma espécie de mito, pondo em suspeita a própria existência daquele autor. Neste sentido, em nossas análises, trataremos o discurso proveniente do *Kama-sutra* como de autoria de Vatsyayana, porém, sabemos que novas pesquisas podem elucidar diferentes perspectivas em relação à autoria e a tradução do clássico.

Burton, conforme relatou, ficou sabendo inicialmente de Vatsyayana através da tradução e produção de outro livro do sânscrito para o inglês, o *Anunga Runga* (ou *Ananga Ranga*). Com a ajuda de pânditas (sacerdotes hindus e conhecedores da língua sânscrita) Burton versou a tradução do *Anunga Runga*, o livro que contém referências à Vatsyayana. Foi a partir da tradução do *Anunga Runga* que os pânditas indicaram a Burton o *Kama-sutra*. Assim, Burton conheceu Vatsyayana através, basicamente, das opiniões que o autor enunciou nos manuscritos que foram utilizados para a elaboração das traduções do *Kama-sutra* e do *Anunga Runga*.

Os manuscritos utilizados para produzir a versão inglesa do *Kama-sutra* também não possuem uma datação precisa. Tais manuscritos, a partir do que Burton relatou, além de imprecisos, careciam de um texto original, sendo encontrados em várias versões:

Surgiram naturalmente perguntas sobre quem era esse sábio e os pânditas responderam que era o autor da obra clássica sobre o amor na literatura sanscítica, que nenhuma biblioteca dessa literatura seria completa sem tal obra e que era extremamente difícil consegui-la em sua totalidade. A cópia do manuscrito obtida em Bombaim era incompleta, e os pânditas escreveram a Benares, Calcutá e Jeypoor pedindo outras às bibliotecas sanscíticas. Essas cópias foram então comparadas, e com a ajuda de um comentário chamado “Jayamangla”, preparou-se uma versão revista, sobre a qual foi feita a tradução inglesa. Eis a certidão passada pelo pândita mais importante:

“O manuscrito incluso foi corrigido por mim depois de compará-lo a quatro cópias diferentes do mesmo trabalho. Tive a assistência de um comentário chamado “Jayamangla” para corrigir as cinco primeiras partes, mas foi grande a dificuldade na correção das restantes porque com exceção de uma cópia razoavelmente correta, todas as demais

tinham grandes inexatidões. Considerei, porém, corretas as partes nas quais a maioria das cópias concordavam entre si”.³⁴

Burton expressou certo enaltecimento em relação ao trabalho desempenhado por ele e seus companheiros na compilação e tradução dos aforismos. No entanto, o mérito da tradução do livro, historicamente, ficou apenas, com ele e Arbuthnot, que foram os responsáveis pela produção e publicação do livro, sendo que sequer foram mencionados os nomes dos demais tradutores (tais como os pânditas indianos).

Nas conclusões do livro, mesmo discorrendo sobre a carência de inúmeras informações que impossibilitaram um trabalho crítico sobre as fontes, Burton ressaltou a importância da obra para o estudo e conhecimento das “épocas passadas”:

A obra também pode ser recomendada, com razão, ao estudioso da ciência social e da humanidade e, acima de tudo, ao estudante das idéias de épocas antigas, que aos poucos se filtraram pelas areias do tempo e que parecem provar que a natureza humana de hoje é exatamente a mesma das épocas passadas.³⁵

O discurso de Burton sobre a natureza sexual emergiu num período em que a cultura ocidental europeia foi influenciada por vários discursos sobre o sexo. A crescente racionalização moderna do sexo e dos papéis sociais e sexuais possibilitou a instituição, cada vez mais hegemônica, de uma “verdade” sobre a natureza dos indivíduos, que se tornou o primado epistemológico de boa parte dos projetos modernizadores da sociedade burguesa.

Nos comentários de Burton há alguns trechos nos quais ele relacionou o *Kama-sutra* com outros discursos, sobretudo ligados à ciência sexual do período. Esta “ciência do sexo”, referenciada por Burton, além de analisar os variados aspectos da sexualidade humana, também propunha formas de intervenção sobre o comportamento e as práticas sexuais dos indivíduos.

³⁴ Ibidem. p. 61.

³⁵ Ibidem. p. 207.

Segundo Michel Foucault,³⁶ as causas para a emergência desses discursos sobre o sexo que marcaram o final do século XIX são remotas. Foucault observou que, sobretudo no Ocidente e ao longo dos séculos, as práticas sexuais tornaram-se objeto de controle e regulação por parte dos “aparelhos de reclusão” (escolas, hospitais, igrejas, etc.), e observou no rito da confissão e na regulamentação do sacramento da penitência pelo Quarto Concílio de Latrão (1215) o surgimento das intervenções e a produção de uma “verdade” sobre o sexo. Mas, foi com o desenvolvimento dos saberes médicos que a atividade sexual tornou-se objeto científico: o “confessionário foi ‘substituído’ pelo divã”, e a produção de uma “verdade” sobre o sexo ficou restrita, em partes, a um poder-saber científico denominado sexualidade.³⁷ Segundo ele, à primeira vista, somente a civilização ocidental praticou uma *Scientia Sexualis* (sexualidade).

Sob os auspícios da *Scientia Sexualis*, assim como Burton, surgiram novos agentes do poder normatizador e disciplinar do sexo: professores, juízes, médicos, terapeutas. Percebemos que a “fala autorizada” sobre o sexo não foi apenas emanada pelo Estado ou representada por uma classe burguesa que arregimentou estes agentes. Mas é um poder que se configurou e se manifestou numa relação dialógica e numa multiplicidade de poderes, de lutas contínuas, que se espalham pela sociedade e que são situadas nas relações entre os corpos, que poderiam ser aglutinadas em instituições ou classes, mas que, sobretudo, produziram saberes, desejos e estados corporais, que geraram resistências e contra-poderes.

Quando Burton enunciou que o *Kama-sutra* parecia provar que a natureza humana era perfeitamente idêntica à de outras eras, pois o conhecimento da vida particular, doméstica e social dos antigos indianos poderia contribuir para o

³⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

³⁷ Segundo Michel Foucault, o termo “sexualidade” surgiu recentemente, no início do século XIX. E o uso da palavra foi estabelecido como significado para fenômenos que envolvem o desenvolvimento de conhecimentos, tais como os mecanismos biológicos de reprodução ou sócio-comportamentais; a instauração de conjuntos de normas e regras (em parte tradicionais e em parte novas, que se apoiaram em instituições de cunho religioso, judiciário, pedagógico e médico); como também as mudanças nos modos pelos quais os indivíduos foram levados a dar sentido e valor à suas condutas, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos, e a reconhecerem-se como sujeitos de uma “sexualidade”, numa intersubjetividade que se intercambiou em diversos campos do conhecimento (saberes e normatividades), e que constituiu a experiência de boa parte dos indivíduos Cf: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 9-10.

aprimoramento das relações entre os homens e as mulheres vitorianas, ele transferiu e sobrepôs a constatação histórico-discursiva do texto para uma ação ideológico-discursiva, no qual não contemplava, apenas, o conhecimento da antiguidade indiana, mas os usos do *Kama-sutra* como fonte de conhecimentos eróticos e sexuais. Assim, para ele, o livro tinha um valor existencial, pois poderia conduzir os leitores a reflexões sobre assuntos que julgava importante, para o público em geral:

Se toda ciência se baseia, em menor ou maior grau, em fatos, não pode haver dano em tornar conhecidos dos homens em geral certas questões intimamente relacionadas com a sua vida privada, doméstica e social. A completa ignorância dessas questões tem, infelizmente, destruído muitos homens e muitas mulheres, quando um pequeno conhecimento dessa matéria, em geral ignorada pelas massas, teria permitido a numerosas pessoas compreender muitas coisas que lhes pareciam totalmente incompreensíveis, ou que não eram consideradas dignas de sua atenção.³⁸

Essa racionalização moderna exposta por Burton, originada a partir do acúmulo dos saberes científicos, embora pautada nos pressupostos da razão, da objetividade e da desmistificação do “irracionalismo das antigas tradições”, que pareciam libertar os indivíduos de todas as sujeições morais, fundou um novo modelo de subjetividade não menos vinculada às estruturas de poder e controle disciplinar do que as pré-modernas. Burton investigava sobre a natureza humana sexual, e que os saberes contidos no *Kama-sutra* eram a expressão de uma “verdade” sobre o sexo.

Neste sentido, como condição preliminar para compreendermos os deslizamentos de sentido do *Kama-sutra* de Vatsyayana na tradução inglesa, publicada no final do século XIX, percebemos que é necessário considerar as intencionalidades de Burton em relação à publicação do livro. Assim, observamos que a articulação discursiva de Burton no *Kama-sutra*, sobretudo relacionada à natureza dos indivíduos, estava indissociável da necessidade de uma reflexão sobre a própria existência humana, seja sobre a vida privada ou social. Além disso, a articulação discursiva estava indissociável da instituição de “novas” (ou, segundo

³⁸ BURTON in VATSYAYANA, Mallanaga. *Kama Sutra*. Op. Cit., p. 60.

ele, “desconhecidas”) práticas sexuais que, conforme afirmou, eram ignoradas pela massa em geral.

Segundo afirmou, o *Kama-sutra* deveria ser estudado por todos, pois a compreensão das “verdades autênticas”³⁹ presentes no livro poderiam fornecer “grandes vantagens em aprender coisas que talvez não aprendessem nunca, sem este livro, ou só aprendessem tarde demais (“tarde demais”, as palavras imortais de Mirabeau) para que lhes fossem de utilidade”.⁴⁰ A dissertação sobre fatos variados (ligados ao sexo) e a escrita em linguagem popular fez com que Burton considerasse o *Kama-sutra* uma obra singular, pois, segundo ele, fornecia conhecimentos sexuais outrora zelados.

Possivelmente, Burton se posicionou de tal forma em função da moralidade vigente no período, que encontrava subterfúgios para interditar a sexualidade tanto na legislação inglesa quanto no discurso médico ou literário. Enquanto um sujeito social, que foi influenciado por determinações históricas, Burton esteve imerso no emaranhado de relações discursivas e práticas culturais que, conseqüentemente, influenciaram a publicação do *Kama-sutra* no período.

Considerações Finais

Analisar o discurso de Vatsyayana e Burton sem considerar as relações que compuseram seus posicionamentos em relação às mulheres poderia conduzir nossas considerações a equívocos nos quais reproduziríamos as mesmas relações hierárquicas que mantém, em partes, a misoginia feminina. Neste sentido, considerar o *Kama-sutra* um livro importante para as mulheres, tal como fez Burton, sobretudo por promover o bem-estar sexual delas, acabou por reproduzir as hierarquias, as performances e as funções sociais de gênero, de uma parcela do campo médico que via nas mulheres uma natureza inferior à masculina.

De fato, havia uma preocupação explícita, destacada por Vatsyayana e Burton, em enaltecer a importância de que os homens deveriam ter em observar os sinais do prazer (corporais e emocionais) das mulheres no congresso sexual. Segundo Burton, a grande arte sexual seria verificar o que proporcionava maior

³⁹ Ibidem. p. 207.

⁴⁰ Idem.

prazer às mulheres, e que formas seriam por elas preferidas. Esta equiparação do desejo sexual de homens e mulheres foi um fenômeno importante na história da sexualidade ocidental.

Segundo Zygmunt Bauman,⁴¹ o Ocidente, de forma geral, vivenciou duas revoluções sexuais. Se na primeira revolução sexual ocidental, as células familiares foram decisivas para o empreendimento como um todo, e se constituíram na relação hierarquizada dos papéis e áreas de atuação dos membros da família, a segunda revolução sexual ocidental foi uma tendência que buscou superar este sistema hierarquizado. Assim, Bauman afirmou que a segunda revolução sexual (predominantemente do século XX) desenvolveu outro padrão de sexualidade, que se transferiu da sexualidade normativa (característica da primeira revolução sexual) para outros mecanismos de autocontrole individual, no qual a aptidão física, o primado da experiência sexual e das sensações corporais tornou-se fundamental.

Em especial, a literatura se constituiu em um espaço pelo qual os indivíduos foram levados a transgredirem as obrigações assumidas, laços protegidos, direitos adquiridos (característicos da primeira revolução sexual ocidental) e a se conhecerem enquanto sujeitos sexuais. Não foram poucas as obras, desde a antiguidade que tomaram o sexo como objeto da linguagem. Assim, Sarane Alexandrian,⁴² referindo-se à história da literatura erótica, enunciou que foi no velho continente europeu que o erotismo tornou-se um gênero literário e que obras orientais tidas como eróticas, que tinham um sentido religioso em seus países de origem, como o *Kama-sutra*, adquiriu um sentido profano.

Acreditamos que os debates sobre a natureza do prazer sexual feminino e, principalmente, os discursos sobre a histeria (a partir de Guyot) foram determinantes para que o *Kama-sutra* fosse considerado uma “literatura de transgressão”, sobretudo relacionada à sexualidade normativa da primeira revolução sexual. De qualquer forma, este fenômeno é relativo à sua tradução-apropriação para o inglês (século XIX), pois em sua formação discursiva original

⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

⁴² ALEXANDRIAN, Sarane. **História da literatura erótica**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

(Índia antiga), como visto, teve outro sentido. Do *Kama-sutra* foi “decantado” o hedonismo, que afirma que o prazer é o supremo bem da vida humana.

Portanto, consideramos que reconhecer a sensibilidade anatômica e fisiológica e o direito das mulheres ao prazer sexual, tal como fizeram Freud, Reich, Guyot e Burton não foi, de forma alguma, uma garantia de liberdade para as mulheres do subjugado machista. Seria uma ilusão acreditar que a reivindicação ao prazer sexual feminino estaria desvinculada das relações de poder relativos à sexualidade. Neste sentido, houve uma redistribuição dos poderes relacionados à atividade sexual entre homens e mulheres, mas não a superação das hierarquias de gênero que refletem as relações de poder econômicas, políticas, sociais, terapêuticas, estéticas, entre outras.

De fato, Burton reivindicou o direito das mulheres à satisfação dos prazeres sexuais, entusiasmado com as discussões feitas por Vatsyayana. Mas, também alicerçado numa parcela da ciência médica (a partir de Guyot) foi tendencioso em buscar certa adequação aos papéis masculinos e femininos. No *Kama-sutra*, embora as identidades de gênero não sejam fixas, houve um esforço significativo em delinear as fronteiras entre os gêneros nas performances sexuais de homens e mulheres. Assim, houve a estruturação do discurso a partir da dicotomia homem/mulher. Neste sentido, as representações, intervenções e disciplinas, construídas social e culturalmente, buscavam incidir sobre os corpos e sobre as identidades.

Além disso, a partir das afirmações de Guyot, o *Kama-sutra* teve, em certos aspectos, um caráter terapêutico em relação aos discursos médicos e a literatura romântica do período vitoriano, pois se consolidou como um “manual de aprendizagem” sexual. No entanto, não foram para as mulheres que Burton idealizou a tradução do livro. Pelo contrário, o tradutor-comentador, em seus enunciados, deixou claro que seria importante que partisse dos homens a investida sexual para que as mulheres se satisfizessem plenamente no sexo. Portanto, as representações sobre o feminino, sobretudo relacionadas ao prazer sexual, foram sobrecarregadas de perspectivas e proposição de comportamentos destinados aos homens.

Embora o discurso de Burton se fundamentasse nos discursos médicos do período, tomando um caráter terapêutico, podemos afirmar que, em função das características do discurso de Vatsyayana, de uma forma geral, o *Kama-sutra* também manteve certo caráter culturalista, de reflexão da sexualidade a partir do antagonismo Oriente X Ocidente. Assim, além de didático (pois continha “saberes sexuais”) poderia o *Kama-sutra* ser tomado de variadas formas, afinal de contas o livro, na visão de Burton, tinha um valor histórico e cultural. Neste sentido, o “exotismo oriental”, que, supostamente, traria um sentimento inusitado às variações de coito, tornou-se um elemento no jogo performático corporal-sexual. Este exotismo simbólico e performático tenderia a criar novas formas de significação sobre o sexo e as práticas sexuais.

Se, como afirmou Michel Foucault, uma história da sexualidade deve ser feita do ponto de vista de uma história dos discursos,⁴³ acreditamos que identificar e analisar os discursos em relação ao erotismo e a sexualidade – e suas múltiplas perspectivas –, além das formas de intervenções, inibições, emancipações, liberações, tal como fizemos nesta pesquisa, possibilita compreendermos a complexidade das diferentes perspectivas instituídas sobre as relações sexuais, as relações de gênero, poderes, restrições, funções, que criam sentidos às experiências pessoais.

Para além dos fenômenos linguísticos relacionados à apropriação de Burton do *Kama-sutra* de Vatsyayana, a problemática relacionada à análise das relações de gênero nos revelou que o livro, embora sobrecarregado de um exotismo simbólico e sexual – que parecia liberar o sexo de todas as relações de poder – esteve imerso num emaranhado de relações que delineava as fronteiras das performances sexuais de homens e mulheres, suas hierarquias, funções e possibilidades de intervenção. Neste sentido, estas fronteiras que delineavam as relações de gênero nos revelaram que a construção social dos corpos e as identidades de homens e mulheres, embora sob uma “nova roupagem” (a partir de Burton), reproduz, em partes, a misoginia que acompanhou, de diferentes formas, a história das mulheres.

⁴³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade...** Op. Cit., p. 67.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRIAN, Sarane. **História da literatura erótica**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARAÚJO JUNIOR, Anastácio Borges de. **Platão e Freud: duas metáforas da alma humana**. Recife, 1999. 120 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco.
- ASHBEE, Henry Spencer. **Index de livros proibidos**. Tradução de H. Dobal e Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970.
- AUBOYER, Jeannine. **O mundo da arte: mundo oriental**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.
- BARBOSA, Renata Cerqueira. **Concepções da sexualidade romana na Inglaterra vitoriana: a leitura sobre Ovídio**. Assis, 2011. 181 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Campus de Assis).
- BARROS, José D'assunção. O amor cortês: suas origens e significados. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 195-216, jan./jun. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval: e a invenção do amor romântico ocidental**. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C, Varriale et ali.; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BONA, Aldo Nelson. **História verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história**. Guarapuava: Unicentro, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer**. Pref. Sérgio Miceli. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- BRIHASPATI. **Brihaspati Sutra**. The Science of politics according to the school of Brihaspati. Translation by F. W. Thomas. Lahore: The Punjab Sanskrit Book Depot, 1921.
- BRIQUET, Paul. **Traité clinique et thérapeutique de l'hystérique**. Paris: Balière, 1859.

- BRUCKNER, Pascal.; FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. Tradução de D. J. de Saingalf. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, Bruno Silva. Similaridades entre a tradição upanishádica e a filosofia grega antiga. **Revista Sacrilogens**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 124-141, jul/dez 2012.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia do iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Unicamp, 1992.
- CAVACO, Cristina Frois de Figueiredo Baptista. **Mulheres na sombra: Great victorian women behind great victorian men**. Lisboa, 2010. 285 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.
- CAVALCANTE, Berenice. **A revolução francesa e a modernidade**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 179-192, 1995.
- CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- DANNER, Fernando. Cuidado de si e estética da existência em Michel Foucault. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, n. 32, p. 73-94, jan/jun 2008.
- DONINGER, Wendy. **Vātsyāyana Kāmasūtra**. A new translation by Wendy Doniger and Sudhir Kakar. New York: Oxford University Press, 2002.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- ___. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ___. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- ___. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREIRE, Maria Helena de Bastos.; FREIRE FILHO, Ruy Alfredo de Bastos (org.). **A escola dos Nathas e as origens do Hatha Yoga**. São Paulo: Tantrayana, 2007.

FREUD, Sigmund. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: ___. **Freud**. Livro 31. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 26-47.

___. A história do movimento psicanalítico. In: ___. **Os pensadores: Freud**. Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 37-84.

FUNCK, Susana Bornéo. Da questão da mulher à questão do gênero. In: ___. **Trocando idéias sobre a mulher e a literatura**. Florianópolis: UFSC, 1994.

GAMA, Gloria Maria Oliveira. **Escrita masculina/personagens femininas: os contos de Rinaldo de Fernandes**. João Pessoa, 2012. 174 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: ___. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIORGI, Tania Giandoni Wolkoff. **Comunicação social e constituição de 1988: programação televisiva e censura**. São Paulo, 2008. 136 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GUYOT, Jules. **Bréviaire de l'Amour Experimental**. Paris: Librairie Physiologique, 1882.

HECHT, Jennifer Michael. **Dúvida: uma história**. Tradução de Antônio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

KAUTILYA. **Arthashastra: Kautilya (o Maquiavel da Índia)**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

KORFMANN, Michael. O romantismo e a semântica do amor. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, n. 23, p. 83-101, jul-dez/ 2002.

LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. Efeitos de sentidos: tentativa de contenção e deslizamento. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 40, p. 73-82, junho de 2010.

- LINS, Regina Navarro; BRAGA, Flávio. **O livro de ouro do sexo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- LOMBROSSO, C.; FERRERO, G. **La donna delinquent**: la prostitute e la donna normale. 4. ed. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1923.
- MALLA, Kalyana. **Ananga-ranga**. Tradução de Olívio Tavares de Araújo. Brasília: Editora Brasília, s/d.
- MANU. **Leyes de Manú**. Manava-Dharma-Sastra. Buenos Aires: Scharpire, 1945.
- MARGOLIS, Jonathan. **A história íntima do orgasmo**. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set-dez/2005.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- MATOS, Ralfo. População, recursos naturais e poder territorializado: uma perspectiva teórica supratemporal. **Revista brasileira de estudos populacionais**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 451-476, jul./dez. 2012.
- MICHELET, Jules. **L'Amour**: ouvres completes – XVIII. Paris: Flammarion, 1985.
- MORUS, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- NAXARA, Márcia R. C. Iluminismo e romantismo: linhas mestras para pensar o Brasil. In: PEDRO, Joana Maria.; ISAIA, Artur Cesar.; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. (Org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 227-242.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 9.ed. Campinas: Pontes, 2010.

PANIKKAR, Raimundo. Tempo e história na tradição da Índia. *In*: RICOEUR, Paul (org.). **As culturas e o tempo**. Tradução de Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Vozes, 1975. p. 73-94.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas**: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: UFSC, 2004.

POUILLET, T. **De l'onanisme chez la femme**: ses formes, ses causes, ses signes, ses conséquences et son traitement. 7. ed. Paris: Librairie Vigot Frères, 1897.

RAGO, Margareth. Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras? *In*: PEDRO, Joana Maria.; ISAIA, Artur Cesar.; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**: problemas econômico-sexuais da energia biológica. 9ª edição. Tradução de Maria da Glória Novak. São Paulo: Editora brasiliense, 1975.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregorin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

RICE, Edward. **Sir Richard Francis Burton**: o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu os Kama Sutas e trouxe As Mil e uma Noites para o Ocidente. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

RIG VEDA. *In*: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodrê Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 27-54.

ROBERTS, M. J. D. *Morals, Art, and the Law: The Passing of the Obscene Publications Act, 1857*. **Victorian Studies**, Indiana, v. 28, n. 4, p. 609-626, Summer, 1985.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARASWATI, Aghorananda. **Mitologia hindu**: o universo de deuses e mitos da Índia. São Paulo: Madras, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SERRA, Sandra Torres. **Psicanálise e medicina**: uma interlocução histórica, de saber, de prática e de formação. Rio de Janeiro, 2009. 120 p. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Carla Fernanda da. O Kama Sutra e o cuidado de si. **Revista Linguagens**, Blumenau, v. 5, n. 3, p. 220-237, set./dez. 2011.

_____. Manual do Desejo: o leitor ocidental do Kama Sutra. **Cadernos de Literatura e Diversidade (UEFS)**, v. 7, p. 117-128, 2011.

SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. Lisboa, 2009. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

SPINELLI, Miguel. **Helenização e recriação de sentidos**: a filosofia na época da expansão do cristianismo, séculos II, III, e IV. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

STALL, S. **What a young husband ought to know**. Filadélfia: The Vir Publishing Company, 1907.

TEZZA, Cristovão. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin. *In*: FARACO *et al.* **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRILLAT, Etienne. **História da histeria**. Tradução de Patrícia Porchat. São Paulo: Escuta, 1991.

TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

UPANISHADS. *In*: YUTANG, Lin. **Piedade indiana e humor indiano**. Tradução de Beata Vettori e Marques Rebelo Sodrê Vianna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. p. 55-88.

VATSYAYANA. **Kama-sutra**. O mais completo tratado sexual do oriente. Rio de Janeiro: Editora Skorpios, s/d. V.1 e V.2.

___ . **The Kama sutra of Vatsyayana**. Translated by Sir Richard Francis Burton and F. F. Arbuthnot. Edited with a preface by W. G. Archer. Introduction by K. M. Panikkar. London: George Allen and Unwin Ltd, 1963.

___ . **Le Kama Soutra**. Théologie Hindoue. Regles de l'amour de Vatsyayana (morale des brahmanes). Traduit par E. Lamairesse (ancien ingénieur en chef des établissements français dans l'inde. Paris: Georges Carré Éditeur, 1891.

___ . **Kama Sutra**. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

___ . **Kama Sutra**. Tradução de Eduardo de Noronha. Lisboa: Livraria Viuva Tavares Cardoso, 1904.

___ . **Kama Sutra**. Tradução do sânscrito de Daniel Moreira Miranda e Juliana Di Fiori Pondian. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

WEININGER, Markus Johannes. Tradução, alteridade e alteração da identidade: o Kama Sutra como veículo de mudanças sociais no Ocidente e na Índia. X ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES E IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRADUTORES, 10, 2009, Ouro Preto. **Programação e resumos...** Ouro Preto: Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução, 2009. v. 1. p. 144-145.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos históricos**. 4^a.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

**NOTÍCIAS IBÉRICAS NO LIVRO III DE JEAN FROISSART (1337-1405):
NOTAS SOBRE A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BAIXA IDADE MÉDIA**

Marcella Lopes Guimarães¹
Universidade Federal do Paraná

Recebido: 07/11/2015
Aprovado: 20/12/2015

Resumo: O tema deste artigo congrega duas preocupações com quais tenho trabalhado desde 2009: o exame da obra do cronista de Valenciennes, Jean Froissart (1337-1405), e o estudo da circulação da informação no Ocidente Latino, entre Portugal, Castela e França, na Baixa Idade Média. Nesse texto, busco percorrer o Livro III das *Crônicas* de Froissart, para conferir quais acontecimentos o cronista evoca sobre a Península Ibérica e como o faz, excluindo a Batalha de Aljubarrota. Sobre a relevância de abordar os acontecimentos ibéricos no Livro III, o próprio Froissart pode responder, ao declarar no seu prólogo, que se sentiu particularmente atraído às notícias que lhe chegaram da Península Ibérica. Como isso se manifesta na economia do texto? 45 % do Livro III, no Manuscrito que ampara esse artigo, referem-se a assuntos peninsulares ou que têm relação com a Península Ibérica.

Palavras-chave: Jean Froissart; Crônicas; Livro III.

IBERIAN NEWS IN *BOOK III* OF THE JEAN FROISSART'S *CHRONICLES* (1337-1405):
THE CIRCULATION OF INFORMATION IN THE LATE MIDDLE AGES

Abstract: The subject of this essay assembles two concerns that I have been working since 2009: the examination of the work of the Valenciennes chronicler Jean Froissart (1337-1405), and the study of the circulation of information in the Latin West, between Portugal, Castile and France in the Late Middle Ages. In this text, I seek to go through the Book III of the Froissart's *Chronicles*, to check what events the chronicler evokes on the Iberian Peninsula and how he does it, not including the Battle of Aljubarrota. About the importance of considering the Iberian events in the Book III, Froissart himself can answer, by declaring in his prologue, he felt particularly drawn to the news that reached him of the Iberian Peninsula. How is that disclosed in the economy of the text? 45% of Book III, the manuscript that supports this article, refer to peninsular issues or that are related to the Iberian Peninsula.

Keywords: Jean Froissart; *Chronicles*; Book III.

A proposta, a pertinência e o enquadramento:

O tema deste artigo congrega duas preocupações com quais tenho trabalhado desde 2009: o exame da obra do cronista de Valenciennes Jean Froissart (1337-1405) e o estudo da circulação da informação no Ocidente Latino,

¹ Endereço de correspondência: Rua Gal. Carneiro, 460. Prédio D. Pedro I, 7º andar, sala 715. Centro - Curitiba - Paraná - Brasil. CEP: 80060-150. E-mail: marcella974@gmail.com.

entre Portugal, Castela e França, na Baixa Idade Média. Destaco alguns resultados da conjugação específica desses dois temas, publicados em 2013 e 2014, ambos ligados à narração de batalhas: o artigo “Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança”, publicado em livro organizado por mim² em 2013, e o artigo “A Polifonia de Nájera (1367)”, publicado na revista *Territórios e Fronteiras* em 2014.³ Há ainda a tradução da importante obra *Froissart et le temps* do Prof. Michel Zink (do Collège de France), realizada em 2014, e que está no prelo. Nos dois primeiros casos, analisei eventos pontuais a partir do cotejamento das narrativas de 4 cronistas: o castelhano Pero López de Ayala, Froissart, o português Fernão Lopes e o cronista anônimo da *Crónica do Condestrabre*. Pesquisar a maneira como esses homens da escrita reportaram acontecimentos de tão grande impacto na sociedade castelhana e na sociedade portuguesa me fez ver o quanto Froissart estava bem informado do que acontecia na Península Ibérica. A tradução de *Froissart et le temps* colaborou com esse entendimento, ao revelar as condições nas quais o cronista de Valenciennes trabalhava, ou seja, como realizava e onde realizou a busca por informações. No caso de Aljubarrota, reputo como fundamental a experiência que ele teve na corte do *Prince Soleil*, Gastão Febo (1331-1391), e as conversas que entabulou com participantes da batalha, de ambos os lados.

Evoco essas realizações a fim de que fique clara a mudança completa de objetivo e metodologia que me propus aqui. Nesse artigo, busco a verticalização e não o cotejamento. Busco percorrer o Livro III, que reconta eventos sucedidos entre 1383 e 1389, a partir da transcrição do Manuscrito de Besançon 865 para avaliar quais acontecimentos Froissart narra sobre a Península Ibérica e como o faz, excluída a Batalha de Aljubarrota. Antes de prosseguir, antevejo 3 questionamentos: por que o Livro III? Por que o Manuscrito de Besançon? Por que abordar os negócios referentes a Castela e a Portugal, na obra de Froissart? Os estudiosos da obra do cronista, com destaque para o Prof. Peter Ainsworth, um dos maiores especialistas no Livro III, observam que há uma grande mudança na

² GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: UFPR, 2013.

³ GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Polifonia de Nájera (1367). In: **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, jul.-dez., 2014.

narrativa de Froissart a partir na redação desse Livro: “*Le troisième Livre inaugure une nouvelle phase dans la carrière de l’écrivain, qui parle abondamment dans son texte, et comme à loisir, de lui-même et de ses pratiques d’historien*”.⁴ Assim, a narração passa a colaborar de forma nova para a constituição do sentido do texto, com a expansão do narrador. Em relação aos manuscritos, eles são 23 para o 3º Livro e o manuscrito de Besançon costuma ser o mais reputado pelos especialistas, inclusive é a base da edição da *Lettres Gothiques*, de 2004, dirigida pelo Prof. Michel Zink, a partir do estabelecimento do texto feito por Peter Ainsworth e dos *Textes littéraires français*, a cargo do mesmo Ainsworth, para a editora belga Droz. Destaco que o Prof. Peter é também o criador do site “The Online Edition of the Chronicles of Jean Froissart”,⁵ base documental que fundamenta as minhas escolhas nesse artigo. Sobre a relevância de abordar os acontecimentos ibéricos no Livro III, o próprio Froissart pode responder, ao declarar no seu prólogo, que se sentiu particularmente atraído às notícias que lhe chegaram da Península Ibérica. Como isso se manifesta na economia do texto? 45 % do Livro III, no Manuscrito que ampara esse artigo, referem-se a assuntos peninsulares ou que têm relação com a Península Ibérica.

Assuntos concernentes a Aragão e Navarra:

Em 1388, Jean Froissart empreende sua célebre viagem à corte de Gastão Febo, conde de Foix e Béarn. Os mapas que tentam representar a configuração do Ocidente Latino nesta época revelam que o senhorio do *Prince Soleil* ligava a Península à França, colado aos reinos de Aragão e Navarra. Não bastasse a proximidade física, Gastão Febo casou-se com a infanta Agnes de Navarra. Para a sua corte, confiantes na “neutralidade” de seu posicionamento político, convergiram cavaleiros das mais diferentes paragens, daí, sobretudo, o interesse de Froissart:

⁴ AINSWORTH, Peter. Aspects littéraires et historiques du début du troisième Livre. In: FROISSART, Jean. **Chroniques**. Livres III et IV. Lettres Gothiques, collection dirigée par Michel Zink. Édition et textes présentés et commentés par Peter F. Ainsworth et Alberto Varvaro. Paris: Le Livre de Poche, 2004. p. 73.

⁵ FROISSART, Jean. **Chroniques**. Disponível em : <<http://www.hrionline.ac.uk/onlinefroissart/index.jsp>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

“La fu je enforméz de la greigneur partie des faiz d’armes qui estoient avenuz en Espagne, en Portingal, en Arragon, en Navarre, en Angleterre, en Escoce et es frontieres et limitacions de la Languedoc, car la vy venir devers le conte, durant le temps que je y sejourney, chevaliers et escuiers de toutes ces nacions. Si m’en enformoie, ou par eulx ou par le conte qui volentiers m’en parloit” (SHF, 19).

Lá eu fui informado da maior parte dos feitos de armas que estavam acontecendo em Castela, Portugal, Aragão, Navarra, Inglaterra, Escócia e nas fronteiras e limites do Languedoc, pois lá eu vi virem em direção ao conde, durante o tempo em que me hospedei junto a ele, cavaleiros e escudeiros de todas as procedências. Também me informei a respeito ou por eles ou pelo conde que com vontade me falou sobre o assunto.⁶

O cronista tem muitos informantes, a quem dá voz, em discurso direto no texto. Um deles é o cavaleiro Espan de Lion que começa a narrar a Froissart eventos de grande impacto na corte de Febo, em que o rei de Navarra esteve diretamente implicado, ou seja, o caso da morte do herdeito do condado, o jovem Gastão. O cavaleiro não termina essa narrativa, que é completada por um escudeiro da Casa.

O conde tinha em seu poder um prisioneiro pelo qual o rei de Navarra estava disposto a pagar. A condessa se encaminha ao reino de Navarra para receber a importância que seu irmão lhe confere, afirmando, porém, que a quantia não sairia do reino... Isso desperta a ira e a suspeita de Gastão Febo, em relação a algum acordo entre os irmãos, ou seja, entre a sua mulher e o rei. Ela, com medo do marido, permanece na corte do irmão. O filho de Febo vai a Navarra provavelmente para tentar uma solução para o problema. É bem recebido pelo tio que lhe entrega, porém, uma substância, que segundo o monarca, haveria de apaziguar os condes... O jovem volta, esconde a substância, mas ela é encontrada pelo seu irmão bastardo que revela ao pai o segredo. Gastão Febo testa a substância em um cão e descobre tratar-se de um veneno, não de um filtro do amor. Ele envia o filho à prisão e lá, talvez acidentalmente, mata-o. Esses são os fatos.

Lembremo-nos, porém, que eles são contados a Froissart por um escudeiro do *Prince Soleil* que responsabiliza unicamente o rei de Navarra pela morte do jovem herdeiro do condado (SHF, 21). O mesmo narrador não esconde ser o bastardo que revelou o segredo um indivíduo “malicioso”. Tendo Gastão Febo

⁶ Todas as traduções do Livro III que figuram neste artigo são de minha autoria e responsabilidade.

apenas um filho legítimo, a fidelidade dos bastardos ao pai em princípio era certa, não aos irmãos que eram legítimos... No texto, não há espaço, porém, para a suspeita de um acordo entre o rei de Navarra e o sobrinho. O rei é representado como ardiloso e capaz de enganar um jovem que teria boa vontade em fomentar a paz entre seus pais.

Quando Gastão Febo encaminha seu filho à prisão, sua corte se manifesta contrária àquele gesto, crendo na inocência do jovem, ao que o pai está surdo. O jovem recusa alimentação e é visitado pelo seu pai que pressiona uma pequena lâmina contra seu pescoço. Não viu, porém, que havia rompido uma importante artéria e o jovem é encontrado morto pouco depois, para a surpresa de todos, incluindo de seu assassino.

O rei Charles II de Navarra (1332-1387) foi cognominado no século XVI como Charles o Mau, é filho do Conde Filipe de Evreux e da rainha Jeanne de França, filha de Luís X de França e Navarra. Portanto, Charles II desce da dinastia capetíngia, foi candidato ao reino de França contra os Valois, confrontou-os em questões sérias (na Normandia, por exemplo),⁷ perdeu e foi senhor de um reino ibérico. Nos seus domínios e na sua própria individualidade, convergiram razões múltiplas. Seu projeto de interferência no condado de Foix e Béarn é uma tentativa de amenizar a pressão de um grande vizinho, seu parente também... Em momentos do texto, Froissart sugere a dificuldade que franceses tiveram para ajudar Castela por causa da instabilidade da posição de Navarra (SHF, 97). O próprio conselho do rei, segundo Froissart, não ousava se lhe impor, dada a sua “crueldade” (SHF, 238), que se abatia contra os povos por meio de talhas (“tailles”).

A relação entre Castela e Navarra melhora com o casamento entre o filho de Charles *le Mauvais*, o futuro Charles III, com a dinastia Trastamarista, na figura de Leonor de Castela, irmã do rei D. Juan I. Froissart descreve a mudança política que esse casamento favorece:

Car le roy de Navarre ne vouloit pas faire desplaisir au roy de Castille, car son filz messire Charles de Navarre avoit a femme pour ce temps la suer du roy Jehan de Castille. Et quant la paix fut faite du roy Henry, pere au roy Jehan de Navarre, ilz jurerent grans aliances ensemble, lesquelles se

⁷ Quando o Duque de Bourbon passa pelo reino, o rei pede sua interferência nos negócios da Normandia (SHF, 216).

tenoient et estoient bien taillees de tenir. Ne le roy de Navarre ne puet resister au fort contre le roy de Castille se il n'a grans aliances ou confort du roy d'Arragon ou du roy d'Angleterre. (SHF, 151).

Pois o rei de Navarra não queria desagradar ao rei de Castela, porque seu filho, o senhor Carlos de Navarra, tinha por esposa a irmã de Juan de Castela nessa época. Quando a paz foi feita com o rei Henrique, pai de João de Navarra [na verdade, segundo o contexto, trata-se de Juan de Castela, cujo pai foi Henrique Trastâmara, provavelmente, um equívoco de Froissart], eles juraram grandes alianças juntos, as quais eram tidas e estavam bem definidas e então feitas para durar. O rei de Navarra não podia resistir ao rei de Castela, se não tivesse grandes alianças, ou apoio do rei de Aragão ou do rei da Inglaterra.

Sobre Aragão, Froissart reporta a morte de Pedro IV e o coloca mesmo a proferir um discurso aos filhos no leito de morte, de maneira direta. Nesse discurso, o rei aconselha os infantes à neutralidade, no que se refere ao Cisma. O cronista emite considerações muito positivas sobre o rei à beira da morte: *“qui fu un moult vaillant homme en son temps et qui grandement augmenta la couronne et le royaulme d'Arragon, et conquist tout le royaulme de Maiogres”* (SHF, 123) [que foi um muito corajoso homem em seu tempo que grandemente aumentou a coroa e o reino de Aragão, e conquistou todo o reino de Maiorca], não esquece que ele fora aliado do Príncipe Negro, personagem muito caro a Froissart. A sua morte gera uma série de problemas no reino, já que, pressionado pela aliança matrimonial, segundo Froissart, o jovem rei pende para o Papa Clemente V. As “boas cidades” de Aragão também pressionam o monarca a jurar determinadas condições a fim de poder ser coroado, o que o desgosta, segundo o cronista, sobretudo contra Barcelona.

Nesse período, Froissart faz menção aos *routes*:

En ce temps avoit en la Languedoc sus les frontieres d'Auvergne et de Rouuergue vers Pesenas et vers la cité d'Uzéz une maniere de gens d'armes qui s'appelloient les routes. Et se monteplioient tous les jours pour mal faire, et en estoient cappitaines IIII hommes d'armes qui demandoient guerre a tout homme qui feust monté a cheval, ilz n'avoient cure a qui. (SHF, 124).

Nesse tempo, havia no Languedoc sobre as fronteiras de Auvergne e de Rouuergue em direção a Pesenas e à *cité* de Uzéz um tipo de gente de armas que se chamava *routes*. Eles se multiplicavam todos os dias para fazer o mal e eram seus capitães 4 homens que demandavam guerra a todo aquele que estivesse a cavalo e não se preocupavam com ninguém.

Esses grupos armados atuaram sobre Aragão e Froissart sugere que o rei lhes sustentava contra vilas por demais “independentes” (SHF, 125). Uma das situações em que o cronista dispõe os *routes* é o caso da tomada de um castelo da prima de Gastão Febo. Interessa apontar que, nessa situação, ela recorre primeiro ao primo e não ao rei de Aragão. Este acaba por ter de enfrentar o problema dos “routes”.

Assuntos concernentes a Castela e Portugal:

Sem sombra de dúvida, dos 45 % do texto consagrados à Península Ibérica, os assuntos concernentes a Castela e Portugal são a maioria. Nesse sentido, mais uma vez, Froissart alude a seus informantes, em que se destaca João Fernandes Pacheco (*“Et si doucement et attrempeement le me comptoit et tant volentiers que je prenoie grant plaisance a l’oir et a l’escire.”* (SHF, 73) [e tão doce e cortês me enumerava, e com tal voluntariedade, que tomei grande prazer em ouvi-lo e em escrever-lhe], dá-lhes voz diretamente e descreve sua diligência para recolher informação, observando que não só esteve no condado de Foix e Béarn, como também foi até Bruges, atrás da voz dos portugueses. Como o cronista de Valenciennes se ocupa de eventos sucedidos entre 1383 e 1389, informa acerca dos antecedentes da mudança dinástica em Portugal, menciona D. Fernando, seu casamento com Leonor Teles, o nascimento da filha Beatriz que se casaria com D. Juan I de Castela e aborda a morte do rei de Portugal que entroniza o rei de Castela no reino português como herdeiro. Nesse sentido, Froissart não se escusa de expor em discurso direto as humilhações que os castelhanos infringiram aos portugueses, depois da morte do rei D. Fernando:

ilz se mocquoient d’eulx, et disoient: ‘O, gens de Portingal, vueilliéz ou non, vous retourneréz en nostre dangier. Nous vous tendrons en subjeccion et en servage, et vous enseignerons si comme esclave et Juifs, et ferons de vous nostre volenté.’ (SHF, 71)

Eles os ridicularizavam e diziam: “Oh, gente de Portugal, queiram ou não, vós retornareis a nosso domínio. Nós vos teremos em sujeição e em servidão, e vos ensinaremos como se fôsseis escravos e judeus, e faremos de vós o que nos aprouver”.

Froissart tem um juízo muito positivo do rei de Portugal D. João I. Dispõe-no a amar os cães e os pássaros, a primar pela elegância e maneiras cortesãs:

il est gracieux homme et a bien corps, maniere et ordonnance de vaillant homme, et est mon espoir que il regnera en puissance, car il est amé de ses gens, et disent que ilz n'eurent, passé a cent ans, qui si bien leur cheyst en cuer ne en grace, et n'a encores d'aage que XXVI ans. Il est fort chevalier et dur selon la nature de Portingalloys, et est bien taillé de corps et de membres pour porter et souffrir peine. (SHF, 109-111).

Ele é um homem benevolente e tem bom corpo, maneira e disposição de homem corajoso, e é minha esperança que ele reinará poderosamente, pois ele é amado pelas suas gentes, que dizem não terem tido, passados cem anos, quem tão bem lhes adviesse e em graça, e ele só tinha então 26 anos. Ele é um forte e duro cavaleiro, segundo a natureza dos portugueses, e é bem talhado no corpo, capaz de suportar e sofrer sofrimentos.

Atribui-lhe virtudes como a coragem, a sabedoria e a determinação (SHF, 3), afirma que o Mestre de Avis foi alçado à condição de rei pelas maiores cidades do reino, a despeito da origem bastarda. Cabe ressaltar que Froissart repete um argumento que veremos escrito décadas depois por Fernão Lopes e posto na boca de João das Regras, quando este alude a uma bastardia geral entre os candidatos ao trono português. Assim, Froissart é minucioso quando aborda as circunstâncias do enlace entre D. Fernando e Leonor Teles que, quando se casou com o rei, ainda era casada com outro, o cavaleiro João Lourenço da Cunha.⁸ O argumento de Froissart é nivelar a todos, inclusive lembrando que o rei de Castela D. Juan I era, ele também, filho de um bastardo, Henrique II Trastâmara. Ora, faz pensar que nem D. Juan, nem sua mulher tinham direito aos tronos que ocupavam ou alejavam. O cronista de Valenciennes só não aborda a sorte dos filhos de Inês de Castro...

São diversos os capítulos concernentes à Batalha de Aljubarrota,⁹ os detalhes engrossam o relato de outro narrador a quem Froissart empresta a voz,

⁸ É interessante destacar que, na narrativa de Froissart, Leonor não está investida da sensualidade perniciososa com que o foi em Portugal. Ela é identificada muito mais como vítima da paixão do rei de Portugal (SHF, 79). Froissart também ignora completamente a ligação do rei D. Fernando com sua própria irmã, D. Beatriz (filha de Inês de Castro), ligação esta narrada por Fernão Lopes. Froissart, porém, sugere a ligação entre Leonor Teles e o Andeiro, ao afirmar que ele governava a rainha (SHF, 82).

⁹ Em "Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança" (GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.). **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: UFPR, 2013.), analisei 3 capítulos concernentes à batalha.

trata-se de Lourenço Anes Fogaça. Fogaça narra a partir do que viveu, esteve na Batalha Real. Assim, ao permitir que ele narre, Froissart não finge que ele fala para enganar os “leitores” crédulos, mas constrói uma narrativa verossímil, com o que o português poderia ter dito a partir de sua experiência. Como esse texto exclui a discussão da Batalha especificamente, aponto apenas um aspecto de forte ressonância para a narração de Froissart sobre os eventos da Península: o projeto político do Duque de Lencastre em Castela. Depois da vitória em Aljubarrota, o condestável Nun’Álvares Pereira propõe a escrita de uma carta ao Duque de Lencastre convidando-o a confrontar o rei D. Juan I, afinal o duque era casado com a filha mais velha de Pedro I de Castela, D. Constança, e já tinha dela uma filha, D. Catarina. Um detalhe é que, entre os embaixadores nomeados, um é realçado pelo domínio do Francês. Aliás, as cartas enviadas à Inglaterra são escritas em Latim e em Francês (SHF, 75). É no bojo dessa “visita” que Fogaça conta o que se passou no Planalto de São Jorge, em 14 de agosto de 1385.

Froissart tem um juízo pouco simpático aos castelhanos em geral. Além de fazer questão de exibir os comentários irônicos destes em relação aos portugueses, narra detalhes pouco edificantes, em comparação com os portugueses em situações análogas. Assim, no contexto do Cerco de Lisboa, em 1384, o rei de Castela ordena a mutilação de um português capturado por seus homens. Logo na sequência, Froissart observa que o então Mestre de Avis devolve um preso castelhano inteiro... (SHF, 85). Na vitória portuguesa de Aljubarrota, nenhuma condescendência aos castelhanos, enquanto para os portugueses elogios à sua coragem e destreza, mesmo levando em conta que a batalha teve poucos cativos.

A campanha dos embaixadores portugueses junto ao Duque de Lencastre é bem sucedida e ele resolve partir com as filhas e a esposa para a Península. Leva as filhas porque a embaixada incluía a proposta de um casamento com o rei de Portugal. O avanço das tropas do duque na Galiza também é sutilmente comparado às maneiras como as tropas francesas atuavam em favor de seu aliado, o rei de Castela D. Juan I. Os franceses são os amantes da rapina indiscriminada. Todavia, se a conquista de cidades, de forma pacífica ou não, foi expressiva para o duque de Lencastre e a esposa, filha do rei Pedro I, ela gastou as tropas, comprimidas também pela estratégia sugerida pelos franceses ao rei de Castela, ou seja, de

deixar que o duque avançasse sem uma batalha decisiva. Em vários momentos, sobressai a angústica do rei em relação às vitórias do duque, mas os franceses observam que, do lado do monarca, estavam as cidades mais importantes e que ele ainda se beneficiaria do cansaço e do clima desacostumado para os ingleses. De fato, a narrativa apresenta as hostes do duque tombando adoentadas, mesmo o seu líder.

O projeto político do duque é reforçado pelo casamento de D. João I de Portugal com Felipa de Lencastre, preferida por D. João habilmente para que não tivesse que dedicar a vida à recuperação do trono castelhano de uma de suas herdeiras... Entretanto, mesmo assim, essa coalização não é suficiente. Froissart compara portugueses e ingleses: "*Car Angloys sont de plus foible compleccion que les Portingalloys, car ceulx de Portingal portoient encores asséz bien celle peine, car ilz sont durs et secs et faiz de l'air de Castille*". (SHF, 205) [Pois os ingleses são de mais frágil compleição que os portugueses, pois os de Portugal suportam melhor ainda esse sofrimento, pois são duros e secos e feitos do ar de Castela] e revela que, enquanto D. João cavalgava ao lado do duque, as tropas iam separadas. Além de não se entenderem, tinham temperamentos diferentes (SHF, 203).

Também compara a guerra que se fazia no reino da França e em Castela, enquanto o primeiro

est reampli de gros villaiges, de beaulx paÿs, de doulces rivieres, de beaulx estancs, de belles prayeries, de courtoys vins et substancieux pour gens d'armes eulx nourrir et renffreschir de souleil et d'air a point attrempé, et nous avons cy [castela] tout le contraire. (SHF, 201)

É repleto de robustas vilas, de belos campos, doces rios, belos lagos, belos prados, de vinhos agradáveis e substanciais para as gentes de armas se nutrirem e se refrescarem de sol e ar moderado, nós temos em Castela o contrário de tudo.

Para os ingleses, a guerra em Castela é insalubre.

A situação de enfraquecimento das hostes não passaria despercebida a D. João I de Portugal que aconselha o sogro a voltar a Galiza e descansar as tropas para um outro momento de avanço, quando as condições climáticas fossem mais aprazíveis aos ingleses. É importante reassaltar que o Duque de Lencastre estava no limite do suporte que o reino de origem poderia lhe dar. Froissart está muito

bem informado da crise política tanto na França de Carlos VI quanto na Inglaterra de Ricardo II...

O certo é que, movido por sua própria debilidade física, o duque de Lencastre recua e D. Juan I de Castela confirma a excelência do conselho dos franceses, assentados em seu reino. É bem verdade que a inércia dos franceses se devia objetivamente à espera do reforço das tropas do Duque de Bourbon. Depois que as hostes inglesas se desfazem, o duque de Bourbon se aproxima... Antes, porém, ainda para um pouco em Aragão para visitar os primos.

Tudo levaria a crer em uma vitória da coligação franco-castelhana. Antes, uma questão: esse juízo provaria o uso anacrônico da ciência dos fatos contra o que era possível aos homens e mulheres de então? Há duas maneiras de responder à questão. Em primeiro lugar, a permanência do duque de Lencastre na Galiza, mesmo debilitado e já desprovido de uma parte dos homens, ou porque morreram ou porque retonaram a Inglaterra, sempre potencializaria uma reação contra Castela, sobretudo levando-se em conta a coalisão com Portugal, fundada no casamento entre D. João e Filipa de Lencastre. Sua permanência ainda gera outros riscos, pois da Galiza ele maneja o potencial matrimonial da outra filha, herdeira pretendida de Castela, D. Catarina. Como noivo, um candidato fortíssimo do reino da França, o próprio duque de Berry, idoso para os padrões da época, mas disponível. O Duque de Lencastre faz passar cartas por Castela em que a possibilidade do enlace é um segredo mal guardado propositadamente, isso fica evidente na leitura de Froissart. É nesse momento que, em Castela, insinua-se outro projeto: o casamento de Catarina de Lencastre com o filho de Juan I, o futuro Henrique III. Na verdade, esse é o projeto favorito do duque de Lencastre e de sua mulher, Constaça. Froissart explicita a percepção clara dos pais da jovem de que, morto o duque de Berry, a filha seria uma dama entre outras em terra hostil, enquanto em Castela, seria rainha, como era seu direito.

Há dois projetos de paz que tramitam nos casamentos possíveis de Catarina de Lencastre: com o duque de Berry, uma paz maior, de ressonância no próprio destino da Guerra dos Cem Anos. Outra possibilidade é mais particular e é essa a que vinga. D. Juan de Castela é levado a considerar o casamento como garantia da paz, mesmo com a preocupação explícita do rei da França, que envia embaixadores

a Castela para expressar o zelo pela manutenção das alianças entre os dois reinos. O casamento ainda custa caro aos cofres castelhanos que ficariam comprometidos com pagamentos até o fim da vida dos duques de Lencastre.

Froissart também revela informações que Pero López de Ayala não nos dá, ele o cronista oficial de Castela e Chanceler maior do reino: falo do destino dos restos mortais de Pedro I. Um dos primeiros gestos da duquesa Constança, quando vai a Castela acompanhar a filha para o casamento, é honrar e transladar os restos do pai para a catedral de Sevilha, onde eles estão hoje. A prossição é mesmo acompanhada pelo rei de Castela, filho do assassino de Pedro, e por seu filho, marido da neta de Pedro:

La dame vint a Nantueil et fist tant par juste anqueste que elle sceut de verité ou son pere fut jadiz ensepveliz, si comme vous sçavéz et il est contenu cy dessus en nostre histoire. Sy fut deffouiz et les os prins et levéz et embauméz et mis en un sarqueux et portéz en la cité de Seville; et vindrent toutes les processions a l'encontre et au dehors de la cité. Sy furent en la cathedral eglise ces os portéz, et la mis moult reverentment; et lui fist ont tressollemnement obsecque, et y fut le roy Jehan de Castille et son filz le jeune prince de Gallice et la greigneur partie des prelas et des barons. Après cest obsecque fait, chascun s'en retourna en son lieu. (SHF, 305).

A senhora veio a Nantueil e soube a partir de justa investigação onde seu pai fora enterrado, como vós sabeis e está contido aqui em nossa história. Então, ele foi desenterrado e os ossos tomados, levados, embalsamados, colocados em um sarcófago, e levados a Sevilha. E vieram todos em procissão para encontrá-los fora da cidade. Desta forma, foram seus ossos colocados na catedral, de forma muito reverente; e lhes foram feitas exéquias muito solenemente. Tomaram aí parte o rei D. Juan de Castela, seu filho, jovem príncipe da Galiza, e grande parte dos prelados e de dos barões. Depois de feitas as exéquias, cada um retornou a seu lugar.

Voltando à questão acima proposta, ou seja, da percepção na época de que a vitória da coligação franco-castelhana sobre o cansaço e o desmanche das hostes anglo-portuguesas tornaria o casamento entre Catarina e o futuro Henrique III uma ação desnecessária, Froissart traz à cena a análise de um dos seus mais prestigiados personagens: o conde Gastão Febo:

"Ce roy de Castille est un grant cheitifs; il a fait paix a un homme mort! car je sçay bien", dist le conte de Foix, "que le duc de Lancastre estoit en tel party que il ne se pouoit aydier. Par ma foy", dist le conte, "il y a un saige

homme ou duc de Lancastre, et vaillamment et saigement il s'est portéz de ceste guerre." (SHF, 302).

"Esse rei de Castela é um grande miserável; ele fez a paz com um homem morto! Pois eu bem sei", disse o conde de Foix, "que o duque de Lancastre estava em tal situação que ele não se podia ajudar. Por minha fé", disse o conde, "há um homem sábio [nessa história], é o duque de Lancastre, corajosa e sabiamente ele se portou nesse guerra".

Gastão Febo já analisara mesmo a guerra entre as coalisões e já havia percebido que só uma campanha rápida ou uma batalha campal daria ao Duque de Lancastre a legitimidade necessária para assumir a herança da mulher. Foi Aljubarrota quem tornou D. João I de Portugal um rei viável. Os franceses são hábeis em desviar os castelhanos de um combate aberto contra os ingleses. A demora do Duque de Bourbon, provavelmente intencional, garantiu que o rei de Castela fosse instado a ter paciência e esperar o cansaço dos seus oponentes.

Sobre a circulação da informação

Há muitos aspectos instigantes sobre a circulação da informação no perímetro coberto pela narrativa do Livro III de Jean Froissart. Destaco dois neste artigo: o papel da língua e o papel dos cavaleiros. São raras as vezes em que o cronista se identifica como *francês* na sua obra e levando-se em conta que sua primeira senhora, Filipa de Hainaut, sua conterrânea, foi rainha da Inglaterra, a admiração de Froissart pelo rei Eduardo III e pelo filho deles, o Príncipe Negro, é muito mais entusiasmada que por qualquer nobre francês... Porém, mesmo vivendo sob a proteção de uma rainha, Froissart nunca foi um cronista régio, como Ayala ou Fernão Lopes. Viveu entre cortes principescas, tendo seu talento reconhecido e pago por grandes senhores. Essa "isenção" possível naquele contexto a um homem de letras qualifica bastante algumas informações que são segredadas em sua obra a respeito dos reis e reinos. O fato de os embaixadores portugueses se preocuparem com o idioma e escreverem em francês (o latim era óbvio) cartas a um duque inglês demonstra o prestígio e o potencial do idioma como garantia de negociações extraterritoriais.

Froissart alude em vários momentos à percepção do idioma no texto, como quando D. Constança escuta os castelhanos falarem. Ela, que foi muito jovem para a

Inglaterra, devia ter memória da língua materna. Quando o cronista afirma que portugueses e ingleses não se misturavam, uma das razões é linguística. Pouquíssima preocupação têm Ayala e Fernão Lopes com o tema, mas ele é fundamental para perceber afinal como as pessoas podiam se entender em sociedades bastante permeáveis a encontros culturais, como a corte de Gastão Febo.

A Corte de Febo nos leva a abordar outro elemento – o papel dos cavaleiros na circulação da informação. Antes, porém, é importante perceber que, pelas terras de Febo, terras entre França, Aragão e Navarra, passam mesnadas que obtêm autorização para transitar apenas mediante pagamentos substanciais, isso fica claro no Livro III. O Conde de Foix é um homem rico e que gosta de dinheiro. Sua “neutralidade” política facilita, portanto, a constituição de uma verdadeira zona de interseção para a qual confluem pessoas e discursos, ou seja, um espaço de convergência de cavaleiros que podem se considerar seguros e que têm histórias para contar. O Conde de Foix e Béarn não é o senhor de Froissart, é um senhor temporário. O cronista teve de obter autorização do seu “verdadeiro” protetor, o conde de Bois, para ir a Foix, esse ambiente único para quem queria estar bem informado.

Considerações finais

Quando comparamos as crônicas de Froissart às de Pero López de Ayala, por exemplo, uma primeira diferença se revela nítida – a ordenação dos eventos. Ayala narra os acontecimentos cronologicamente. Froissart no Livro III reordena os eventos conforme a informação que deles lhe chega. Há cronologia na sua narrativa, mas ela não constrange a narração. A narração fundamenta a ordem dos eventos. Nesse sentido, Fernão Lopes parece mais com Froissart.

O fato de quase a metade do Livro III compreender eventos concernentes à Península Ibérica revela a importância que eles tiveram do ponto de vista de quem tinha por tarefa *escrever a história*. Fortalece essa constatação todo o investimento que Froissart fez para construir a narrativa e preencher-lhe as lacunas: autorização para viajar, para se estabelecer junto a outro senhor, cavalagar com cavaleiros que deliberadamente paravam a narrativa em momentos fundamentais, como Espan de

Lion, que não completa a narrativa da morte do jovem Gastão, filho assassinado pelo pai, busca por outras fontes, novas viagens... O trabalho de Froissart era solicitado, realizado, pago e divulgado. O número de manuscritos ainda prova a sua circulação, outras formas de alimentar as pessoas no período.

No balanço de notícias da Península sobressaem as lutas entre Portugal e Castela, quando comparado ao que é narrado sobre Navarra e Aragão. Sobressairiam porque envolveram outros reinos, como Inglaterra e França? É preciso ter cuidado com uma resposta apressada e que compreende Portugal e Castela como satélites das lutas entre astros mais robustos... O Duque de Lencastre está só em seu projeto... O conselho inglês apoia-o finalmente, mas no auge da crise que vive em uma Castela hostil do ponto de vista mais climático que bélico, ele só conta com os portugueses... Estes, por sua vez, aparecem no Livro III como aqueles que, de fato, atraíram o Duque para fortalecer a sua própria autonomia frente à Castela. Na solução finalmente adotada por D. Juan I de Castela, de casamento entre seu filho e a neta de Pedro I, inimigo de seu pai, casamento que ameaçava a sua aliança com a França (!), ele pensa na segurança de seu próprio reino. Os embaixadores enviados pelo rei da França, temeroso com o fato de o casamento entre Catarina e o futuro Henrique ser uma aproximação clara com a casa inglesa de Lencastre, deixam o reino sem muita atenção do rei de Castela...

A narrativa de um cronista não diretamente vinculado a uma casa real, como Froissart, mas muito bem informado por uma polifonia, mostra como Portugal e Castela manipularam a seu favor, ou seja, em favor da garantia do fortalecimento da independência de cada um frente ao outro, o apoio de seus aliados. Estes, por sua vez, também usaram esses combates para se manterem em exercício durante tréguas entre França e Inglaterra. O Livro III atesta uma realidade dinâmica na Península Ibérica formada não por coadjuvantes, mas por atores que Froissart inscreveu em seu projeto de escrita.

Referências Bibliográficas

AINSWORTH, Peter. Aspects littéraires et historiques du début du troisième Livre. *In: FROISSART, Jean. Chroniques. Livres III et IV. Lettres Gothiques, collection*

dirigée par Michel Zink. Édition et textes présentés et commentés par Peter F. Ainsworth et Alberto Varvaro. Paris: Le Livre de Poche, 2004.

FROISSART, Jean. **Chroniques**. Livres III. Disponível em:

<<http://www.hrionline.ac.uk/onlinefroissart/index.jsp>>. Acesso em: 26 de ago. 2015.

GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK (dir.) Michel. **Dictionnaire du Moyen Âge**. Paris: PUF, 2002.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Polifonia de Nájera (1367). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, jul.-dez., 2014.

_____. **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: UFPR, 2013.

ZINK Michel. **Froissart et le temps**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

A NAÇÃO AMADA, A NAÇÃO FUSTIGADA: PERCURSOS, RACIONALIDADES E VARIÇÕES DA HISTÓRIA COMPARADA

Elio Chaves Flores¹
Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal da Paraíba

Recebido: 05/01/2015 Aprovado: 10/11/2015
--

Resumo: O presente artigo relata a historicidade dos estudos comparados a partir de dois movimentos epistemológicos. O primeiro, “do viés contrastivo ao método comparativo”, aborda os primeiros estudos comparados do século XIX, iniciados pelos estudos da linguagem até a concepção sociológica de Émile Durkheim ao nomear “o método das variações concomitantes”. O segundo movimento, “do método comparativo à história comparada”, discute a afirmação dos dois grandes paradigmas comparatistas da historiografia contemporânea, “comparar o comparável”, pela expressividade de Marc Bloch (primeira metade do século XX) e “comparar o incomparável”, através da construção da antropologia histórica de Marcel Dietenne (segunda metade do século XX). No ensaio, procura-se responder a uma hipótese problematizadora que, a rigor, revela como e por que o método comparativo foi recebido e praticado de forma excessivamente cautelosa pelas correntes historiográficas nacionais até, pelo menos, a década de 1960.

Palavras-chave: Historiografia; História Comparada; História Contemporânea.

BELOVED NATION, BUFFETTED NATION: PATHWAYS, RATIONALITIES AND VARIATIONS OF COMPARATIVE HISTORY

Abstract: This article reports the historicity of comparative studies from two epistemological movements. The first, "from contrastive bias to comparative method" addresses the first comparative studies of the nineteenth century, initiated by studies of language to the sociological conception of Émile Durkheim in naming "the method of concomitant variations." The second movement, "from the comparative method to the comparative history", discusses the statement of the two major comparatist paradigms of contemporary historiography, "comparing the comparable" by the expressiveness of Marc Bloch (first half of the twentieth century) and "comparing the incomparable" by building the historical anthropology of Marcel Dietenne (second half of the twentieth century). In the essay, we seek to answer a problematical hypothesis that, strictly speaking, reveals how and why the comparative method was received and practiced so overly cautious by national historiographical currents up to at least the 1960s.

Keywords: Historiography; Comparative History; Contemporary History.

¹ Endereço: Av. Argemiro de Figueiredo, 1819, Apto. 401. Bessa - João Pessoa-PB - CEP 58037-030.
E-mail: eliochavesflores@gmail.com.

Ao leitor curioso diante de sua problemática, o historiador dos *Annales* [André Burguière] toma o cuidado de lembrar várias vezes que ele privilegia uma abordagem comparatista, fiel aos ensinamentos de Marc Bloch. Convidado também à crítica, seu leitor se perguntará se a dupla “precocidade” [os “mistérios” da Nação e do Estado francês] alegada foi objeto de um questionamento conceitual, se foi posta em perspectiva, por exemplo, com outras nações que, há mais de um século, reivindicam também uma “singularidade” forte, como o Japão, a Inglaterra, a Alemanha, o México ou o Peru dos Peruanos. Parece que uma abordagem comparatista, de preferência *entre historiadores e antropólogos*, poderia ser útil para ver e analisar como se molda um objeto do tipo “História nacional”.

Marcel Detienne, *L'identité nationale, une énigme*.²

Pode-se dizer que há duas “tradições modernas” nos estudos comparados e na utilização do método comparativo. Os estudos comparados têm origens na linguística do século XVIII que começa a realizar “estudos históricos” da linguagem com o objetivo de comparar línguas, buscar semelhanças e, também, classifica-las. Com efeito, essa abordagem histórica da linguagem se consolidará nas primeiras décadas do século XIX com a ampliação de pensadores e obras que desenvolveram a “linguística histórico-comparativa”. Pode-se lembrar dos nomes do alemão Wilhelm von Humboldt (abordagem filosófica) e do dinamarquês Rasmus Rask (abordagem comparatista) que imprimiu os primeiros passos em “direção à Gramática Comparativa”.³

Foi ainda na primeira metade do século XIX que os estudos de viés comparatista extrapolaram os “estudos da linguagem” e invadiram outros campos como a economia política, a antropologia, a história e a sociologia. Nesses campos não se formaram correntes como a Linguística Comparada, mas avançam abordagens na busca de similitudes, semelhanças e pareências assim como contrastes, diferenças e distanciamentos de processos, eventos e fenômenos pelos “feitos e ditos” dos povos e seus “regimes de historicidade”. No texto de fundação da linguística moderna, *A Vida da Linguagem* (1875), de William Dwight Whitney, que defendeu a tese, então original, de que “a língua é uma instituição social” foi pensado o parâmetro perigoso de se estudar os fatos encerrados nas suas próprias

² DETIENNE, Marcel. *L'identité nationale, une énigme*. Paris: Gallimard, 2010.

³ CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. [1975]. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Prefácio: Albertina Cunha. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 37-42.

manifestações. Whitney já alertava para as rugosidades e escaras nacionais num tempo em que a historiografia corria atrás de inventar passados nacionais:

Não há relações que as línguas não possam dispensar: há apenas aquelas que surgem mais naturalmente ou aquelas cuja expressão é mais útil na prática e que apenas são percebidas pelo estudo geral das línguas. Nossas preferências nacionais são o fruto da educação e não podem servir de guia nessa apreciação.⁴

Dois anos depois dessas considerações publicadas, Ferdinand de Saussure leria suas “memórias” na Sociedade Linguística de Paris onde comparava e se consolidava como pesquisador dos “estudos indo-europeus” ao ponto de se tornar professor da cadeira de Gramática Comparativa na École Pratique des Hautes Etudes (1881-1891). Na última fase de sua vida, já no século XX, Saussure pensaria, a partir dos seus **Cursos de Linguística Geral** (1907-1911), que “as ciências que operam com valores” possuem uma “dualidade interna” inescapável que pode ocasionar “rotas divergentes”. Mas se trata de um “sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes”, digamos entre “um significado e um significante”. A rigor, pode-se vislumbrar isso tudo em dois eixos, o primeiro horizontal e, o segundo, vertical, que se interseccionam: o “eixo das simultaneidades, concernentes às relações coexistentes” e, o “eixo das sucessões”, onde estão “situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações”.⁵ Com efeito, em torno da linguística geral, Ferdinand de Saussure opera a diferença entre as “dualidades” (duas ordens) e essa diferença é largamente ilustrada por comparações até chegar aos caminhos “linguagem/língua/fala/sincronia/diacronia”. Saussure alerta para as consequências da “confusão entre sincrônico e diacrônico” e indaga se não existiria “um ponto de vista pancrônico”, isto é, “relações que se verificam em toda parte e sempre?” O autor alude ao estudo histórico, entre séculos e lugares, “em toda parte se opera com fatos similares, que bastaria aproximar para estabelecer as verdades

⁴ WHITNEY, William Dwight. **A Vida da Linguagem**. [1875]. Tradução e Prefácio à Edição Brasileira: Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 205.

⁵ SAUSSURRE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [1916]. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro blikstein. 34^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 120-21.

gerais de ordem diacrônica”.⁶ Talvez seja por isso que os historiadores, mesmo os comparatistas blochianos, sintam calafrios ao ouvirem a expressão “linguística geral” e o impronunciável nome de seu autor.

Essa inserção aos estudos comparados da linguagem tentou mostrar que o viés comparativo vai se afirmando como abordagem metodológica no decorrer da segunda metade do século XIX e, mais especificamente, no final do século começarão as primeiras reflexões sobre o método comparativo propriamente dito. Mas isso seria levado adiante a partir da premissa do nacional, ou melhor, da invenção da “consciência nacional” com seus três grandes pés de ferro: cemitérios, orações fúnebres e ensinos de história. Não por acaso, a “imaginação histórica do século XIX”, de autores cujos campos apenas eram definidos por “ciências do espírito” (ciências culturais), seria tentada a experimentar o viés comparativo e mesmo fundar o “método comparativo” em que os “comparáveis nacionais” nasciam das sociedades de classes e da “categoria de historicidade”.⁷

Do Viés Contrastivo ao Método Comparativo

A tradição dos estudos marxistas parece ser rica em apontar realidades, acontecimentos e protagonismos humanos a partir de análises contrastivas. Não seria problemático afirmar que a obra mais historiográfica de Karl Marx, **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte** (1851-52), foi escrita na lógica de um quadro comparativo. Podem-se apontar algumas nuances ou rastros dessa dimensão historiográfica: as cenas da história se repetem, pelo menos, duas vezes (tese que Marx toma emprestada de Hegel), “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”; os acontecimentos contrastados são a revolução jacobina de 1793-95

⁶ O autor arrisca dois exemplos historiográficos. O primeiro é moderado: “existe uma ciência descritiva do Direito e uma história do Direito; ninguém opõe uma à outra. A história política dos Estados se move inteiramente no tempo; entretanto, se um historiador traça o quadro de uma época, não se tem a impressão de sair da História. Inversamente, a ciência das instituições políticas é essencialmente descritiva, mas pode muito bem, às vezes, versar uma questão histórica sem que sua unidade seja perturbada”. O segundo exemplo é radical: “a Economia Política e a História Econômica constituem duas disciplinas claramente separadas no seio de uma mesma ciência (...) numa, um trabalho e um salário; na outra, um significado e um significante”. SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**, Op. Cit., p. 120-142. Como se sabe, “Os Cursos de Linguística Geral” foram anotados por alunos de Ferdinand de Saussure e somente seriam publicados depois de sua morte, com o título **Curso de Linguística Geral**, cuja primeira edição francesa é de 1916. A primeira edição brasileira viria a lume 54 anos depois, portanto, em 1970.

⁷ DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 16.

(tragédia) com a revolução liberal de 1848-1851 (farsa); e, aos sujeitos políticos, desde o título, das primeiras às últimas páginas, as distâncias e aproximações são constantes entre Napoleão, o tio (trágico imperador) e Luís Bonaparte, o sobrinho (farsante). Marx conclui o primeiro capítulo sugerindo que o regime político cesarista produz a sua própria paródia.⁸ No prefácio à segunda edição da obra (1869), o próprio Marx separa seu estudo aos que imediatamente lhe sucederam, **Napoleão, o pequeno** (de Victor Hugo) e **Golpe de Estado** (de Pierre Joseph Proudhon), comparando-os aos escritos dos “historiadores objetivos”. Com efeito, Marx se distancia dos historiadores objetivos a partir de uma posição contrastiva (e comparada): “Em contrapartida, eu demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói”.⁹ Mas seria errôneo afirmar que as observações contrastivas desses escritos marxianos fundassem um método específico no campo da economia política ou da “literatura comunista”.

Na obra política mais difundida dos escritos de Marx, **O Manifesto Comunista** (1848), o tropos comparatista vai ser a tônica desde o início: “burgueses e proletários”; “proletários e comunistas”; “literatura socialista e comunista”; “comunistas e partidos de oposição”. As várias análises que se fizeram do Manifesto nos 150 anos de sua redação não me parecem atentar para essa característica.¹⁰ Peter Burke observa que “o método comparativo de Marx, Comte, Spencer, Durkheim e outros estudiosos do século XIX consistia essencialmente em identificar o estágio alcançado por uma sociedade específica, em colocá-lo na escala da evolução social”.¹¹ Por isso que não concordo com Peter Burke na designação “método comparativo” para Marx e “outros estudiosos do século XIX”. Trata-se na verdade de um “viés comparativo”, uma observação de soslaio de um olhar autóctone em relação às “províncias europeias” ou aos povos originários dos outros continentes. Procuro demonstrar mais adiante que o “método comparativo”

⁸ MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25-37.

⁹ MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, Op. Cit., p. 11-19.

¹⁰ Tais análises podem ser lidas na edição brasileira, MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 87-254.

¹¹ BURKE, Peter. **Sociologia e História**. Porto: Afrontamento, 1980. p. 30; ___. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 48.

é da lavra de Émile Durkheim que o nomeará, em definitivo, como “o método das variações concomitantes”.

O historiador mais comentado do século XIX foi Leopold von Ranke que, fez do seu século, o “século da história” e, desde aquele tempo, vem sendo adjetivado com muitas marcas, entre elas as de metódico, objetivista, positivista. Ao que parece, nenhum comentador ou cientista especialista da “escola metódica” considerou Ranke um comparatista. Com efeito, o jovem Ranke que, em 1824, escreve sua **História dos Povos Românicos e Germânicos** alegava escrever “apenas histórias e não história”.¹² Depois, o maduro Ranke do primeiro volume da **História Universal** (1881) não se eximiu de contrastar Heródoto e Tucídides os “dois fundadores de toda ciência e arte histórica”.¹³ Como lembra-nos Sérgio da Mata, estamos no século XIX, o século que à distância de seu futuro, será nomeado o século da história: “Heródoto e Tucídides não eram para ele e para seus contemporâneos apenas os iniciadores da *Historie*, eles eram verdadeiros arquétipos”.¹⁴

Entretanto, as pinceladas comparatistas de Ranke eram experimentadas desde a sua juventude para pintar dois ou mais campos de saberes numa tentativa metódica da “apreensão historiográfica da história”.¹⁵ No ensaio, “O conceito de história universal” (1831), Ranke inicia suas reflexões contrastando primeiramente ciência e arte, para depois diferenciar história, filosofia e poesia. É digno de nota que o duro e hermético (mais adjetivos) Ranke inicie o seu ensaio com essa frase: “A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte”. Essa diferenciação observada precisaria ser explicada e veio dessa forma: “Ela é uma ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é aprendido”. Ao argumentar que outras ciências apenas registram as suas descobertas, Ranke alega que a história, além de registrá-las, é

¹² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 53.

¹³ RANKE, Leopold von. Heródoto e Tucídides. **História da Historiografia**, n. 6, p. 252-259, mar. 2011.

¹⁴ MATA, Sérgio da. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. **História da Historiografia**, n. 6, p. 247-251, mar. 2011.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 161-188.

capaz de recriá-las. Dito isso, o nosso magno historiador passa a enfatizar que, enquanto ciência, a história se aproxima da filosofia e, enquanto arte, sua proximidade é com a poesia. Observe-se o comparado de Ranke: uma cena ocorrida no tempo pode ser vista pela filosofia a partir do “núcleo do ser”, pois a filosofia é, para a história, “história também”; o passado pode ser reconstituído pela poesia, pois “também ela seria história”. Entretanto, por estar condicionada pela empiria “é que a história se diferencia da poesia e da filosofia”. Donde se segue a explicação de que “a história não é nem uma coisa nem outra”, mas sim a ciência-arte que promove “a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na filosofia”. Um dado comparatista parece denotar em Ranke uma espécie de etnocentrismo, traço que seria marcante em toda a historiografia europeia desde o Oitocentos. Ele expõe a “teoria” de que a apreensão do real (história) foi possível, antes dele, numa única historicidade, a do helenismo clássico (a Grécia desde Heródoto), e enceta um comparativo universalista, pois sabemos de larga data que Ranke não pode ser adjetivado de nacionalista: “Há nações que não possuem a capacidade para apoderar-se desse elemento. Os indianos possuíam Filosofia e poesia; todavia lhes faltava a História [*Geschichte*]”.¹⁶ Num outro século, que é o nosso, já se compara fora desse parâmetro: Grécia, “Discurso sobre os Começos”, digamos Autoctonia; e, na Índia bramânica, “Sociedades sem pessoa”, digamos o “Absoluto radicalmente impessoal”.¹⁷

Ainda no final do século XIX, ao disputarem espaço acadêmico e recursos públicos com os historiadores, os sociólogos não deixaram de se fixar no desenvolvimento do método comparativo. Émile Durkheim esboça importante reflexão no seu clássico **As Regras do Método Sociológico** (1895). Na obra referencial, Durkheim emplaca um capítulo sobre a elucidação das regras a partir da pergunta “Que é fato social?” A regra fundamental, relativa “à observação dos fatos sociais”, exige que se tratem “os fatos sociais como coisas”. Depois se

¹⁶ RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202.

Sobre o “historismo rankeano”, ver o texto clássico HOLANDA, Sergio Buarque. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____. **Ranke: História**. São Paulo: Ática, 1979. p. 7-62. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

¹⁷ DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma**, Op. Cit., p. 18, 25.

sucedem mais quatro conjuntos de regras: as relativas “à distinção entre o normal e o patológico”; “à constituição dos tipos sociais”; “à explicação dos fatos sociais”; e, por último, “à administração da prova”. Durkheim advoga, nas suas regras, a utilidade teórica das distinções, analogias, agrupamento de fatos, as causalidades variadas, as associações morfológicas, etc. Mas será no último capítulo (VI), em três pequenas partes, que o método comparativo aparece como o método da “administração da prova em sociologia”. Por isso, vale a pena tentar encontrar o percurso comparatista do autor e traduzi-lo para a linguagem historiográfica.

Émile Durkheim apresenta o método comparativo com muita convicção e, de saída, vai chamá-lo de “método da experimentação indireta”. Veremos depois que ele se definirá por outra nomeação. Que venha, primeiro, a convicção durkheiminiana:

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro.¹⁸

De fato, se a explicação sociológica consiste em “estabelecer relações de causalidade”, então Durkheim não deixa por menos e diz que “o método comparativo é o único que convém à sociologia”. Ao finalizar essa primeira parte das “regras relativas à administração da prova”, Durkheim coloca uma dificuldade para a historiografia na medida em que engessa a noção de causalidade. Ele afirma que, para se desejar a cientificidade do método comparativo, seria preciso tomar por base a seguinte proposição: “A um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa”.¹⁹

Na história política isso pode ser dito assim: o estabelecimento de uma ditadura sempre levará à repressão. Na história econômica a escassez de produtos

¹⁸ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. [1895]. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. 109.

¹⁹ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. 110. Durkheim exemplifica com seus temas de pesquisa. Para ele, “se o suicídio depende de mais de uma causa, é porque, em realidade, existem várias espécies de suicídios. O mesmo acontece com o crime”. Para outras exemplificações, o autor remete à sua tese de doutorado em sociologia, **Da Divisão do Trabalho Social** (1893).

agrícolas tem como fato imediato o aumento de preços na cesta de alimentos. Para a história social da cultura as coisas se complicam, mas que se pense nisso: o colonialismo e o racismo geraram a poesia negra emancipatória e jacobina e disso foi possível inventar um conceito, a negritude. Se para Durkheim o conteúdo básico da sociologia deveria ser a história, as causalidades históricas não soariam estranhas às tradições intelectuais oitocentistas. Os defensores do “ofício de sociólogo” diriam que se trata de uma dupla concepção: “A natureza como invariante psicológico e o paralogismo da inversão entre efeito e causa”.²⁰

Émile Durkheim critica alguns processos do método comparativo, os quais designa como “resíduos, concordâncias e diferenças”. O autor se mostra cauteloso com o que se chamaria de “comparatismo universal” e a complexidade dos fatos sociais. Realista, ele afirma que não é possível realizar um inventário completo, “nem mesmo aproximadamente completo”, dos fatos de uma sociedade ou de sua historicidade. É seguido dessa argumentação que Durkheim encontra a definição, riquíssima de significados, para o método analisado: “o método das variações concomitantes”. A sua explicação chega a ser efusiva, tal qual uma descoberta: “O simples paralelismo dos valores pelos quais passam dois fenômenos, desde que tenha sido estabelecido num número suficiente de casos bastante variados, é prova de que existe entre eles uma relação”.²¹ Na sequência, Durkheim apresenta mais uma razão para a aplicação do método encontrado ao discutir a “quantidade” dos fatos comparados. Para ele, essa premissa seria fundamental para se evitar amontoar documentos sem escolhê-los e criticá-los: “Não sendo possível encontrar duas sociedades que não difiram, ou não se assemelhem senão num ponto, pode-se pelo menos constatar que dois fatos, em geral, ou se acompanham ou se excluem”. Com essa razão, Durkheim não hesita em anunciar que “o método das variações concomitantes é o instrumento por excelência das pesquisas sociológicas”, isso por que o “método das variações concomitantes não nos obriga nem a enumerações incompletas, nem a observações superficiais”.²² Na terceira e última parte do capítulo VI, Émile Durkheim se aproxima da história ao falar do campo de

²⁰ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 151.

²¹ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. 111-114.

²² Ibidem. p. 115-116.

comparações a partir de séries comparáveis designadas por “sociedades da mesma espécie” e “sociedades distintas”. Talvez se pudesse dizer, hoje, “sociedades europeias”, “sociedades asiáticas”, “sociedades africanas” e poder comparar os seus diversos desenvolvimentos, ultrapassando os paralelismos de “variações isoladas”. A convicção de Durkheim é tanta que, para ele, a sociologia comparada, constitutiva desse método, não seria mais um ramo da sociologia, mas seria “a própria sociologia”, pois assim ela deixava de ser simplesmente descritiva e se tornava capaz de “explicar os fatos”. Durkheim não deixa de apresentar uma perspectiva comparatista para os historiadores ao sugerir, no final, que “as sociedades se comparam no mesmo período de seu desenvolvimento”.²³

No prefácio à segunda edição (1901) de **As Regras do Método Sociológico**, Émile Durkheim, ao procurar distanciar criticamente a psicologia (representações individuais) da sociologia (representações coletivas), evoca a necessidade de pesquisadores e pesquisas que ultrapassem generalidades e imprecisões. Ao se autoproclamar “sociólogo racionalista”, nesse mesmo prefácio, Durkheim parece abrir as portas para a antropologia histórica (história cultural hoje?) ao apontar um programa de estudos comparados, pois seria “necessário procurar”, segundo o autor, “através da comparação dos temas míticos, das lendas e das tradições populares, dos idiomas, de que modo as representações sociais se atraem e se excluem, fusionam-se umas com as outras, ou se distinguem”.²⁴ As representações individuais e coletivas seriam analisadas comparativamente por Durkheim num ensaio publicado na **Revue de Métaphysique et de Morale**, três anos após a publicação de **As Regras do Método Sociológico**. É de se notar que o autor começa defendendo a *analogia* como procedimento de ilustração e de verificação. Veja-se o seu argumento: “a analogia é uma forma legítima de comparação e a comparação é o único meio prático de que dispomos para conseguir tornar as coisas inteligíveis. (...) A vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de

²³ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico...** Op. Cit., p. 121.

²⁴ DURKHEIM, Émile. Prefácio da Segunda Edição. In: __. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. XIX-XXXIII.

representações; é portanto presumível que representações individuais e representações sociais são, de alguma maneira, comparáveis”.²⁵

A importância disso tudo seria observada no ensaio seminal sobre a história comparada, escrito pelas pesquisadoras Neyde Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante, no início desse novo século, inaugurando um novo campo historiográfico no Brasil: “O comparativismo de Durkheim marcou a linguística e a literatura comparadas francesas e historiadores como Marc Bloch”.²⁶ Não seria incorreto também afirmar que o próprio Durkheim teria sido influenciado pela linguística comparativa que, a rigor, foi contemporânea à física social comtiana. Então, já se sabia que o mundo é “dramático e conflituoso” e sua verdade não deixa de ser “fria e desoladora” no trânsito das realidades econômicas e das lutas por recursos e poderes sociais. Durkheim comparatista é o mesmo que faz verter, para além do “mundo cotidiano de nossas crenças comuns” aquilo que descobrimos por trás das ideologias, “uma realidade ainda mais duramente mundana”. Trata-se, portanto, de uma formidável “tradição sociológica”.

As observações de Randall Collins, autor do imprescindível livro, **Quatro Tradições Sociológicas** (1991), explicam como Durkheim foi montando a sua perspectiva comparativa: “A tarefa de Durkheim consistiu em tornar a sociologia intelectualmente respeitável na comparação com as demais áreas acadêmicas. Ele fez isso articulando sua formação em filosofia que o capacitara para fazer generalizações teóricas, com análise de materiais empíricos, que ele tomou das pesquisas realizadas por sociólogos não especializados. De Quetelet, ele se apropriou dos estudos sobre as taxas de suicídio, mas trabalhou segundo o método mais científico, de realizar comparações sistemáticas e estabelecer causas e correlações. Com os historiadores, como seu professor Fustel de Coulanges, ele aprendeu a importância de comparar códigos legais, estruturas familiares e a observar suas conexões com as diferentes formas de organização social. Nas pesquisas de campo dos antropólogos, ele encontrou material para construir uma

²⁵ DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas (1898). In: **Sociologia e Filosofia** (1924). São Paulo: Ícone, 2004. p. 9-43

²⁶ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 29, n. 2, p. 7-22, 2003; ___. História Comparada: olhares plurais. **Phoênix**, v. 10, p. 9-30, 2004; ___. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada** v. 1, n. 1, p. 1-23, 2007.

teoria geral do simbolismo, dos rituais e da moralidade. Em todos esses contextos, Durkheim sempre enfatizou que a Sociologia deveria ser uma ciência que utiliza os métodos experimentais, isto é, que toma todas as teorias enquanto hipóteses a serem testadas através de comparações sistemáticas controladas”.²⁷ É dessa “tradição sociológica”, a durkheiminiana, que se pode compreender a “dupla natureza do conceito de comparação” (um ato cognitivo/epistemológico e uma opção metodológica).²⁸

Mas, ainda aqui, a nação é amada, à moda francesa, tanto quanto a sociologia comparativa:

Certamente, como já mostrei, devemos chegar a sentir que os conceitos mais elementares não são os mais objetivos; que a realidade, ao contrário, é infinitamente complexa; que só poderemos chegar a exprimi-la muito lentamente, com muito trabalho, sempre contando com a ajuda de sistemas complexos de conceitos distintos; que talvez jamais obtenhamos mais do que uma expressão imperfeita. (...) Ainda mais uma vez, nosso problema não é o de buscar obter ideias claras, isto é, racionalizar as coisas, mas ter permanecido durante muito tempo em uma forma muito elementar e simples de racionalismo, em um racionalismo muito fácil. Nós podemos, pois, adquirir um sentimento um pouco mais vivo acerca daquilo que há de mais complexo nas coisas, sem abdicar de tudo aquilo que é excelente nessa tendência essencial de nosso temperamento nacional.²⁹

Essas observações durkheiminianas constam das suas dezoito lições sobre **A Educação Moral**, preleções de um curso ministrado na Sorbonne no ano letivo de 1902-1903 e que foram publicadas, pela primeira vez, em 1925. A décima oitava lição, portanto, a última, versa sobre “a cultura estética e o ensino histórico” e se inicia com a ideia de que “se compara a arte a uma brincadeira” e onde se compara “uma aula de história” a “uma exposição de fatos”. Mas é o “nacional incomparável” que Durkheim nos impõe como o historicamente singular: “Nossa maior glória nacional, à qual somos mais apegados, não está precisamente nessas ideias

²⁷ COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 47.

²⁸ Esse último aspecto é desenvolvido por REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 237-261.

²⁹ DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 269.

humanistas que difundimos por todo mundo?”.³⁰ Um espectro rondava a velha Europa: uma plêiade de nacionalismos quanto de humanismos.

Com efeito, também parece certo que entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, as correntes positivistas, idealistas e formalistas não deixavam de sensibilizar as ciências culturais com as suas radiantes “fisionomias espirituais” (a expressão é de Jacques Le Goff). Das duas primeiras correntes pode-se dizer que “eram adversários sérios” e que “possuíam doutrinas formadas, metodologicamente precisas, elaboradas e detalhadas”. A rigor, foram definidas por P. N. Medviédev como adversárias que “tinham escola e tradição”. Entretanto, Medviédev está mais preocupado com as “premissas históricas do desenvolvimento do formalismo da Europa Ocidental” para criticar os formalistas russos como “os bons inimigos” dos estudos marxistas.³¹ Carlos Alberto Faraco, autor de um dos mais significativos estudos sobre “as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin” pergunta sobre essa “virada linguística” de origem sociológica se os seus protagonistas seriam realmente marxistas – M. Bakhtin, P. N. Medviédev e V. N. Volochínov – e se seriam “filósofos ou cientistas?”³²

Os primeiros grandes críticos do “formalismo russo” – cuja principal característica morfológica seria “extremo modernismo e negação radical do passado” – tentariam construir uma “ciência das ideologias” através de caminhos semelhantes e comparados da “poética sociológica” (P. N. Medviédev) e da “ciência da linguagem” (V. N. Volochínov). O primeiro, em **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica (1928) defenderá que “os estudos literários são um dos ramos do vasto campo da ciência das ideologias” e que, efetivamente, a ciência e a literatura estariam entre as “formações ideológicas mais refinadas”. Para Medviédev, “especificações e diferenciações” são perigosas apenas no “terreno do positivismo” que, do ponto vista metodológico, obtém a unidade “à custa da confusão e de toda sorte de substituições”. Assim, ainda segundo o autor (historiador da literatura, teórico e crítico literário), o “historiador

³⁰ DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**, Op. Cit., p. 258-270.

³¹ MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. [1928]. Tradução: Ekaterina Vólkova e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012. p. 87-91.

³² FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009. p. 26-40.

marxista não tem motivo para temer o ecletismo e a substituição da história da literatura pela história da cultura”, pois para o seu campo epistemológico estaria garantida “a unidade concreta do princípio e do método”.³³

No ano seguinte, V. N. Volochínov, ao publicar **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (1929) permite inferir a hipótese de que se a palavra “é o modo mais puro e sensível de relação social”, então a comunicação, além de semiótica, não deixa de ser, também, comparatista e contrastiva. Estamos, portanto, nos domínios dos signos, na “esfera ideológica” onde “existem diferenças profundas”, pois eles representam, refratam, refletem, distorcem o mundo histórico. Portanto, o sentido semiótico da história somente é apreensível na medida em que os sujeitos históricos realizam uma “operação comparativa” que rompe com qualquer ilha mental ou a nação como “ideia mística obscura” – a expressão é de Émile Durkheim. Assim, para Volochínov, “Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: *torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída*”.³⁴ A ironia é que tanto Medviédev quanto Volochínov precisaram escrever à sombra de Bakhtin cujo “círculo” foi canonizado como “clandestino” na primeira década estalinista (1924-1936). O Instituto de Estudos Comparados das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente, fundado em 1921, dentro da Universidade de Petrogrado, não deixou de ser instituição comparatista efervescente, que foi duramente reprimida com execuções de pesquisadores críticos. Com a polêmica das autorias subsumidas o “Círculo de Bakhtin” se tornou um campo de comparações intelectuais e históricas.³⁵ Portanto, poéticas e métodos sociológicos e ciências da linguagem se atravessavam em conjunturas históricas imersas em campos de conhecimento que se comparavam e

³³ MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica, Op. Cit., p. 43, 51, 73.

³⁴ VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. [1929]. 13.^a ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 31-39.

³⁵ As novas abordagens sobre as autorias dos textos fundadores dos críticos do “formalismo russo” e de situações documentais em perspectiva estão documentadas e discutidas em BRANDIST, Craig. **Repensando o Círculo de Bakhtin**: novas perspectivas na história intelectual. Tradução: Helenice Gouvea e Rosemary Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

se contrastavam. Não seria incorreto afirmar que, entre 1880 e 1930, “o fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato”.³⁶

Afirma-se que as três primeiras décadas do século XX foram prodigiosas em produzir manifestos e revoluções, mas não seria menos importante lembrar que, também, elas seriam ricas em pessoas e obras que afinaram métodos sociológicos e historiográficos e que, de uma forma ou de outra, ultrapassavam seus respectivos campos científicos. Ao contrário do que afirmou Fernand Braudel em texto clássico, “história e ciências sociais: a longa duração” (1958) e reafirmou Peter Burke, mais recentemente, não houve “diálogo de surdos” entre sociólogos e historiadores. Decerto que há “historiadores sociais” e “historiadores rankeanos do Estado”.³⁷ Para superar essa “mesmidade” argumentativa e para quem pratica o “ofício do historiador” é preciso colocar em perspectiva a historicidade de um “itinerário de longa duração”.³⁸

Do Método Comparativo à História Comparada

Agora chegou o momento de tentar reconstruir a historicidade do método comparativo no campo da historiografia. Já temos a estrada feita por Neide Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante a partir da “História Comparada: olhares plurais” (2003). A questão é não se perder nesse caminho que corta uma densa floresta epistemológica. Não há dúvida que, no século XX, a obra comparatista marcante foi **Os Reis Taumaturgos** (1924), de Marc Bloch, que não deixou, como já foi observado, de ser influenciada pela sociologia durkheiminiana e dita o método comparativo no campo da historiografia.³⁹ O subtítulo na língua original parece ser uma boa pista, “estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder

³⁶ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**, Op. Cit., p. 23. Ver, também, GUIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e réplicas**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 181-215.

³⁷ BURKE, Peter. **Sociologia e História**, Op. Cit., p. 9-11; ___. **História e Teoria Social**, Op. Cit., p. 16-18.

³⁸ AGUIRRE ROJAS, Carlos. Tese sobre o itinerário da historiografia do século XX: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007. p. 13-30.

³⁹ José D’Assunção Barros, em importante ensaio sobre a contribuição de Marc Bloch sobre o “campo historiográfico da história comparada”, demonstra como se transitou de um “viés” para o método. BARROS, José D’Assunção. História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

régio, particularmente na França e na Inglaterra”. A obra apresenta três partes que se complementam na abordagem: a primeira, “As origens”, em dois capítulos, tenta encontrar “os primórdios do toque das escrófulas” – os primórdios do rito francês e os primórdios do rito inglês – sendo finalizada com a política dinástica e os dois primeiros soberanos – o francês e o inglês – capazes de “curar doentes”; a segunda, “Grandeza e vicissitudes das realezas taumatúrgicas”, começa descrevendo a popularidade do ato curativo régio até o final do século XV na “França capetíngia e na Inglaterra normanda” e se fecha, depois de seis capítulos, com o declínio e morte do milagre régio, “primeiro na Inglaterra, depois na França”; a terceira parte, “A interpretação crítica do milagre régio”, num único capítulo, conclui que “as representações coletivas e ambições individuais” dos reis e dos povos, como fatos empíricos, constituíram-se, na verdade, pela “força das ilusões coletivas”.

Nos dois prefácios de Marc Bloch, datados de outubro e dezembro de 1923, não há menção ao método comparativo, apenas uma referência à “etnografia comparada” no agradecimento ao irmão médico que o teria ajudado a entender os grandes problemas da “psicologia religiosa”. Na pequena introdução à tese, Marc Bloch não se mostra um comparatista entusiasmado, à moda durkheiminiana, mas escreve uma frase sintomática: “Um livro deve conter em si mesmo sua apologia”. Na medida em que a introdução vai sendo lida, Bloch se deixa confessar que não podia considerar os ritos de cura de forma isolada, era preciso entender o “maravilhoso monárquico” nas tendências gerais da mentalidade coletiva. É melhor citá-lo nesse ponto:

Esses ritos serviram-me de fio condutor para estudar, particularmente na França e na Inglaterra, o caráter sobrenatural que por longo tempo foi atribuído ao poder régio, aquilo que poderíamos chamar (usando um termo que os sociólogos desviaram ligeiramente de seu significado inicial) a realeza mística. [...] Suas origens escapam ao historiador da Europa medieval e moderna; na verdade, simplesmente escapam à história; só a *etnografia comparada* parece capaz de projetar alguma luz sobre elas”.⁴⁰

⁴⁰ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. [1924]. Prefácio: Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-44. Os prefácios de **Os Reis Taumaturgos**, datados de 1923, são do mesmo ano em que Henri Pirenne proferiu discurso sobre o “método comparativo em história” no V Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Bruxelas. A tese defendida no discurso foi proferida sob o impacto do

Somente ao argumentar que a sua tese seria uma contribuição à história política é que Marc Bloch se define pelo método comparativo: “Por força das próprias circunstâncias, este ensaio de história política”, argumenta o autor, “precisou tomar a forma de *um ensaio de história comparada*, tanto porque a França e a Inglaterra tiveram ambas reis-médicos quanto porque a ideia da realeza maravilhosa e sagrada foi comum a toda a Europa ocidental”. Segue-se o postulado que pode ser designado como a defesa do comparatismo universal: “a evolução das civilizações de que somos os herdeiros só ficará mais ou menos clara se um dia formos capazes de considerá-la fora do quadro demasiado limitado das tradições nacionais”.⁴¹ Ao final dessa consideração, Bloch remete o leitor a uma nota de rodapé em que admite a dificuldade do método acolhido, em virtude da conjuntura de guerra na época da pesquisa:

nem sempre consegui manter o equilíbrio entre os dois países cujos destinos queria seguir paralelamente. Talvez às vezes a Inglaterra fique um pouco sacrificada. Lá, acredito que pude, com alguma minúcia, estudar a história dos ritos curativos quase tão completamente quanto na França, mas não a história da realeza sagrada em geral.⁴²

Mesmo depois dessa grande obra comparatista, Marc Bloch não cessou de considerar e aplicar o método comparativo aos seus trabalhos, embora, como se sabe, a primeira geração dos *Annales* fosse reticente às abstrações teóricas. No

“constrangimento nacionalista” e dos milhares de novas sepulturas advindas do desfecho da Primeira Guerra Mundial. O historiador belga parecia sensível a uma história menos nacional, vista como puramente descritiva e defendia os “nacionais comparáveis” num esforço metodológico para a explicação dos processos históricos. Os comentadores de Henri Pirenne acreditam que sua postura era mais para a defesa de uma “história universal”, do tipo civilizacional, perspectiva que apareceria na sua formidável tese **Maomé e Carlos Magno**: o impacto do Islã sobre a civilização europeia, publicada em 1935, mesmo ano de sua morte. Parece que Henri Pirenne é mais presente em estudos de “história econômica comparada”, especialmente na América Latina. Um exemplo disso consta no **Boletín de Historia Económica**, Asociación Uruguaya de Historia Económica – AUDHE (2008). Conferir, também, sobre outros campos de comparação, os ensaios de PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145. USP, s/p., 2001; ___. Repensando a história comparada na América latina. **Revista de História**, n. 153, p. 11-33, 2005; PRONKO, Marcela. História comparada e integração regional. VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 7, Campinas, 2006. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha, 2006.

⁴¹ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra, Op. Cit., p. 45. Grifo meu.

⁴² Ibidem. p. 321, nota 6.

ano de 1928, ele publicaria, na importante **Revue de Synthèse Historique**, o artigo “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, no qual destaca as similaridades e sincronizações num método que, segundo seu receio, “pode muito, mas não pode tudo” para arrematar que “em ciência, não há talismãs”. Seus comentadores críticos viram nesse ensaio um verdadeiro “programa de história comparada”, mas com a cautela de apenas “comparar aquilo que é comparável”, uma medida para se afastar dos sociólogos (durkheimianos) já que a sociologia havia se estabelecido como “a ciência da comparação”. Com que atraso os inovadores *annalistes* chegaram a essa verdade inconsútil pela frase de Bloch: “O futuro, talvez, de nossa ciência custará esse preço”.⁴³

Mais tarde, numa obra de especialista, *A Sociedade Feudal* (1939-1940), Marc Bloch escreveria o Livro Terceiro, denominado “A feudalidade como tipo social e a sua ação”, onde compara Europa e Japão, que, em sua visão, haviam desenvolvido “feudalismos similares”. No tópico, “Um corte de história comparada”, Bloch adota uma posição firme, depois de sumariar as “duas feudalidades”, adota a seguinte conclusão: “A feudalidade não foi um acontecimento que teve lugar uma só vez no mundo”.⁴⁴ Na verdade, Bloch exagera erudição em feudalidades ocidentais, orientais, impondo ao leitor “inquéritos comparativos” que o fizeram um medievalista “incomparável”.

Na obra inacabada **Apologia da História** – Como e por que trabalha um historiador, subtítulo depois retirado –, publicada postumamente (1949) por

⁴³ BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias [1928]. In: __. **História e Historiadores**. Textos Reunidos e Prefácio: Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150. As relações de Marc Bloch com o método comparado de Émile Durkheim são discutidas em DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à nova história (1987). São Paulo: Ensaio, 1994. p. 71-83; e, por LE GOFF, Jacques. Prefácio de **Os Reis Taumaturgos**, Op. Cit., p. 9-37; __. Prefácio de **Apologia da História**, em edição anotada por Étienne Bloch, edição brasileira de 2001, p. 15-34. Peter Burke aceita a crítica de que ao adotar a “história comparativa”, Marc Bloch foi “durkheimiano um pouco demais”. Ver BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991. p. 27-37.

⁴⁴ BLOCH, Marc. A feudalidade como tipo social e a sua ação. In: __. **A Sociedade Feudal** [1939-1940]. Tradução: Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 503-511. Bloch assim discorre sobre as feudalidades: “Na verdade, o mais rápido dos inquéritos comparativos basta para mostrar que entre as características distintivas das sociedades feudais devemos incluir a quase coincidência estabelecida entre a classe dos chefes e uma classe de guerreiros profissionais, que serviam da única maneira que então parecia eficaz, isto é, como cavaleiros pesadamente armados”. Op. Cit., p. 506. Utilizei a edição do Digital Source, que pode não ter a mesma paginação da edição em papel.

Lucien Febvre, seu amigo de Estrasburgo e dos *Annales*, Marc Bloch reforça a ideia de que “não existe conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação”. Entretanto, impõe uma condição limitando o comparatismo universal e adotando o que se poderia chamar de comparatismo histórico, pois seria uma verdade que “a aproximação diga respeito a realidades ao mesmo tempo diversas e não obstante aparentadas”.⁴⁵ É sintomático que Bloch termine o capítulo III com um tópico chamado “tentativa de uma lógica do método crítico” referindo-se, com frequência, aos testemunhos. Pois para Bloch, para que “um testemunho seja reconhecido como autêntico, o método, vimos isso, exige que ele apresente uma certa similitude com os testemunhos vizinhos”.⁴⁶ Reflexões “diversas e aparentadas” marcariam o discurso historiográfico de Bloch em relação à tradição sociológica de Émile Durkheim, ora rendendo-lhe tributos ora vendo-a perigosa e imperialista. Pensou-se, é certo, nessa obra inconclusa no “ofício do historiador” (subtítulo definitivo), mas não seria desproposital se tivesse ficado, não sem alguma dose de ironia, “as regras do método historiográfico”, e, ao seu final, perspectivas de um cientista sábio, à moda durkheiminiana, a “história, não esqueçamos, ainda é uma ciência em obras”.⁴⁷

Depois de 1950, o processo de descolonização que começa a ocorrer na África e na Ásia, faz com que as historiografias europeia e norte-americana percebam os seus “nacionalismos exacerbados”. Peter Burke chamará a atenção que o método comparativo, no contexto da “história, modelos e tipos”, permite buscar as comparações e, ver nelas, o que “não é evidente”, e compreender “as diferenças”, mas isso tudo que o historiador inglês aborda ainda está na seara da conquista do capital acadêmico e do “diálogo de surdos entre sociólogos e historiadores”.⁴⁸ Na década de 1990, em importante ensaio, o historiador Heinz-Gerhard Haupt, procurou demonstrar que a história comparada teve um lento desenvolvimento na França e apontou três razões “nacionais” desse atraso: a) a tradição de estudos regionais e locais na historiografia francesa; b) a tradição

⁴⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou **O Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 65.

⁴⁶ *Ibidem*. p. 109-124.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 151.

⁴⁸ BURKE, Peter. **Sociologia e História**, Op. Cit., p. 9-11; ___. **História e Teoria Social**, Op. Cit., p. 29-33.

paradigmática da historiografia contemporânea francesa e de sua relação com a política revolucionária (laicidade, republicanismo, marxismo); c) a tradição particularista da historiografia francesa e o mito de fundação da França moderna (1789). Ao final, Haupt lembra que sem a “internacionalização da pesquisa e da vida universitária” essa lacuna persistirá apesar dos apelos de Marc Bloch, ainda na década de 1920, para que a historiografia ultrapassasse as fronteiras nacionais.⁴⁹ Os ensaios de síntese da década de 1980 para cá, destacam o desenvolvimento de estudos comparativos nos campos da economia, política e literatura. Nessa perspectiva, afirmam Neide Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante: “evidencia-se um rompimento ou questionamento das fronteiras e referências tradicionais” e, ao mesmo tempo, “uma desconfiança em relação a uma concepção evolucionista e progressista, originária do etnocentrismo da cultura ocidental”.⁵⁰

Neide Theml e Regina Bustamante destacam a criação, na década de 1960, do Centro de Pesquisas Comparadas sobre as Sociedades Antigas, com a presença dos pesquisadores Jean Pierre Vernant e Marcel Detienne. Nas décadas seguintes, O CRCSA (sigla em francês) se tornaria uma referência nos “estudos comparativos” e em pesquisas e reflexões compartilhadas. Novas instituições e novos pensares permitiram superar, em parte, as hierarquias racializadas das culturas e foi possível, então, o aparecimento, no final do século XX, do livro de Marcel Detienne, **Comparar o Incomparável** (2000), traduzido no Brasil no ano de 2004. Segundo as autoras, a obra desse antropólogo helenista marca uma virada comparatista:

A inovação da proposta comparativa de Detienne contradiz o dito popular “*on ne peut comparer que ce qui est comparable*”, razão que motivou o título do livro, que, ao mesmo tempo em que sintetiza sua abordagem, sinaliza o desafio ao senso comum e ao estabelecido. Parte-se do princípio de que tudo está em comparação, implícita ou

⁴⁹ HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.). **Passados Recompuestos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 205-216.

⁵⁰ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Op. Cit., p. 9. “Para além do etnocentrismo” consta em BURKE, Peter. **História e Teoria Social...** Op. Cit., p. 269-275.

explicitamente. A História como conhecimento implica em comparação constante.⁵¹

Deve-se pontuar que essa inovação é desconstrucionista e, mais especificamente, desconstrucionista do fator nacional. Assim pensa o historiador Alexandre Santos de Moraes: “O desconstrucionismo de Marcel Detienne é canalizado para a tradição historiográfica que se situa no nascedouro da própria historiografia”. Para Moraes, esse nascedouro seria o século XIX, “junto aos esforços de Ranke”. Melhor seria dizer esforços oitocentistas, pois vimos que ao “fustigado” Ranke soaria estranha uma indumentária nacionalista. Todavia, o autor, ao seguir os passos de Marcel Detienne, incita-nos a pensar numa determinada tradição historiográfica: “A História teria rejeitado qualquer tipo de diálogo que produzisse saberes relacionais, já que estava excessivamente afogada pelas águas das fronteiras nacionais. A Nação se tornou a âncora que impediu o navegar pelos mares que levariam ao desconhecido, chame-se ele Ásia, África, Oceania ou América. O mundo torna-se necessariamente bárbaro diante da civilidade assumida como paradigma pelos historiadores franceses, alemães e ingleses”.⁵²

Assim, a abordagem comparativa de um modelo que se estabeleceu, o **Modelo Detienne**, pode conter a seguinte operação historiográfica: a) construção de objetos de pesquisa a partir de projetos individuais inseridos numa equipe; b) construção de conjuntos de problemas; c) construção de um “campo de exercício de experimentação comparada”.⁵³

A rigor, Marcel Detienne procura levar adiante a parte mais ambiciosa da proposta de Émile Durkheim, contida em **As Regras do Método Sociológico**, justamente aquela que Marc Bloch teve receio de aprofundar nos estudos historiográficos.⁵⁴ A comparação de unidades contíguas, especialmente nos marcos

⁵¹ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Op. Cit., p. 10. nota 32.

⁵² MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparatismo. **Revista de História Comparada**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009.

⁵³ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Op. Cit., p. 12-14.

⁵⁴ Parece ser nessa passagem das **Regras** que Marc Bloch procurou se distanciar quando Durkheim afirma que a vida social “é uma sequência ininterrupta de transformações, paralelas a outras que se

nacionais, adotada por Bloch, era o lado mais “racionalista” do método durkheimiano. A comparação entre estruturas apartadas no tempo, mas também no espaço, seria a face mais sugestiva de ultrapassagem do racionalismo em voga. Foi esse programa mais arrojado de pesquisas comparatistas que Marcel Detienne procurou retomar com os seus estudos. É disso que se trata, choque de comparatismo, numa de suas afirmações mais provocantes, depois do próprio título da obra: “Felizmente, houve também a violência heurística do incomparável”.⁵⁵ Entretanto, já se sugeriu que, mesmo essa radicalidade heurística, não eximiu o “último comparatismo” de sua “inclinação iluminista”.⁵⁶

Parece certo que Marcel Detienne empreende uma atitude cruzadística em relação ao muro heurístico da comparação, muito bem construído por Bloch – “só comparar o que é comparável” –, fórmula que considera ridícula se pensada, por exemplo, na anatomia e na linguística comparadas. Para Detienne, o francês Bloch continuou encerrado em Estrasburgo, um nacionalista de fronteira: “quando um antropólogo encontrar um historiador, ele deve saber, no momento de saudá-lo, que a História – falo da ciência – nasceu nacional, ao passo que a Antropologia sempre foi naturalmente comparativa”.⁵⁷ Não resta dúvida que Detienne, na sua fortaleza de “antropólogo helenista”, fustiga Bloch, o cauteloso comparatista e medievalista fundador dos *Annales* que recebe da pena do ironista a alcunha de “São Marc Bloch”. Senão, a quem se dirigiriam essas palavras notáveis, tão cheias de “violência heurística”? Vale a pena citá-las:

Além do mais, desde a década de 20, do século XX, os historiadores mais reputados se regozijam de retomar a fórmula, embora ela proíba a

produzem nas condições da existência coletiva; e não temos à nossa disposição somente aquelas que se ligam a uma época recente, pois grande número de outras, pelas quais passaram povos hoje desaparecidos, chegaram até nós”. Durkheim não deixa de produzir uma ironia involuntária ao afirmar logo a seguir que “apesar de suas lacunas, a história da humanidade é muito mais clara e completa do que a das espécies animais”. DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. 117. Imaginem se uma historiografia francesa, nascida na fronteira de Estrasburgo, fosse se indagar sobre o desaparecimento dos franceses como um dos “povos humanistas” do Ocidente.

⁵⁵ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. [2000]. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 50.

⁵⁶ Trata-se do debate “acerca do perfil epistemológico da história comparada” que consta no denso ensaio de RUST, Leandro Duarte; Lima, Marcelo Pereira. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: para uma epistemologia da história comparada. **Revista de História Comparada**, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2008.

⁵⁷ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 31.

comparação além do círculo estreito do imediatamente *comparável*, um horizonte restrito à opinião dominante de um meio e de um saber garantido de antemão diante do que é incomparável. Nenhum antropólogo recorre a tal provérbio. A fórmula pareceria incongruente até na boca do mais encarniçado defensor de seu ‘terreno’ ou de sua concessão.⁵⁸

Com efeito, a “virada comparativa” proposta por Marcel Detienne parece que se consolidou depois de seus olhares estruturalistas sobre a história dos mitos da “autoctonia grega”. No seu ensaio “O mito: Orfeu no mel”, escrito em 1971, e publicado junto ao “manifesto annaliste”, **Fazer História** (1974), Detienne ainda argumenta na perspectiva de “novos objetos” antropológicos para o historiador de ofício numa visada estrutural que se insinua comparativa. Trata-se, salvo engano, do primeiro texto de Marcel Detienne publicado no Brasil, no qual afirma que “os modelos estruturais do mitólogo não podem passar sem as análises do historiador”.⁵⁹ Entretanto, o que aparece como mais elucidativo da virada comparativa, é a perspectiva de fustigar a nação ao apresentar uma “história global” frente às mitologias locais:

Porém à história factual do antiquário e do trapeiro que cruzam a mitologia, gancho na mão, felizes de descobrirem aqui e ali um fragmento de arcaísmo ou a recordação fossilizada de algum acontecimento “real”, a análise estrutural dos mitos, determinando certas formas invariantes através de conteúdos diferentes, opõe uma história global que se inscreve na longa duração, mergulha sob as expressões conscientes e assinala, sob a aparência movente das coisas, as grandes correntes inertes que a atravessam em silêncio. Primeira vantagem para a história de hoje, que se duplica em outra: escrutando os mitos neles mesmos, nos seus próprios modos de organização, o historiador do mundo grego empreende, por sua vez, determinar algumas propriedades gerais do pensamento mítico, confrontando-o com os problemas de uma sociedade onde o advento de um pensamento filosófico inédito modifica, sem dúvida, o funcionamento dos mitos, mas sem os condenar, por isso, a um definhamento imediato.⁶⁰

⁵⁸ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 10.

⁵⁹ DETIENNE, Marcel. O mito: Orfeu no mel. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.). **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 65. A obra comparatista e desconstrucionista de Marcel Detienne vem sendo editada no Brasil. Nos últimos quinze anos seus livros mais importantes foram traduzidos: **A Invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998; **Comparar o Incomparável**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004; **Os Gregos e Nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Loyola, 2008; **A Identidade Nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁶⁰ DETIENNE, Marcel. O mito: Orfeu no mel, Op. Cit., p. 65.

Nas décadas seguintes, Marcel Detienne radicaliza, obra após obra, a violência heurística a que diz ter chegado ao final do século XX, desde os “traçados de fundação” até a “arte de amoedar”. Nas obras individuais e coletivas o “olhar comparatista” coloca em perspectiva eventos e processos “sem fronteiras de tempo e espaço”.⁶¹ Essa radicalidade heurística não seria o próprio fim da historiografia? Não resta dúvida que seria o cemitério das “historiografias nacionais”. As primeiras críticas ao “comparar o incomparável” se afiguram como reações sobre certa negligência ao peso dos eventos nacionais contemporâneos e um excesso de helenismo em perspectiva.⁶² Mas Detienne, que muito se debruçou sobre a vida cotidiana, escreveria um tranquilo manifesto em defesa das aproximações comparatistas entre os antropólogos e os historiadores que conseguiram ultrapassar o cálice do sangue pátrio:

De modo mais pedestre, os historiadores de então admitem sem dificuldade que, interessando-se pelo cotidiano, pelas maneiras de comer, de crer ou de amar os homens do passado, eles contribuem para um melhor saber das sociedades humanas tão felizmente quanto os etnólogos que partem para terras longínquas e se interrogam sobre formas de mudanças, modelos de historicidade e, cada vez mais frequentemente, sobre as transformações raciais de culturas há muito marcadas pelo arcaísmo que delas esperamos. Os historiadores então redescobriram, sob uma forma ligeiramente diferente, um domínio que espíritos curiosos não tinham deixado de explorar: o dos usos e costumes com seus contextos.⁶³

Entretanto, depois de certos eventos nacionais presentistas do final do século XX e, talvez, ao responder aos seus primeiros críticos de uma história “sem fronteiras de tempo e espaço”, Marcel Detienne retomaria a violência heurística, desta vez para cobrar as responsabilidades da “mesmidade” da nação amada e, ao mesmo tempo, fustigar os perigos que o ofício do historiador pode encravar nas lutas políticas que deságuam no cotidiano da vida e da morte. Trata-se de uma passagem que não deixa incólume a instituição historiadora e não permite que os seus artesãos descansem em suas zonas de conforto:

⁶¹ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 147-149.

⁶² MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparatismo, Op. Cit., p. 8-11.

⁶³ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 43.

Toda uma parte da pesquisa atual em história da história pretende compreender como historiadores, ao mesmo tempo no ensino e na escrita, reforçaram e muitas vezes modelaram as mitologias nacionais que logo se tornam nacionalistas. Sem dúvida, será preciso também começar a avaliar sua “responsabilidade” como ela apareceu na violência do genocídio de 1994 em Ruanda ou nos massacres perpetrados em nome de uma “Grande Sérvia” ficcionada por acadêmicos e historiadores oficiais.⁶⁴

A indagação possível, daqui para frente, parece ser apenas uma que, a rigor, invade as ciências da cultura que são, também, as ciências do espírito não mais triunfante, mas humilhado e ofendido.

Quem precisa da nação?

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos. Tese sobre o itinerário da historiografia do século XX: uma visão numa perspectiva de longa duração. *In*: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007. p. 13-30.

BARROS, José D’assunção. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-30, jan/2007.

__. História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

__. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou **O Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

__. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. [1924]. Prefácio: Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

__. Por uma história comparada das sociedades europeias. *In*: __. **História e Historiadores**. [1995]. Textos Reunidos e Prefácio: Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-157.

⁶⁴ DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma**, Op. Cit., p. 93.

___ . **História e Historiadores**. [1995]. Textos Reunidos e Prefácio: Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.

___ . A feudalidade como tipo social e a sua ação. *In*: ___ . **A Sociedade Feudal** [1939-1940]. Tradução: Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 503-511.

Boletín de Historia Económica, Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica – AUDHE, n. 7 (Sobre o método comparativo), p. 18-50, 2008.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDIST, Craig. **Repensando o Círculo de Bakhtin**: novas perspectivas na história intelectual. Tradução: Helenice Gouvea e Rosemary Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991.

___ . **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012.

___ . **Sociologia e História**. Porto: Afrontamento, 1980.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. [1975]. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Prefácio: Albertina Cunha. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. [2000]. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004.

___ . **Os Gregos e Nós**: uma antropologia comparada da Grécia Antiga. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

___ . **A Identidade Nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

___ . O mito: Orfeu no mel. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.). **História**: novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 52-67.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à nova história (1987). São Paulo: Ensaio, 1994.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. [1895]. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

___ . Representações Individuais e Representações Coletivas (1898). *In: Sociologia e Filosofia* (1924). São Paulo: Ícone, 2004. p. 9-43.

___ . **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História** [1952]. Lisboa: Presença, 1985.

FLORES, Elio Chaves. **Margens do Atlântico: Intelectuais Afro-Brasileiros e Africanos (1944-1988): Relatório de Pesquisa**. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

GUIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia**: ensaios, interpretações e tréplicas. São Paulo: Unesp, 2001.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. *In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.). Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 205-216.

HOLANDA, Sergio Buarque. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. *In: ___ . Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979. p. 7-62. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. A história como ciência: ofício do historiador. *In: ___ . História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 105-127.

___ . Prefácio. *In: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. [1924]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9-37.

___ . Prefácio. *In: BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. [1949]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 15-34.

MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

___.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATA, Sérgio da. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. **História da Historiografia**, n. 6, p. 247-251, mar. 2011.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. [1928]. Tradução: Ekaterina Vólkova e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparatismo. **Revista de História Comparada**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145, p. 127-149, 2001. Disponível: <www.redalyc.org>. Acesso: 25 set. 2012.

___ . Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História**, n. 153, p. 11-33, 2005. Disponível: <www.redalyc.org>. Acesso: 25 set. 2012.

PRONKO, Marcela. História comparada e integração regional. VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 7, Campinas, 2006. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha, 2006.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. *In*: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202-215.

___ . Heródoto e Tucídides. **História da Historiografia**, n. 6, p. 252-259, mar. 2011.

REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. *In*: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 237-261.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA. Disponível em: <<http://www.hcomparada.historia.ufrj.br>>.

RUST, Leandro Duarte; LIMA, Marcelo Pereira. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: para uma epistemologia da história comparada. **Revista de História Comparada**, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2008.

SAUSSURRE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [1916]. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro blikstein. 34^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 29, n. 2, p. 7-22, 2003.

__. História Comparada: olhares plurais. **Phoênix**, v. 10, p. 9-30, 2004.

__. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, v.1, n. 1, p. 1-23, 2007.

VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. [1929]. 13.^a ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

WHITNEY, William Dwight. **A Vida da Linguagem**. [1875]. Tradução e Prefácio à Edição Brasileira: Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010.

AS TEMPORALIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRUZADA ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Gildas Bregain¹
Universidade de Rennes II

Recebido: 16/07/2015
Aprovado: 19/12/2015

Resumo: Este artigo busca analisar as temporalidades constitutivas das políticas públicas da deficiência na Argentina e no Brasil. Apoiando-nos sobre o método da história cruzada, defendemos a ideia de que as temporalidades constitutivas das políticas públicas nacionais merecem ser analisadas em função da sua interação com as temporalidades internacionais sobre as políticas da deficiência. A aplicação deste método incita-nos a encarar a singularidade da trajetória das políticas públicas de cada país, em função da extensão do campo de possíveis conhecidos pelos especialistas inseridos nas redes transnacionais militantes - e nomeadamente os projetos de inovações sociais de alcance mundial - e das normas promovidas pelas organizações intergovernamentais.

Palavras-chave: Temporalidades; Políticas Públicas; Deficiência; Estudos Comparados.

THE TEMPORALITIES OF PUBLIC POLICY OF DISABILITY: AN ENTANGLED PERSPECTIVE BETWEEN ARGENTINA AND BRAZIL

Abstract: This article aims to analyze the temporalities of the public policies of disability in Argentina and Brazil. We use the method of entangled history, and we defend the idea that the temporalities constitutive of the national public policies deserve to be analyzed according to their interaction with international temporalities of the policies of disability. The application of this method encourages us to consider the singularity of the trajectory of the public policies of each nation according to the extent of the field of possible known by the specialists inserted in the transnational advocacy networks - and especially the projects of social innovations with world repercussion, and the standards promoted by the intergovernmental organizations.

Keywords: Temporalities; Public Policies; Disability; Comparative Studies.

No final de 1974 várias organizações não governamentais (ONGs) elaboraram propostas para uma declaração internacional dos direitos das pessoas com deficiências. Diante da dispersão de tais iniciativas, o Conselho das organizações mundiais de apoio a pessoas com deficiência incentivou a preparação de um texto comum, para ser apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU)

¹ Endereço de correspondência: Universidade de Rennes II, Laboratório CERHIO - Place du recteur Henri Le Moal, 35043 Rennes (França). E-mail: gildasbregain@hotmail.fr.

em 1975.² No entanto, as ONGs sequer tinham tido tempo de reunir-se, por isso o representante do governo belga tomou a iniciativa de apresentar um projeto de Declaração dos direitos das pessoas com deficiência à terceira comissão (encarregada dos assuntos humanitários e sociais) da Organização das Nações Unidas, no dia 3 de novembro de 1975.³ Este texto acabou sendo adotado, não sem passar por alterações. Ao passo que a declaração dos direitos da criança foi adotada pela ONU após dez anos de estudos, a declaração dos direitos das pessoas com deficiência foi elaborada e adotada precipitadamente, em menos de dois meses. Várias ONGs que projetavam a sua ação sobre um tempo mais longo foram pegadas desprevenidas. A temporalidade da ação das organizações internacionais constitui um elemento fundamental a ser levado em conta na análise das políticas efetuadas em escala internacional, mas também nacional, porque esta interage com a temporalidade da ação dos atores nacionais.

Em 1950 o sociólogo Georges Gurvitch demonstrou a existência de uma multiplicidade de tempos sociais, imbricados uns nos outros, contestando assim o esquema das três durações históricas (longa, média e curta) construído pelo historiador Fernand Braudel.⁴ Os trabalhos destes dois investigadores contribuíram para fazer emergir uma reflexão sobre as temporalidades, as continuidades e as discontinuidades históricas, bem como sobre as múltiplas percepções do tempo por diferentes atores sociais.

Para periodizar as políticas públicas nacionais da deficiência do século XX, não iremos retomar a tipologia dos tempos sociais construída por Gurvitch. Iremos nos inspirar numa abordagem empírica: a chamada história cruzada. A história cruzada retoma o raciocínio da história comparativa, mas acrescenta-lhe a necessidade de estudar as transferências culturais entre os países, a variabilidade histórica das categorias estudadas, bem como as variações existentes entre as

² Arquivo da Organização Internacional do Trabalho, Genebra (AOIT). Caixa NGO n. 578, jacket n. 3 (1973-1976). Council of World Organizations Interested by the Handicapped, **Report of the Plenary meeting of CWOIH**, September 23 and 24, 1975. p. 11.

³ Organisation des Nations Unies. **Rapport du conseil économique et social**, Document pour l'Assemblée Générale (Troisième commission), A/C.3/L.2168, 27 octobre 1975.

⁴ MAILLARD, Alain. Les temps de l'historien et du sociologue. Retour sur la dispute Braudel-Gurvitch. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 2, n. 110, p. 197-222, 2005.

diferentes escalas geográficas.⁵ Um especialista em ciências políticas, Patrick Hassenteufel, aponta a história cruzada como um dos mais eficazes instrumentos para compararmos as políticas públicas.⁶ A aplicação desta abordagem nos permite analisar a singularidade da trajetória das políticas públicas de cada país em função dos projetos de inovações sociais de alcance mundial e das normas promovidas pelas organizações intergovernamentais.

As políticas públicas da deficiência são o resultado “de um conjunto de ações, decisões, interações e relações de força evolutivos”⁷ entre múltiplos atores (autoridades que governam, responsáveis administrativos, associações privadas, atores internacionais, etc.) que possuem recursos extremamente desiguais.

Para delimitar as temporalidades das políticas públicas da deficiência é preciso articular múltiplas temporalidades, internacionais e nacionais, que são diferentes, mas interconectam-se umas às outras. Nossa reflexão focalizará dois países: Argentina e Brasil, entre os anos 1918 e 1980. A Argentina e o Brasil constituem as duas grandes potências da América do Sul, e suas políticas sociais irradiam frequentemente a escala regional. A Argentina é o primeiro país da América do Sul a ter adotado uma lei de proteção integral das pessoas deficientes, em 1981. Estes dois países conheceram regimes ditatoriais dos anos 1960 aos 1980 - fato que obstruiu as mobilizações políticas para os direitos das pessoas deficientes. Compartilham igualmente uma proximidade linguística que facilita as trocas entre eles. Para realizar este estudo, utilizamos como fontes privilegiadas os arquivos dos organismos intergovernamentais, como a Liga das Nações, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas, e os arquivos associativos, administrativos e parlamentários.

⁵ WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 1, p. 7-36, 2003.

⁶ HASSENTEUFEL, Patrick. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale. Les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques. **Revue Française de Science Politique**, v. 55, n. 1, p. 113-132, 2005. p. 122.

⁷ LAGROYE Jacques; FRANCOIS, Bastien; SAWICKI, Frédéric. **Sociologie Politique**. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz, 2006. p. 507.

I. As temporalidades internacionais das políticas públicas da deficiência

Em escala internacional, podemos distinguir empiricamente várias temporalidades diferentes: a dos projetos de inovações sociais de dimensão mundial, a do compromisso das organizações internacionais e a da internacionalização dos direitos das pessoas com deficiência.

A temporalidade dos projetos de inovações sociais de dimensão mundial

Durante o período 1918-1983, podemos identificar vários projetos coerentes de inovações sociais no setor de readaptação, em escala internacional. Alguns destes projetos podem ser qualificados como “projetos de modernização”, porque os atores sociais concebem estas inovações políticas como tais, empregando as palavras “moderno” ou “modernização” nos seus discursos.⁸ Embora estes projetos de modernização sejam descritos pelos atores sociais como rupturas em relação às experiências anteriores, eles foram na realidade construídos a partir de múltiplas experiências geograficamente situadas.⁹

O primeiro projeto de inovações sociais foi construído a partir das “modernas” técnicas de reeducação funcional e profissional, utilizadas com os mutilados de guerra da Primeira Guerra Mundial nos países europeus. Tal projeto é defendido por várias associações de mutilados e também pelas associações profissionais de reeducação (*International Society for Crippled Children*,¹⁰ *Société Internationale de Chirurgie Orthopédique et Traumatologique*, *Association Internationale de Médecine Physique et de Physiothérapie*) dominadas geralmente por especialistas francófonos - belgas, suíços e franceses. A Sociedade Internacional de Cirurgia Ortopédica e Traumatológica, cuja sede está em Bruxelas, organiza frequentemente congressos internacionais, unicamente em países europeus. Apesar da supremacia europeia, tal associação acolheu também

⁸ ROLLAND, Denis. Introduction. In: ROLLAND, Denis.; AARÃO REIS FILHO, Daniel (dir.). **Modernités alternatives**: L'historien face aux discours et aux représentations de la modernité. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 11.

⁹ THERBORN, Göran. Entangled Modernities. **European Journal of Social Theory**, v. 6, n. 3, p. 293-305, 2003. p. 294.

¹⁰ A *International Society for Crippled Children* alterou seu nome em 1939 para *International Society for the Welfare of Crippled*, em 1960 para *International Society for the Rehabilitation of the Disabled*, em 1972 para *Rehabilitation International*.

profissionais de outras partes do mundo, como estadunidenses e latino-americanos.¹¹

Este projeto de modernização da reeducação dos mutilados visava equiparar suas condições econômicas com as condições das pessoas válidas. As ações para este fim eram o pagamento de altas pensões, a distribuição de próteses, a reeducação física e profissional e a proteção do direito ao trabalho, graças a uma quota elevada de contratações pelas empresas públicas e privadas. Este projeto, contudo, não se ampliou internacionalmente e pouco estendeu-se geograficamente. Foi marginalizado em escala internacional a partir de meados dos anos 1940.

Um segundo projeto de inovações sociais fora proposto após a Segunda Guerra Mundial, baseado nas experiências de readaptação desenvolvidas pelos países anglo-saxões (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália) e nórdicos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca). Os peritos anglo-saxões e nórdicos qualificaram este projeto de inovação social como "moderno",¹² a fim de desacreditar os métodos europeus da reeducação. Esse projeto norte-atlântico de modernização da readaptação (*rehabilitation* em inglês) é caracterizado, sobretudo, por uma legalidade liberal no setor do emprego: a crença numa produtividade potencialmente igual dos inválidos; a recusa das medidas de cota aplicadas às empresas privadas; uma colocação seletiva no meio competitivo para os trabalhadores deficientes produtivos e a constituição de oficinas protegidas de trabalho para as pessoas julgadas pouco produtivas ou desempregadas.¹³

Esse projeto é caracterizado também pelo princípio de coordenação de todas as políticas públicas destinadas às diferentes categorias de pessoas com deficiência - com a constituição de um único organismo de alto escalão administrativo, ou de um comitê interministerial -, por uma tendência à

¹¹ Société Internationale de Chirurgie Orthopédique et de Traumatologie. **Premier Congrès de la Société Internationale de Chirurgie Orthopédique et de Traumatologie**, Paris, octobre 1930, Procès-Verbaux. Paris: Imprimerie R. Fischlin, 1931. p. 17.

¹² United Nations. **Modern Methods of Rehabilitation of the Adult Disabled**. Report of a group-training course organized by the United Nations with the co-operation of the WHO and ILO, held in Sweden, Finland and Denmark, 8 September-7 November 1952. New York: United Nations Publication, 1952.

¹³ International Labour Organisation. **The Training and Employment of Disabled Persons**. A preliminary Report. Montreal: ILO, 1945. p. 175.

equiparação dos direitos entre todas as categorias de inválidos, à equiparação das condições de vida das pessoas inválidas com as condições de vida das pessoas válidas, pela promoção da mobilidade e dos esportes de competição. O desenvolvimento deste projeto norte-atlântico é acompanhado pela legitimação de novas profissões médicas ou paramédicas (medicina física e de readaptação, terapia ocupacional, fisioterapia), de novas configurações institucionais (promoção do Instituto Nacional de Readaptação, que dispõe de múltiplos serviços complementares, das oficinas protegidas de trabalho) e de novos materiais técnicos que utilizam tecnologias de ponta. Pela sua ação, as organizações intergovernamentais legitimaram novas especialidades médicas, o que conduziu rapidamente à criação de várias ONGs, conduzidas por anglo-saxões e nórdicos: a *International Federation of Physical Medicine* (IFPM), fundada em Londres em julho de 1952,¹⁴ a *World Confederation of Physical Therapy* (WCPT), criada em 1951 em Copenhague, e a *World Federation of Occupational Therapists* (WFOT), fundada na Inglaterra em 1952.

Esse projeto norte-atlântico obtém uma legitimidade crescente, em escala internacional, durante os anos 1950 e 1960, mas a seguir passa a ser contestado parcialmente pela emergência de outros projetos de inovações sociais de dimensão mundial, como o projeto dos países socialistas e o projeto dos chamados ‘países em desenvolvimento’.

Pelo menos a partir dos anos 1950, vários países socialistas (Polônia, União Soviética e Tchecoslováquia) promoveram projetos de inovações sociais no setor da readaptação. Estas políticas de readaptação possuíram as mesmas raízes daquelas desenvolvidas nos países capitalistas, ou seja: as políticas de readaptação posteriores à Primeira Guerra Mundial. Contudo, contrariamente aos países do oeste europeu, que reorientaram progressivamente suas políticas de readaptação para o projeto norte-atlântico, os países socialistas acentuaram certas tendências do projeto europeu de modernização da reeducação. Esse projeto socialista era baseado no direito ao emprego - graças a uma habitação coletiva das pessoas com

¹⁴ JIMENEZ, José. The International Federation of Physical and Rehabilitation Medicine. Disponível em: <<http://www.isprm.org/wp-content/uploads/2012/11/The-International-Federation-of-Physical-and-Rehabilitation-Medicine.pdf>>. Acesso em 3 jun. 2013.

deficiência nas indústrias, a medidas de cota elevada e à organização de cooperativas de inválidos-¹⁵ no direito à segurança social e à mobilidade (pelo menos no discurso). Esse projeto fora guiado pelas ideias de planificação centralizada e de gratuidade de certos bens, como automóveis adaptados e próteses.

Outro projeto de inovações sociais no setor da readaptação profissional emergiu em alguns países da África do Leste (nomeadamente em Uganda) a partir de meados dos anos 1950. Promovida pela *Real Commonwealth Society for the Blind*, essa inovação baseou-se numa formação profissional simplificada em agricultura ou artesanato e na permanência do indivíduo em sua comunidade de origem, respeitando assim sua cultura e seus costumes.¹⁶ Duas décadas mais tarde, esse projeto de inovações sociais estendeu-se a outras esferas (nomeadamente a readaptação médica), passando a ser construído de maneira mais coerente pela Organização Mundial da Saúde, sob a denominação "readaptação baseada na comunidade". Essa readaptação tem base em serviços fornecidos o mais próximo possível da residência do beneficiado, com a participação ativa da família e da comunidade no processo de readaptação, e na legitimação de novas categorias profissionais pouco qualificadas e formadas no próprio local de trabalho (os auxiliares), também no emprego de materiais de fisioterapia simples, baratos e locais.¹⁷

O tempo do compromisso das organizações internacionais

O tempo do engajamento das organizações internacionais na causa da readaptação das pessoas com deficiência não foi sincrônico, longe disso. Várias ONGs, entre elas *International Society for the Welfare of Cripples*, *Association Internationale des Etudiants Aveugles*, *Conférence Internationale des Associations de Mutilés de Guerre et d'Anciens Combattants*, envolveram-se na referida causa

¹⁵ TYL, Rudolf. Les coopératives d'invalides en Tchécoslovaquie. **Revue Internationale de la Croix Rouge**, n. 570, p. 267-274, juin 1966.

¹⁶ MACKENZIE, Sir Clutha. Pilot project for the rural blind in Uganda. **International Social Service Review**, n. 7, p. 45-53, october 1960.

¹⁷ HELANDER, Einar; MENDIS, Padmani; NELSON, Gunnel. **Training the disabled in the community: an experimental manual on rehabilitation and disability prevention for developing countries**. Genebra: WHO, 1980.

durante os anos 1920 e 1930. No mesmo período, a Liga das Nações pouco trabalhou nesse setor, apesar das inúmeras demandas feitas pelas ONGs. Evidentemente tivemos importantes avanços com a ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) engajada na reeducação dos mutilados de guerra,¹⁸ das vítimas de acidentes de trabalho e dos cegos.¹⁹ A Organização de Higiene da Liga das Nações empreendeu um inquérito mundial sobre os cegos em 1929.²⁰ O Comité de Proteção da Infância da Liga das Nações endossou o tema da infância cega a partir de 1926, mas deixou para mais tarde o estudo do tema das crianças estropiadas, das crianças surdas e das crianças "simples do espírito", por conta de sua agenda sobrecarregada.²¹

No fim da Segunda Guerra Mundial várias organizações intergovernamentais (ONU, OMS, OIT) comprometeram-se e reforçaram o seu compromisso em prol das pessoas com deficiência, de maneira concomitante. Esta concomitância esteve ligada à emergência provocada pelo retorno de soldados mutilados, assim como a pressão exercida por numerosas ONGs sobre as organizações intergovernamentais, cobrando uma maior atuação no setor. Embora incitada a priorizar o setor da educação especializada, é somente no fim dos anos 1960 que a *United Nations Organization for Education, Science and Culture* (UNESCO) passa a inscrever a educação especializada como um elemento do seu programa de ação, sobretudo devido ao impulso dado pelos governos dos países nórdicos e de várias ONGs.²²

Em meados dos anos 1950 a OIT torna-se a instituição intergovernamental mais ativa no setor da readaptação das pessoas com deficiência, com a adoção da recomendação nº99 sobre a adaptação e a readaptação profissional dos

¹⁸ ILO - International Labour Organisation. **The compulsory employment of disabled men.** Studies and Reports, Serie E, n. 2, Genebra: ILO, April 1921.

¹⁹ AOIT, caixa MU 11/0/2. Bureau International du Travail, **Le Bureau International du Travail et les aveugles**, 13 novembre 1920.

²⁰ Comité d'Hygiène. Rapport sur la protection des aveugles dans differents pays d'apres les réponses à un questionnaire de l'Organisation d'Hygiene de la Société des Nations. **Bulletin de la Société des Nations**, v.III, C. H. 818, Genève, 1929.

²¹ Arquivo da Liga das Nações, Genebra. Caixa 3070. Comité de la Protection de l'Enfance. **Rapport sur les travaux de la Septième session (14-20 avril 1931)**. Genève, 20 avril 1931.

²² United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Records of the General Conference. Fifteenth Session, Paris, 1969.** Resolutions. Paris: UNESCO, 1969. p. 91.

inválidos.²³ A liderança do setor da readaptação passa da OIT para a OMS durante os anos 1970. Nesse período, o impacto da crise econômica põe em xeque o argumento econômico da readaptação e os peritos passam a valorizar o aspecto humanitário de sua atividade. Em 1975 a OMS reorienta parcialmente os objetivos das políticas de readaptação mantidas por outras organizações intergovernamentais (OIT, ONU) em função de seus próprios critérios: prioridade à prevenção e aos cuidados básicos fornecidos pelas comunidades.²⁴

A partir de 1949, o secretariado da ONU projeta uma ação coordenada das diferentes agências no setor da readaptação das pessoas com deficiência, sob sua orientação. Um programa internacional coordenado no setor de readaptação das pessoas com deficiência física é finalmente aprovado em 1952.²⁵ O objetivo deste programa é coordenar e sincronizar o ritmo das ações efetuadas pelas organizações intergovernamentais e pelas ONGs neste setor. Rapidamente alguns progressos são alcançados no plano da distribuição do campo de competências de cada organização, mas a sincronização do ritmo da ação das agências permanece imperfeita, devido a vontade das agências especializadas em conservar certa autonomia de ação.²⁶ A constituição do programa internacional coordenado foi a primeira etapa para a construção de um tempo homogêneo (ideal) das políticas públicas da deficiência em escala internacional, desejada pelas organizações internacionais. Esta vontade de obter uma homogeneidade temporal reforça-se a partir do fim dos anos 1960, quando a *International Society for the Rehabilitation of the Disabled* (ISRDI) adota a Década da Readaptação²⁷ e depois, no início dos anos 1980, com a instauração pela ONU do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981) e de um programa de ação mundial em prol das mesmas (1983-

²³ Organización Internacional del Trabajo. Recomendación sobre la adaptación y la readaptación profesionales de los inválidos, n. 99. 22 junio 1955.

²⁴ World Health Organization. **Disability prevention and rehabilitation**. A29/INF.DOC/1. Ginebra: WHO, 28 April 1976.

²⁵ Organisation des Nations Unies. Rapport du secrétaire général sur un programme international pour la réadaptation des personnes physiquement diminuées. **Document ECOSOC E/CN.5/259**. 28 janvier 1952.

²⁶ BREGAIN, Gildas. **L'internationalisation imparfaite d'une modernité nord-atlantique. Essai d'histoire croisée des politiques publiques du handicap en Argentine, au Brésil et en Espagne (1956-1982)**. Rennes, 2014. Tese (Doutorado em História Contemporânea) - Universidade de Rennes II, Rennes, 2014. p. 222.

²⁷ ACTON, Norman. The proposed "Decade of Rehabilitation". **Bulletin of prosthetics Research**, n. 10-11, p. 1-3, spring 1969.

1992). A ISRD e a ONU pretendem, por conseguinte, fixar o ritmo das políticas públicas da deficiência, impondo a década como quadro de referência do progresso destas políticas, em escala internacional.

Mas a ideia de um tempo homogêneo não é conforme à realidade, porque as normas legais internacionais e o projeto norte-atlântico de modernização da readaptação não se impõem de maneira simultânea e homogênea em todos os países do mundo. Como observa Partha Chatterjee, o tempo da modernidade - do qual as políticas públicas constituem um elemento - é um tempo denso e heterogêneo, particularmente nos países menos desenvolvidos.²⁸ Nestes países, os atores locais não interiorizam todas as normas legais internacionais da mesma maneira e muitos só se apropriam delas desviando seu sentido ou seu conteúdo, além de, por vezes, se oporem a essas normas.

Os tempos da transnacionalização e da internacionalização dos direitos

É necessário distinguir o tempo da transnacionalização dos direitos do tempo da internacionalização dos direitos. Johanna Simeant convida-nos a distinguir a internacionalização, que designa os contatos e interações que se operam através das fronteiras estatais e que são controladas pelos organismos de política estrangeira dos governos da transnacionalização, que designa os contatos e interações não controlados por estes organismos.²⁹ O tempo da transnacionalização dos direitos das pessoas com deficiência é definido pelas mobilizações das ONGs. Esta transnacionalização do direito acelera-se durante o período entreguerras e conhece fortes discontinuidades durante a Segunda Guerra Mundial, devido à inatividade das ONGs. A Guerra Fria constitui um grande freio para a transnacionalização acelerada dos direitos, mas não chega a ser um obstáculo intransponível. De fato, durante esse período, a sociedade chamada *International Society for the Rehabilitation of the Disabled* contou com a

²⁸ CHATTERJEE, Partha. **La Nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008. p. 116.

²⁹ SIMEANT, Johanna. Transnationalisation. In: FILIEULE, Olivier.; LILIAN, Mathieu.; PECHU, Cécile (dir.). **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences-po, 2009. p. 554-564.

participação de profissionais do leste europeu.³⁰ Esta transnacionalização do direito acaba sendo acelerada uma vez mais entre os anos de 1967 e 1982, com a multiplicação dos congressos internacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência.

O tempo da internacionalização dos direitos das pessoas com deficiência é definido pelas ações desenvolvidas pelos organismos intergovernamentais, como também por estes mesmos organismos em escala regional (Organização dos Estados Americanos, Comunidade Económica Europeia). As datas de aprovação das declarações internacionais dos direitos, ou das convenções internacionais, são frequentemente identificadas como cesuras da história da deficiência em escala internacional, devido à legitimidade atribuída às decisões destas instâncias.

A elaboração das normas internacionais constitui momentos chave da regulação das utopias em escala internacional.³¹ Cada um dos textos internacionais adotados pelas organizações intergovernamentais vem enquadrar, senão encerrar, o campo das possibilidades das políticas públicas da deficiência. O teor desta regulação tem uma relação umbilical com os desafios geopolíticos que influenciaram as propostas dos governos e com as pressões exercidas pelas comunidades organizadas. De 1918 a 1983, vários períodos na delimitação dos direitos das pessoas com deficiência podem ser distinguidos.

A primeira fase, de 1918 a 1952, representou o período no qual os direitos das pessoas com deficiência permaneceram incertos. Apesar da promoção de medidas de emprego espelhadas no projeto europeu da reeducação, por parte de certas associações de antigos combatentes e certas associações de cegos, nenhuma regulamentação internacional fora adotada pela Liga das Nações ou pela OIT sobre o assunto. A Organização Internacional do Trabalho criou, em 1923, um comitê de peritos que recomendaram "aplicar a obrigação legal de emprego, tendo em conta a diversidade das condições do trabalho nas diferentes nações", com o objetivo de

³⁰ GROCE, Nora Ellen. **From Charity to Disability rights**: Global initiatives of Rehabilitation International, 1922-2002. New York: Rehabilitation International, 2002. p. 41.

³¹ HASSENTEUFEL, Patrick. Op. Cit., p. 128.

favorecer a colocação dos inválidos de guerra no mercado.³² Além disso, a *International Society for Crippled Children* pediu à Liga das Nações para que adotasse uma carta dos direitos das crianças estropiadas. No entanto, o Comitê de Proteção da Infância da Liga das Nações não se dobrou a esta solicitação.³³ Malogradas tais tentativas, o Comitê de Proteção da Infância finalmente aprovou uma resolução, em abril 1932, que afirmava que as crianças cegas deveriam beneficiar-se da instrução obrigatória e gratuita e que este ensino deveria ser dispensado preferivelmente em institutos para cegos ou em classes especiais.³⁴

Uma segunda fase cobre o período 1952-1967. Começa pela aprovação, em 1952, do programa internacional de readaptação pelas Nações Unidas, que se inspira largamente no projeto norte-atlântico de modernização da readaptação. Em junho de 1955, a conferência internacional do trabalho aprova a recomendação nº99 sobre a readaptação profissional.³⁵ Este regulamento ratificou a mudança de orientação das políticas de inserção profissional dos inválidos, no sentido de legalidades liberais conformes ao projeto norte-atlântico. Durante a elaboração desta recomendação, os países socialistas defenderam a ideia de que todos os inválidos passariam a ter o direito de aceder à readaptação profissional e a um emprego, incluindo as pessoas com problemas mais graves, e isso independentemente da situação do emprego no país. Mas as propostas dos países socialistas foram veementemente rejeitadas. A proposta depositada pelo representante dos trabalhadores da União Soviética, sugerindo que o emprego dos inválidos fosse garantido, acabou rejeitada por 194 vozes contra 8.³⁶ A norma legal adotada fora uma norma flexível, uma recomendação, fortemente enquadrada pela economia de mercado. Esta norma desvalorizou a obrigação de emprego, em

³² Bureau International du Travail. **Le placement des invalides**. Réunion d'experts pour l'étude de l'organisation du placement des invalides (Genève, 31 juillet, 1er et 2 août 1923). Genève: BIT, 1923. p. 279.

³³ GROCE, Nora Ellen. Disability and the League of Nations: the Crippled Child's Bill of Rights and a call for an international bureau of information, 1931. **Disability and Society**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2014. p. 511.

³⁴ Arquivo da Liga das Nações, Genebra. Caixa 3070, n.36403. Child Welfare Committee. **Welfare of Blind Children. Report by the Sub-Committee**. Genebra: Liga das Nações, 11 de abril de 1932.

³⁵ OIT, 1955, Op. Cit.

³⁶ **Conférence Internationale du Travail**, 38e session, 1955. Compte-rendu des travaux. Genève: BIT, 1955. p. 671.

benefício de outras medidas menos restritivas para as empresas privadas, como publicidade, colocação seletiva, constituição de oficinas protegidas.

A dinâmica liberal refutou o objetivo de equiparação das condições econômicas, sonhado por certos peritos nos anos 1920, em benefício de uma equiparação das possibilidades profissionais no âmbito de uma economia de mercado. Esta vontade de igualdade da pessoa inválida à pessoa válida constituiu portanto uma ficção, baseada na crença numa produtividade dos inválidos igual à produtividade das pessoas válidas.³⁷ Esta ficção acabou por legitimar a exclusão de um grande número de pessoas com deficiência do acesso a um emprego em meio comum, corretamente remunerado.

O projeto de modernização das políticas de assistência às pessoas com deficiência desenvolvidas pelos organismos intergovernamentais apoiou-se, por conseguinte, num conjunto de normas legais, formas institucionais e práticas profissionais, da mesma maneira que sobre um vocabulário específico, que provinha majoritariamente do espaço norte-atlântico. Os funcionários destes organismos eram originários dos países representantes do projeto norte-atlântico de readaptação.

Uma terceira fase nos remete ao período de 1967 a 1983. Desde 1967 as ONGs aprovaram vários textos internacionais que afirmaram os direitos das pessoas com deficiência. A *International League of Societies for the Mentally Handicapped* (ILSMH) adotou, assim, em outubro de 1968, uma Declaração dos direitos das pessoas com deficiências mentais. A midiaticização maciça da ideia de direitos pelas ONGs e, na esteira destas, pelos organismos intergovernamentais gerou um aumento das aspirações à autonomia das pessoas com deficiência, a construção de novas utopias e uma radicalização dos modos de ação de numerosas associações de pessoas com deficiência no mundo. Múltiplas normas internacionais vieram controlar as utopias surgidas no fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970: a Declaração dos Direitos dos Deficientes Mentais,³⁸ a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes,³⁹ a Convenção n°159, relativa à

³⁷ BREGAIN, Gildas. 2014. Op. Cit., p. 758.

³⁸ United Nations. **Declaration on the Rights of Mentally Retarded Persons**. 20th December 1971.

³⁹ United Nations. **Declaration on the Rights of Disabled Persons**. 9th December 1975.

readaptação profissional e ao emprego das pessoas deficientes (1983). A Declaração dos Direitos dos Deficientes Mentais renunciava, assim, ao princípio de igualdade perfeita dos direitos dos deficientes mentais com os outros seres humanos e não mencionava o direito ao voto, ao casamento e de ter crianças, defendidos pelos peritos nórdicos da deficiência mental.⁴⁰ Pela adoção das duas declarações internacionais, a ONU assumiu o papel de promotora - mais do que de fiadora - dos direitos das pessoas com deficiência. A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes - adotada pelas Nações Unidas em 1975 - constituiu uma real novidade do ponto de vista dos direitos legitimados, pela menção de novos direitos e pela unificação definitiva das diferentes categorias de pessoas deficientes. Não se trata em nenhum caso de uma ruptura, na medida em que esta declaração apoiara-se sobre a recomendação n°99 da OIT e não a invalidava. Esta declaração não teve nenhum efeito de coerção.

A partir de 1983, são os representantes dos países nórdicos que se tornam os promotores de progressos sociais para os direitos profissionais das pessoas com deficiência na OIT, propondo alterações destinadas a restringir a criação de oficinas protegidas e a permitir a adoção de medidas de discriminação positiva em prol dos deficientes.⁴¹ A relação de forças entre os representantes tripartidos da OIT pende ligeiramente em prol dos representantes dos trabalhadores, graças à intervenção das ONGs nos debates. Consequentemente, os representantes dos trabalhadores obtêm a aprovação de uma convenção, uma norma que força os Estados a iniciarem uma política de readaptação profissional dos inválidos. Realmente, a convenção n°159, relativa à readaptação profissional e ao emprego das pessoas deficientes,⁴² contém medidas demasiado leves para gerar uma ação sistemática neste setor, e disposições internas ao texto fizeram por diminuir consideravelmente seu aspecto restritivo, nomeadamente para os países em via de desenvolvimento.

⁴⁰ International League of Societies for the Mentally Handicapped. **Conclusions of the Symposium "Legislative aspects of Mental retardation"**. Stockholm. 11-17 June 1967.

⁴¹ **Conférence Internationale du Travail**, 68e session, 1982. *Compte-rendu des travaux*. Genève: BIT, 1982. p. 25/4.

⁴² Organización Internacional del Trabajo. **Convenio sobre la readaptación profesional y el empleo (personas inválidas)** n. 159, 20 junio 1983.

Mudanças importantes na orientação das políticas da deficiência em escala internacional intervêm por conseguinte numa escala geracional, ou mesmo intrageracional, durante o século XX.⁴³

As temporalidades das políticas públicas nacionais da deficiência durante o século passado merecem ser analisadas em função da sua concordância com o ritmo de desenvolvimento desses múltiplos projetos de inovações sociais de alcance mundial. O ritmo de desenvolvimento de tais projetos é freado ou acelerado pelas normas internacionais adotadas pelos organismos intergovernamentais que os legitimam ou desacreditam. É somente após a Segunda Guerra Mundial que os direitos das pessoas com deficiência entram realmente na agenda das organizações intergovernamentais. A ação destes organismos para construir um tempo homogêneo das políticas públicas da deficiência em escala internacional contribui, sem dúvida, para uma homogeneização crescente do ritmo de progresso das políticas públicas nacionais.

II. A interação variável dos múltiplos tempos constitutivos das políticas públicas nacionais da deficiência com as temporalidades internacionais

Jean-Claude Schmitt encara o tempo histórico nacional francês como “um sistema de temporalidades diversas, em que os progressos de tal fator compensariam as inércias de outro”.⁴⁴ Nesta escala nacional, distinguimos de maneira empírica múltiplas temporalidades que se encaixam para compor a temporalidade das políticas públicas: o tempo das ideias, o tempo curto da assistência internacional, o tempo da esperança de uma legalidade mais justa, o tempo legislativo, o tempo curto do engajamento radical no espaço público, o tempo dos investimentos públicos, o tempo institucional, o tempo dos conhecimentos profissionais e o tempo das tecnologias. Alguns deles são cumulativos e suscetíveis de inércia (tempos das ideias, tempo legislativo, tempo institucional, tempos do saber, tempos das tecnologias). Embora efêmeros, o tempo curto do engajamento radical no espaço público e o tempo da esperança de

⁴³ ROSA, Hartmut. *Mouvement historique et histoire suspendue. Le rapport du changement social et de l'expérience en histoire. Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, n. 117, p. 89-104, 2013. p. 93.

⁴⁴ SCHMITT, Jean-Claude. *Le corps des images, essai sur la culture visuelle au Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 2002. p. 58.

uma legalidade mais justa contribuem para a aceleração dos tempos legislativos, dos tempos dos saberes e dos tempos institucionais. Constitutivos das políticas públicas nacionais da deficiência, esses tempos interagem de maneira variável com certas temporalidades internacionais. Esta variabilidade é acentuada pela especificidade de cada configuração política nacional, que desempenha frequentemente um papel primordial na construção dos tempos nacionais. Abordaremos aqui apenas alguns destes tempos constitutivos das políticas públicas em escala nacional.

O tempo da disseminação da ideia de direitos

Fortemente ligado às temporalidades da transnacionalização e da internacionalização dos direitos, o tempo da disseminação da ideia de direitos das pessoas com deficiência não é sincrônico na Argentina e no Brasil. Esta ideia não se difunde de maneira uniforme em todos os meios sociais e em todos os territórios estudados. Esta divulgação diferenciada se deve ao peso da censura e ao controle político, como também à maneira como as diferentes associações - bem como os profissionais do setor - apropriaram-se desta noção de direitos, proclamando-a por meio de discursos e publicações.

A partir do período entreguerras, a ideia do direito dos inválidos à reeducação, em conformidade com o projeto europeu, difunde-se de maneira lenta e moderada nos dois países estudados, graças à proximidade geográfica e cultural dos países fundadores deste projeto de modernização e graças à inserção de alguns atores argentinos e brasileiros na *Société Internationale de Chirurgie Orthopédique et Traumatologique* (SICOT) e na *International Society for Crippled Children* (ISCC), sediadas no território europeu. Apenas dois médicos brasileiros (Luiz de Rezende Puech e Francisco Elias de Godoy Moreira) e dois argentinos (Oscar Marottoli e José Valls) já eram membros da SICOT em 1930. Estes médicos eram também membros da ISCC. Graças a estas redes, o brasileiro Francisco Elias de Godoy Moreira visitou serviços de cirurgia ortopédica na França, na Áustria e na Inglaterra e efetuou estágios junto ao professor Konrad Biesalski, em Berlim, e ao

professor Vittorio Putti, na Bolonha.⁴⁵ O argentino Oscar Marottoli especializou-se igualmente em vários países da Europa, nomeadamente na Alemanha, junto ao Dr. Biesalski, e no Hospital-Escola Massachussets, nos Estados Unidos.⁴⁶ Ao início dos anos 1940, a ideia dos direitos dos inválidos à reeducação progride fortemente na América Latina, devido às várias conferências interamericanas sobre o trabalho e a segurança social;⁴⁷ na Argentina, graças à organização de duas conferências internacionais sobre os inválidos (1943; 1946), e no Brasil, graças às conferências dadas por alguns médicos. Mas estas ideias de direitos não são legitimadas totalmente na Argentina, onde nenhuma legislação é adotada sobre a readaptação dos inválidos, contrariamente ao Brasil.

Em novembro de 1944, o governo de Getúlio Vargas aprova o decreto-lei nº7036, que reforma as modalidades de assistência a vítimas de trabalho. O empregador é obrigado a assegurar o seu empregado contra os riscos de acidentes do trabalho e oferecer-lhe a assistência médica que precisa, bem como uma indenização. O decreto prevê que todos os inválidos do trabalho tenham direito a uma readaptação profissional, mas o governo não regulamenta este decreto, e não cria os serviços de readaptação previstos. O voluntarismo de Getúlio Vargas para legislar no setor da readaptação pode explicar-se por dois fatores: de um lado, seu desejo de garantir um melhor estatuto aos trabalhadores; do outro, sua sensibilidade com este assunto, porque seu filho, Getúlio Vargas, morreu em consequência de uma epidemia de poliomielite em janeiro de 1943, por falta de tecnologia suficiente no país para salvá-lo (pulmões de aço). O governo Vargas aprova, no dia 25 de janeiro de 1945, o decreto nº7.270, que organiza a readaptação profissional dos mutilados de guerra das Forças Armadas. Esta legislação obriga os empregadores privados e públicos que têm pelo menos 25 empregados a aceitarem pessoas reabilitadas profissionalmente entre seu pessoal (até a 2%).

⁴⁵ NAPOLI, Manlio, BLANC, Claudio. **Ortopedia Brasileira**: momentos, crônicas e fatos. Tamboré: Oesp Gráfica, 2000. p. 40.

⁴⁶ MAROTTOLI, Oscar. La reeducacion funcional de los niños invalidos y paraliticos. In: __. **La Paralisis Infantil**: algunos de sus problemas. Buenos Aires: El Ateneo, 1939. p. 192.

⁴⁷ RAMACCIOTTI, Karina Inés. Diálogos transnacionales entre los saberes técnicos e institucionales en la legislación sobre accidentes de trabajo. Primera mitad del siglo XX. **Historia, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 201-219, jan/mar 2015.

Na Argentina, a inação do governo peronista neste setor é mais surpreendente, porque este governo desenvolve, à mesma época, uma ação muito forte no campo da proteção social e porque os trabalhadores constituem o ator hegemônico do peronismo.⁴⁸ Embora o ministro da Saúde do governo peronista, Ramón Carrillo, tenha reconhecido num discurso em 1946 a necessidade de garantir o direito do inválido à readaptação e ao trabalho,⁴⁹ não se pode observar nenhuma ação de amplitude no setor da reeducação profissional das vítimas do trabalho e dos outros inválidos durante esse período. Vários fatores puderam contribuir para a ausência de uma política de reeducação dos inválidos: a oposição dos proprietários de fábricas a arcarem com as despesas da reeducação médica e profissional,⁵⁰ a contrariedade de certos líderes peronistas à implicação do Estado neste setor, a fraqueza dos recursos orçamentais do Ministério da Saúde a partir de 1948 e a ausência de associações de inválidos ou vítimas do trabalho suscetíveis de se transformarem em apoio eleitoral.⁵¹

A ideia do direito dos inválidos à readaptação (em conformidade com o projeto norte-atlântico) espalhou-se largamente a partir do fim dos anos 1940 na Argentina e desde o começo dos anos 1950 no Brasil, graças à formação de vários médicos argentinos e brasileiros nos Estados Unidos e à inserção de numerosos atores argentinos e brasileiros nas ONGs especializadas na readaptação (IFPM, WCPT, WFOT). Em seguida, o tempo das ideias progride mais ou menos na mesma velocidade nos dois países, embora retardado pelas limitações à liberdade de expressão sob as ditaduras. Somente com a abertura democrática progressiva destes regimes é que esta dinâmica toma realmente o seu desenvolvimento, engajando um número crescente de atores na propagação desta ideia de direito. A disseminação opera-se de maneira crescente no Brasil, a partir de 1978, mas

⁴⁸ DEVOTO Fernando, FAUSTO, Boris. **Argentina y Brasil (1850-2000)**. Un ensayo de historia comparada. Buenos Aires: Sudamericana, 2008. p. 308.

⁴⁹ Asociación de Orientación y Ayuda al Inválido. **Segunda Conferencia para el bienestar del lisiado**. Relatos oficiales, contribuciones y discusiones. Buenos Aires, octubre de 1946. Buenos Aires: Orestes A. Capello, 1947. p. 34.

⁵⁰ RAMACCIOTTI, Karina Inès. Influencias internacionales sobre la gestion de los accidentes de trabajo en Argentina. Primera mitad del siglo XX. **e-I@tina** - revista electrónica de estudios latinoamericanos, Buenos Aires, v. 12, n. 48, p. 1-22, julio-septiembre 2014. p. 12.

⁵¹ BREGAIN, Gildas. Historiar los derechos a la rehabilitación integral de las personas con discapacidad en Argentina (1946-1974). In: PANTANO, Liliana (comp.). **Discapacidad y Investigación**. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 2012. p. 124.

mostra-se muito caótica na Argentina, devido à repressão militar.⁵² A divulgação das ideias torna-se sincrônica durante os anos 1970, graças ao compromisso crescente da Organização das Nações Unidas, com dois acontecimentos midiáticos: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), e o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981). Os governos argentino e brasileiro organizam, em 1981, conferências públicas em honra do Ano Internacional das Pessoas Deficientes,⁵³ contribuindo assim para a midiaticização desses direitos.

O tempo curto da assistência internacional

Nos dois países, o tempo da assistência internacional é globalmente sincrônico, e de curta duração. Está diretamente ligado à temporalidade da ação dos organismos intergovernamentais e à temporalidade dos investimentos públicos. Especialistas em readaptação da OMS, da ONU e da OIT, originários dos países do espaço norte-atlântico, são enviados à Argentina e ao Brasil durante os anos 1956 e 1966. Esta concomitância do compromisso dos dois governos com uma política de readaptação explica-se pela midiaticização do problema da infância atingida pela poliomielite após as epidemias dos inícios dos anos 1950, e pela promoção das políticas de readaptação pelos organismos intergovernamentais. No Brasil, essa política é explicada pela forte mobilização dos médicos sobre este assunto, e, na Argentina, pela vontade política do governo de Aramburu.

O governador do Estado de São Paulo à época, Jânio Quadros, assina em 21 de dezembro de 1956 o decreto 27.083, de criação do Instituto Nacional de Reabilitação (INAR), ligado à clínica ortopédica do Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo (USP). Este Instituto obtém um apoio simbólico das autoridades federais, devido à mobilização intensa do Dr. Godoy Moreira junto ao presidente da República. Mas o apoio financeiro provém unicamente do governo do estado de São Paulo, com investimento de oito milhões de reais, e das Nações Unidas. A partir do mês de maio de 1956, o Dr. Godoy Moreira, à frente da clínica ortopédica e traumatológica do Hospital das Clínicas da USP, pede a assistência

⁵² BREGAIN, Gildas. 2014. Op. Cit., p. 485-492.

⁵³ **Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Relatório de Atividades. Rio de Janeiro, Brasil, 1981.

técnica de uma equipe completa de especialistas às Nações Unidas.⁵⁴ Alguns meses depois, o Instituto Nacional de Reabilitação recebe dois médicos especialistas (Paul Albright e Hindley Smith), uma terapeuta ocupacional (Elizabeth Eagles) e uma fisioterapeuta (Karen Lundborg), além de um perito em prótese (o dinamarquês Erik Jensen, de 1957 até dezembro 1960) e um perito em readaptação profissional (John Humphreys).⁵⁵

Em março de 1956, o Ministério da Saúde do governo argentino de Pedro Eugenio Aramburu cria a *Comisión Nacional Permanente para la Rehabilitación de los Lisiados* (CNRL) para combater a epidemia de poliomielite que causava devastações no país. A vontade política exprimida pelo governo de Aramburu é apresentada como uma prova do ativismo do novo governo e da incompetência do precedente governo peronista.⁵⁶ A CNRL põe imediatamente em funcionamento um centro exemplar de readaptação, o *Instituto Nacional de Rehabilitación del Lisiado* (INRL). Em março de 1957, o governo de Aramburu solicita a assistência técnica da ONU.

Dois peritos em readaptação, o finlandês Esko Kosunen e o americano Paul Albright, efetuaram missões de conselho de curta duração (um mês em 1957 e 1958) no *Instituto Nacional de Rehabilitación del Lisiado*, de Buenos Aires. Seguindo as recomendações dos peritos, as Nações Unidas enviaram, de acordo com a OIT e a OMS, um especialista em administração de centros de readaptação (Hindley Smith), um técnico em prótese, Erik Jensen (1963; 1965-1967), bem como dois peritos em readaptação profissional, Georges-Yves Rouault (1960-1964) e Norman Phillips (1962-1963), para organizar um programa de readaptação profissional. Norman Phillips também efetuará uma missão no Brasil alguns anos mais tarde. Na Argentina e no Brasil, a visita dos peritos em readaptação profissional lança uma dinâmica de integração dos serviços de

⁵⁴ AOIT, caixa TAP 0-9-1 (C). Cópia de uma carta, São Paulo, 8 de maio de 1956, Godoy Moreira ao Ministro Sergio Afonso Correia da Costa, vice presidente da Comissão nacional de Assistência Técnica.

⁵⁵ Arquivo (da Organização) das Nações Unidas (ANU), caixa S-0175-0188-05. ALBRIGHT, Paul. **Development of rehabilitation services for the handicapped in Brazil, prepared for the Government of Brazil**. UN, Commissioner for technical assistance. 9th July 1959.

⁵⁶ TESTA, Daniela. Poliomielitis: La "herencia maldita" y la esperanza de la rehabilitación. La epidemia de 1956 en la ciudad de Buenos Aires. **Intersticios** - Revista Sociológica de Pensamiento Crítico, v. 5, n. 2, 2011. p. 317.

readaptação profissional nas prestações comuns de readaptação. Estes peritos participaram ativamente da organização dos serviços de colocação seletiva, que inseriram candidatos qualificados nas administrações e nas empresas voluntárias, assim como também desaconselharam os governos a adotarem uma legislação que obrigasse as empresas privadas a contratar deficientes.⁵⁷

Os peritos internacionais impulsionaram uma nova orientação das políticas públicas de readaptação nos dois países estudados; políticas estas que incorporaram certos aspectos do projeto norte-atlântico da readaptação: construção de um centro nacional de demonstração em readaptação (INAR, INRL), novo recorte das especialidades médicas, promoção do esporte adaptado, instauração de uma legalidade liberal do trabalho das pessoas com deficiência e promoção da colocação seletiva, bem como a implementação de uma legislação que favorecesse a mobilidade das pessoas com deficiência.

No Brasil, os peritos organizaram cursos de formação para os profissionais brasileiros (terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, médicos fisiatras) no Instituto de Reabilitação de São Paulo.⁵⁸ As mesmas formações acabaram sendo ministradas por peritos internacionais para os profissionais argentinos no *Instituto Nacional de Rehabilitación del Lisiado*, em Buenos Aires. As organizações internacionais impuseram a sua marca sobre o conteúdo da formação das especialidades médicas relativas à readaptação (terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, etc.). Favoreceram uma convergência progressiva das políticas públicas dos países estudados em torno de referenciais comuns (conceitos de integração, de acessibilidade, etc.). Os outros projetos de inovações sociais de repercussão mundial (projeto socialista, projeto dos países em desenvolvimento) tiveram uma influência menor nestes países. Em Tucumán, o Instituto de Readaptação da província organiza cooperativas de trabalho para inválidos no meio rural, no início dos anos 1970, mas esta experiência permanece uma exceção na escala nacional.

⁵⁷ PHILLIPS, Norman. **Report to the government of Brazil on the Vocational Rehabilitation and Placement of the Disabled**. ILO/TAP/Brazil, R.10. Confidential. Genebra: ILO, 1967. p. 41.

⁵⁸ AOIT, caixa TAP 0-9-1 (C)-1. HUMPHREYS, John. **Progress Report 6**. 23th January 1959.

Contudo, alguns atores - associações, funcionários, membros das profissões médicas -, que se apropriaram anteriormente das referências do projeto europeu de reeducação, opuseram-se aos preceitos do projeto norte-atlântico de readaptação, e nomeadamente às legalidades liberais no domínio do emprego. Assim, na Argentina, as associações de pessoas com deficiência reivindicam, em 1957, a adoção de uma legislação que impusesse a obrigação para as empresas privadas e públicas de contratar certa porcentagem de pessoas com deficiência.⁵⁹

Pelo caráter performativo do seu discurso, os organismos intergovernamentais alteraram rapidamente, em menos de uma década, a paisagem cognitiva que prevalecia nos dois países estudados, concernente às soluções do emprego dos inválidos. As políticas de emprego dos inválidos sofreram reorientações em direção a legalidades liberais nos dois países. A influência prévia do projeto europeu de reeducação contribuiu, contudo, para a adoção ou a conservação de legalidades de orientação social-liberal, com a inscrição de uma cota irrisória, medidas de isenção fiscal para os empregadores e penalidades fracas.

Na Argentina, duas medidas legislativas que forçam os empregadores privados e públicos a contratarem certa cota de pessoas deficientes (decreto-lei 1.804/1958 e lei 20.923/1974) são invalidadas depois, devido à mobilização ativa dos representantes patronais.⁶⁰ A lei de proteção integral das pessoas deficientes, aprovada pelo general Videla em março de 1981 (lei 22.431), conserva a obrigação de emprego das pessoas deficientes (cota de 4%) apenas para as empresas públicas e as administrações públicas.

No Brasil, a Lei Orgânica da Previdência Social (decreto nº3.807), datada de agosto de 1960, e seu decreto de regulamento, determinam que as empresas ligadas à proteção social que têm entre 20 e 200 empregados devem reservar 2% dos postos a inválidos reabilitados; as que têm entre 201 e 500 empregados devem reservar 3%; entre 501 e 1.000 empregados, 4%; e mais de 1.001 empregados, 5%. O Departamento Nacional de Previdência Social, junto com outras instituições, é

⁵⁹ A la Magna Asamblea Constituyente de 1957, reunida en la ciudad de Santa Fe. **En Marcha**, órgano oficial del Club Marcelo J. Fitte, Buenos Aires, n. 10, agosto de 1958. p. 32.

⁶⁰ BREGAIN, Gildas, 2012. Op. Cit., p. 139-164.

encarregado de fixar os postos que devem ser ocupados pelas pessoas reabilitadas nas instituições da previdência social, mas não age sobre este assunto. Em junho de 1973, a lei nº5.890 retira a responsabilidade das empresas ligadas à proteção social de contratar certo percentual de inválidos reabilitados, alterando o texto do artigo 55 da Lei Orgânica da Previdência Social. Esta nova fórmula do artigo 55 determina que somente o então INPS seja encarregado de emitir um certificado de capacidade profissional para cada segurado reabilitado, definindo o conjunto das profissões em que este pode atuar. Sob a ditadura, numerosas propostas de leis que determinam a contratação obrigatória dos inválidos nas administrações e as empresas privadas são depositadas nas assembleias parlamentares, mas estas propostas são abandonadas rapidamente, devido à oposição da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional da Indústria.⁶¹

O tempo fragmentado da esperança de uma melhor legalidade

O tempo da esperança de uma melhor legalidade, que é constituído pelos períodos em que os projetos de legislações integrais de proteção dos direitos (dos cegos, das pessoas com deficiências mentais, das pessoas com deficiência), ou outros projetos de lei de importância fundamental (nomeadamente ligados ao trabalho), que são verdadeiramente estudados pelas administrações ou pelas assembleias parlamentares, é fortemente influenciado pelas temporalidades da transnacionalização e da internacionalização do direito. Esse tempo da esperança é impulsionado geralmente pela adoção de textos internacionais sobre os direitos, que persuadem as associações nacionais acerca da legitimidade da aprovação de uma lei de proteção integral. As associações empreenderam múltiplas ações de pressão política sobre as autoridades, e por isso acreditaram na possibilidade da adoção de uma lei num futuro mais ou menos próximo (alguns anos). É necessário levar isso em conta, ainda que as ações empreendidas não tenham tido bons resultados, caso contrário estaríamos adotando uma visão teleológica.

⁶¹ Arquivo do Senado Federal, Brasília. PL nº173/1980. Carta, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1980, Domício Velloso da Silveira, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, ao Senador Luiz Viana Filho, Presidente do Senado Federal.

A partir de 1967 no Brasil e a partir de 1971 na Argentina, as associações de pais de crianças com deficiência mental empreendem ações para que o governo adotasse leis de proteção integral às pessoas com deficiências mentais, com maior ou menor sucesso, de acordo com cada país. Desenvolvem, prudentemente, as suas reivindicações no contexto das ditaduras militares brasileira (1964-1985) e argentinas (1966-1973 e 1976-1983), que se definem pelo encerramento dos canais democráticos de acesso ao governo, pelo uso da repressão, da censura e pelos desaparecimentos.⁶²

No Brasil, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES) tenta várias vezes, a partir do fim dos anos 1960, aprovar uma lei de proteção do menor excepcional. Respondendo a este pedido, os deputados organizam, em outubro de 1967, uma comissão parlamentar especializada, encarregada de elaborar um projeto de lei sobre o menor excepcional. Esta comissão oferece um trabalho intenso, consultando numerosos especialistas e associações, e aprova por unanimidade um anteprojeto de lei.⁶³ Mas este anteprojeto é rapidamente abandonado, pois a aprovação do Ato Institucional nº5 conduz ao encerramento do Congresso.

Na Argentina, os líderes da *Federación Argentina de Entidades pro Atención del Disminuido Mental* (FENDIM) realizam encontros com deputados, a partir do mês de agosto de 1974, a fim de discutir um possível projeto de legislação de proteção integral às pessoas deficientes, sem real sucesso. Em seguida negociam, a partir de outubro de 1976, com os líderes da ditadura, buscando obter a aprovação de um projeto de legislação integral de reconhecimento dos direitos e as obrigações das pessoas deficientes.⁶⁴ Finalmente, o general Videla aceita assinar em março de 1981 a lei 22.431 *de protección integral de las personas discapacitadas*. Se a FENDIM teve êxito em negociar com os líderes da ditadura, é porque era presidida por um antigo colega do general Videla, o coronel reformado Juan Lopez, que teve acesso ao palácio presidencial. A adoção desta lei é um meio

⁶² DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. Op. Cit., p. 365.

⁶³ Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília. Seção SEDOL, CE (08) 1967, Caixa 1. Comissão especial para elaborar projeto de lei que atualize a legislação pertinente ao menor excepcional, Ata da 21ª reunião. 28 de novembro de 1968.

⁶⁴ Arquivo da FENDIM, Buenos Aires. Caixa antecedentes de la ley 22.431. Cópia de una carta, Buenos Aires, FENDIM al General Videla presidente de la Nación. Octubre 1976.

para afirmar o respeito aos direitos humanos em contexto de ditadura. Conservar o Estado-providência - ou ao menos dar esta impressão aos cidadãos - parece indispensável aos olhos das autoridades militares, a fim de evitar a ressurgência da oposição e sua consolidação.⁶⁵

O tempo da esperança de uma melhor legalidade não é sincrônico nos dois países, porque é fortemente determinado pela configuração política nacional (ditadura, existência de assembleias parlamentares deliberativas ou não, etc.). No Brasil, constitui-se de períodos curtos e relativamente fragmentados: outubro de 1967-dezembro de 1968; ano de 1975; 1981-1982; 1988-1989. Na Argentina, de vários períodos curtos entre 1974 e 1981.⁶⁶

As leis de proteção dos direitos das pessoas com deficiência constituem um horizonte de expectativas, e, ao mesmo tempo, um futuro que não advém, durante mais de uma década, a partir de 1967-1968. É apenas a partir de 1981 que as suas aspirações são satisfeitas, com a adoção da lei 22.431 *de protección integral de las personas discapacitadas* na Argentina. As esperanças encontram-se durante muito tempo deterioradas no Brasil, já que nenhuma lei foi aprovada até 1989, com a adoção da lei nº7.853 de apoio às pessoas portadoras de deficiência. Mas certos direitos são garantidos às pessoas deficientes na Constituição, a partir de 1978 (por meio da emenda constitucional nº12), e em seguida outros direitos são inscritos na nova Constituição promulgada em 1988, graças à mobilização das associações de pessoas deficientes.⁶⁷

O tempo curto do engajamento radical no espaço público

O tempo do engajamento radical no espaço público esteve fortemente ligado a duas dinâmicas internacionais: a promoção do conceito de direito e a efervescência política de 1968. Em numerosos países aumentaram a cultura social de contestação, trazendo como recurso maciço e reiterado várias ações de protesto no espaço público em defesa de direitos civis, assim como a construção de novas

⁶⁵ DEVOTO, Fernando.; FAUSTO, Boris. Op. Cit., p. 392.

⁶⁶ BREGAIN, Gildas. 2014. Op. Cit., p. 518-539.

⁶⁷ Sobre o contexto de elaboração da Constituição, ler Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Estado de São Paulo. **30 anos do AIPD. Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981/2011**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. p. 114-116.

utopias emancipatórias. As aspirações em prol da emancipação das pessoas com deficiência, afirmadas antes de 1968, ganharam amplitude e radicalizam-se no período 1968-1982.

A possibilidade de organizar ações radicais fora condicionada largamente pelo contexto político e o grau de liberdade pública que existia em cada país. As diversas trajetórias seguidas pelos regimes que estudamos nos conduziram a diferenças nítidas em relação ao nível das temporalidades das mobilizações de protesto das pessoas com deficiência. Sobre os dois países, contamos apenas 10 ações radicais na Argentina, e 25 no Brasil. As primeiras mobilizações começam na Argentina no fim do mês de maio de 1973, com a chegada ao poder de Hector Cámpora, que suscita uma enorme esperança de justiça social e inversão da ordem econômica capitalista numa fração da população; e no Brasil depois de 1979, com uma democratização lenta, progressiva e não linear do regime ditatorial.⁶⁸ No Brasil, graças à dinâmica da democratização, as mobilizações radicais prosseguem até 1982, e às vezes mesmo além, mas perdem então sua radicalidade, institucionalizando-se. Pelo contrário, na Argentina, estas diminuem consideravelmente em intensidade e número a partir de 1974, devido ao endurecimento político do regime peronista, e depois pela instauração da ditadura, em 1976.

Estes tempos constitutivos das políticas públicas nacionais da deficiência interagem, por conseguinte, de maneira variável com certas temporalidades internacionais. Estas interações não são somente descendentes - da escala internacional para a escala nacional -, mas são igualmente ascendentes. As interações observadas entre as temporalidades da transnacionalização e da internacionalização do direito, e a temporalidade do compromisso radical nas esferas públicas, comprovam-no. Por certo, a adoção de normas pelas organizações internacionais contribui para acelerar a radicalização das ações associativas em escala nacional. Esta radicalização favorece a constituição, em 1981, de uma nova

⁶⁸ BREGAIN, Gildas. An entangled perspective on disability history: The disability protests in Argentina, Brazil and Spain, 1968-1982. *In*: BARSCH, Sebastian; KLEIN, Anne; VERSTRAETE, Pieter (dir.). **The Imperfect Historian: Disability Histories in Europe**. Frankfurt and Main: Peter Lang, 2013. p. 133-154.

organização não governamental, *Disabled People Internacional*,⁶⁹ cuja ação influi seguidamente sobre o conteúdo e a temporalidade da ação dos organismos intergovernamentais.

III. Malogro parcial da tentativa internacional de sincronização dos diferentes tempos constitutivos das políticas públicas nacionais

De acordo com os especialistas das organizações internacionais, o desenvolvimento harmonioso das políticas públicas de readaptação exige certa sincronia com as mudanças legislativas, institucionais e tecnológicas dos conhecimentos sobre a deficiência e dos conhecimentos profissionais, bem como das ações das diferentes administrações.

Pelas suas ações, as organizações internacionais incentivam a progressão concordante destas temporalidades diferentes. Por certo, as organizações intergovernamentais podem ajudar os países a desenvolverem políticas nacionais de readaptação conformes ao projeto norte-atlântico de modernização da readaptação, apoiando, ao mesmo tempo, a aceleração do tempo das ideias sobre a deficiência, do tempo do conhecimento médico (favorecendo a formação dos especialistas), do tempo das tecnologias (favorecendo a organização de oficinas de próteses e distribuindo material especializado), do tempo legislativo (propondo legislações que proíbem as discriminações de acessos ao emprego), e do tempo das infraestruturas (auxiliando na construção e organização de centros "modernos" de readaptação e de oficinas protegidas de trabalho). Promovendo igualmente a constituição em escala nacional de organismos de coordenação interministerial, as organizações intergovernamentais desejam uma sincronia perfeita no ritmo de desenvolvimento destes diferentes tempos, apoiando apenas um plano de ação no qual o governo nacional compromete-se na realização de investimentos econômicos relevantes em termos de infraestruturas, de materiais e de pessoal.⁷⁰

Contrariamente ao seu desejo, a intervenção das organizações internacionais não terminou numa perfeita concordância com os tempos

⁶⁹ DRIEDGER, Diane. **The Last Civil Rights Movement**. Disabled People's International. London: Hurst and Company, 1989.

⁷⁰ AOIT, caixa RH 2-3006. **Report of the Ad Hoc meeting on the rehabilitation of the Physically Handicapped**, European office of the UN, Genebra, 27-29 may 1958. 9th October 1958, p. 4.

constitutivos das políticas públicas da deficiência em escala nacional - e isso por várias razões.

Primeiramente, um conflito de temporalidades existe entre a impaciência e a visão a "curto prazo" das organizações intergovernamentais, e a lentidão e a permanência dos projetos desenvolvidos pelos governos.⁷¹ Por razões econômicas e técnicas, as organizações intergovernamentais fixaram durações quantificadas para o seu projeto de assistência técnica, frequentemente três anos, para observar os resultados significativos durante esse período. Fazendo isso, incitaram os governos a adotarem certo ritmo de desenvolvimento das políticas públicas. No entanto, as temporalidades da ação governamental não são as mesmas; as decisões políticas demoram para ser tomadas e aplicadas. Este conflito de temporalidades conduz frequentemente a situações de bloqueio ou de espera, porque os peritos internacionais tiveram que aguardar diligentemente, durante longos meses, os materiais e os estagiários prometidos pelo governo de acolhimento.

Em segundo lugar, certos atores locais nem sempre concordam com o objetivo fixado pelas organizações internacionais, podendo assim travar a adoção de alguns elementos do projeto norte-atlântico de readaptação. Assim, os dirigentes do Instituto de Readaptação de São Paulo foram reticentes durante muito tempo em organizar uma seção de readaptação profissional no seu Instituto, preferindo centrar unicamente a sua ação nos aspectos médicos,⁷² enquanto que o perito John Humphreys organiza, em dezembro de 1958, uma unidade pré-profissional para formar as pessoas deficientes. Já as autoridades administrativas brasileiras do Instituto de Readaptação aceitam, somente a partir do fim do ano de 1959, a contratação de um supervisor para esta unidade pré-profissional.

Em terceiro lugar, existe uma falta de meios para desenvolver de maneira simultânea as infraestruturas, a formação profissional e o desenvolvimento tecnológico. Na Argentina, Georges Yves Rouault queixava-se da falta de pessoal especializado no centro de formação profissional e da falta de dinheiro para a

⁷¹ BOYER, Robert. Les crises financières comme conflit de temporalités. *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, n. 117, p. 69-88, 2013. p. 76.

⁷² HUMPHREYS, John. **Report to the Government of Brazil on the vocational rehabilitation of the disabled**. ILO/TAP/Brazil/R. 4. Genebra: ILO, 1961. p. 6.

construção de prédios suplementares.⁷³ Essa falta de investimento conduz ao desenvolvimento de políticas limitadas a uma parte pequena das necessidades almejadas. Estes dois países mantêm uma dependência tecnológica importante no que diz respeito aos países ocidentais (Alemanha e Estados Unidos, basicamente) pelo menos até o fim dos anos 1980, porque continuam a importar pulmões de aço que vêm dos Estados Unidos, e material de fisioterapia e automóveis ortopédicos que provêm da Alemanha.

Os países conhecem a mesma trajetória, com uma implicação crescente das administrações públicas na assistência às pessoas com deficiência, autorizando ao mesmo tempo o desenvolvimento do setor privado. Cada país tenta centralizar a sua política de readaptação, coordenando as atividades públicas e privadas da readaptação e criando um centro nacional de demonstração em readaptação - Instituto Nacional de Rehabilitación, em Buenos Aires; Instituto Nacional de Reabilitação, em São Paulo. Este projeto de centralização normativa da readaptação é um verdadeiro sucesso na Argentina, o que não ocorre no Brasil. O *Instituto Nacional de Rehabilitación del Lisiado*, de Buenos Aires, chega a definir as normas nacionais a serem seguidas em matéria de readaptação durante várias décadas, e a concentrar durante muito tempo a oferta de formação dos profissionais. Ao contrário disto, o Instituto de Reabilitação de São Paulo não chega a constituir-se como um centro de referência nacional em readaptação, por falta de meios econômicos, de pessoal e de estrutura própria. Conseqüentemente, esse Instituto é dissolvido em 1968: as atividades de readaptação médica são então transferidas para o Hospital das Clínicas, e as atividades de readaptação profissional são transferidas para a Casa do Paraplégico.⁷⁴

O Estado, no caso dos dois países estudados, não destinou dinheiro público suficiente ao desenvolvimento das infraestruturas, à formação do pessoal especializado e ao desenvolvimento ou compra das tecnologias “modernas”. Porém, o ritmo dos investimentos econômicos não é similar nos dois países. O governo federal brasileiro subvenciona, no fim dos anos 1950, várias associações

⁷³ AOIT, caixa TAP 0-2-1 (H)-1. ROUAULT, Georges-Yves. **Progress Report nº9**. July Ist, 1964.

⁷⁴ SOUZA, Luciana Aparecida de. **Trajectoria histórica da reabilitação na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 70.

privadas (Associação de Ajuda à Criança Defeituosa e a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação), mas não atribui nenhum financiamento ao Instituto de Readaptação de São Paulo.⁷⁵ A partir do início dos anos 1960, consagra investimentos crescentes aos centros de readaptação da previdência social (que se ocupam da readaptação das vítimas do trabalho). No caminho contrário, o governo argentino investe 1.500.000 dólares durante os três primeiros anos da atividade do INRL, mas reduz os seus financiamentos aos centros de readaptação públicos e privados a partir do fim dos anos 1960.⁷⁶

A oferta de readaptação médica e profissional dispensada pelos organismos públicos é fraca nos dois países até os anos 1980. Mas o déficit de oferta de readaptação profissional é mais importante na Argentina (129 pessoas readaptadas profissionalmente em 1970 pelo *Servicio Nacional de Rehabilitación*) do que no Brasil (8.926 pessoas readaptadas em 1970 pelo Instituto Nacional de Previdência Social).⁷⁷ No setor da reabilitação médica às grandes associações privadas, a Associação de Ajuda à Criança Defeituosa e a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, no Brasil; a *Asociación de lucha contra la parálisis infantil* e a *Asociación de orientación y ayuda al inválido*, na Argentina, chegam a compensar parcialmente estas insuficiências, fazendo apelo à caridade privada, mas os recursos captados são insuficientes.

Esta falta de investimento e a falta de uma política duradoura vêm contribuir para a criação de numerosos impasses nos tempos das políticas públicas: as novas instituições de readaptação encontram muitas dificuldades para recrutar pessoal qualificado e para adquirir tecnologias “modernas”. Certas instituições são instaladas em infraestruturas construídas para outro uso, e não são adaptadas às suas novas funções. Instituições dotadas de aparelhos de alta tecnologia não possuem pessoal competente para utilizá-lo. Esta problemática de pessoal e materiais parece ser mais grave no Brasil do que na Argentina, onde o governo consagra fundos importantes para financiar o lançamento das atividades do INRL. No Brasil, o INAR começa as suas atividades numa sala provisória da

⁷⁵ AOIT, caixa TAP 0-9-1 (C)-1. HUMPHREYS, John. **Progress Report 5**. 12th November 1958.

⁷⁶ BREGAIN, Gildas. 2012. Op. Cit., p. 130-131.

⁷⁷ INPS. **Avaliação de benefício e de custo na reabilitação profissional do INPS**. Rio de Janeiro: INPS, 1979. p. 85.

clínica ortopédica do Hospital das Clínicas de São Paulo, não adaptada a esse uso. Dispõe tardiamente dos materiais indispensáveis ao bom funcionamento das seções de fisioterapia, ergoterapia e da oficina ortopédica, porque a administração do Hospital das Clínicas é reticente a pagar as despesas elevadas de importação destas mercadorias, que provêm da Alemanha.⁷⁸

Em quarto lugar, a intervenção dos organismos internacionais choca-se à inércia das estruturas históricas (administrações, associações, etc.) e das infraestruturas (construções, etc.). O tempo institucional, que reflete o investimento administrativo e associativo neste setor, é um tempo cumulativo, porque as estruturas administrativas e as infraestruturas geradas pelas políticas públicas subsistem de um período à outro. Sua existência constitui um elemento de rigidez considerável no momento de reorientar as políticas públicas. Da mesma maneira, a inércia das estruturas históricas (das associações de mutilados de guerra, de cegos, administrações encarregadas da readaptação ou da educação especializada) favorece a perenidade de políticas setoriais.

O princípio de coordenação das políticas setoriais da deficiência, um dos elementos fundamentais do projeto norte-atlântico, provocou um processo de “dessectorização” (em francês *désectorisation*) conjuntural das políticas setoriais da deficiência nos dois países estudados, durante o período 1968-1982, ou seja, mais de quinze anos após o início do programa internacional de readaptação. Tal dinâmica colocou em perigo a existência de organismos administrativos encarregados de gerir uma política pública específica a uma subcategoria (pessoas com deficiências visuais, deficiências físicas, deficiências mentais), e a existência de direitos específicos atribuídos a uma destas subcategorias. Tomemos o caso dos cegos.

O impacto da dessectorização conjuntural sobre o setor da assistência aos cegos difere de acordo com os países. No Brasil, os funcionários elaboraram um projeto de coordenação das políticas de educação especializada e de readaptação, buscando a criação de uma Coordenação Nacional de Educação Especial e

⁷⁸ ANU, caixa S-0175-0188-05. ALBRIGHT, Paul. **Development of rehabilitation services for the handicapped in Brazil, prepared for the Government of Brazil.** UN, Commissioner for technical assistance. 9th July 1959.

Reabilitação, que absorveria a Campanha Nacional de Educação dos Cegos (CNEC) e a Campanha Nacional de Educação e Readaptação de Deficientes Mentais (CADEME).⁷⁹ Mas, finalmente, o governo decide em 1973 manter uma distinção nítida entre as políticas de readaptação e de educação especializada, criando o Centro Nacional de Educação Especial, que absorveu a CNEC e a CADEME (Decreto nº72.425, 1973). Os cegos não conquistam, neste país, nenhum direito profissional específico. Na Argentina, os cegos perdem certos direitos profissionais anteriores (cota de emprego de 2% nas administrações) com a adoção de novas legislações (ley nº20.923 de 1974; ley nº22.431 de 1981), que conferem direitos profissionais iguais para todas as categorias de pessoas com deficiência.⁸⁰ Neste país, a ausência de desenvolvimento de uma política nacional de reeducação antes dos anos 1950 facilitou a aplicação de uma política pública alinhada aos princípios do projeto norte-atlântico.

Em quinto lugar, o ritmo de progressão das ideias relativas à humanidade e à produtividade das pessoas com deficiência não é homogêneo em todas as esferas sociais. A fraca campanha de informação sobre este assunto e o pequeno número de pessoas reabilitadas nos dois países não são suficientes para suscitar uma mudança das mentalidades, apesar da promoção de uma imagem positiva, promovida pelo esporte paraolímpico.⁸¹ Os preconceitos ainda persistem em certos grupos sociais, nomeadamente dos empresários e dos responsáveis políticos.

Em sexto lugar, as configurações econômicas, sociais e culturais específicas dos países latino-americanos contribuem para a criação ou a manutenção de defasagens com relação ao projeto norte-atlântico de readaptação. A importância da economia informal conduziu as autoridades municipais argentinas e brasileiras a aceitarem a regulamentação da venda ambulante para resolver o problema do emprego dos inválidos. Assim, o município de São Paulo controla as atividades dos

⁷⁹ Arquivo Nacional, sede Brasília, SEPLAN/MEC, caixa 190. Grupo de Trabalho. **Anteprojeto de regimento da coordenação nacional de educação especial e reabilitação**. 1972.

⁸⁰ BREGAIN, Gildas. 2012. Op. Cit., p. 165.

⁸¹ FERRANTE, Carolina. **Cuerpo, Discapacidad y Deporte. Análisis de las prácticas deportivas de las personas con discapacidad motriz adquirida en la ciudad autónoma de Buenos Aires (1950-2010)**. Buenos Aires, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011. p. 38.

vendedores ambulantes deficientes físicos adotando a lei nº5.440.⁸² A predominância da cultura católica e o peso dos representantes religiosos obstruem uma laicização dos direitos das pessoas deficientes, e das políticas públicas de assistência. Nos dois países, o direito à liberdade sexual para os deficientes mentais não é inscrito nas novas legislações adotadas durante os anos 1980, o que testemunha a dominação de certa representação religiosa do casal e, por conseguinte, a ausência da laicização das normas legais e sociais.⁸³ Por outro lado, as religiosas continuam representando uma parte importante do pessoal auxiliar nas instituições privadas de readaptação, mais no Brasil do que na Argentina. Por último, a fraca regulação da ação dos organismos de seguro social na Argentina não incentiva a sua implicação no financiamento dos serviços de educação especializada e de readaptação durante este período.

Considerações finais

Múltiplas e imbricadas umas com as outras, as temporalidades constitutivas das políticas públicas nacionais da deficiência merecem ser analisadas, em função da sua interação com as temporalidades internacionais sobre as políticas da deficiência. O método da história cruzada, baseado numa atenção sistemática às circulações transnacionais, permite alargar a análise para além da simples percepção das defasagens temporais com as normas das organizações internacionais. Permite, assim, encarar as interações descendentes e ascendentes que existem entre as temporalidades internacionais e nacionais das políticas da deficiência e as tentativas internacionais de sincronização das temporalidades nacionais.

Uma cesura na temporalidade das políticas públicas de deficiência na Argentina e no Brasil pode ser identificada no fim dos anos 1950, em relação com a intervenção dos organismos internacionais. O projeto europeu de reeducação tem

⁸² SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. **Lei nº5.440**, de 20 de dezembro de 1957. Estabelece medidas de proteção em benefício dos vendedores ambulantes de capacidade física reduzida.

⁸³ Como mostrou Nathalie Rubel, a liberdade sexual e a igualdade das sexualidades são critérios relevantes para julgar da laicidade das normas legais. Ler RUBEL, Nathalie. **Sexe et laïcité: l'égalité sexuelle comme critère fondamental de laïcité du droit**. Villeneuve-d'Ascq, 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Lille III, Villeneuve-d'Ascq, 2009.

uma influência fraca sobre a construção das políticas públicas argentinas de deficiência e uma influência mais importante sobre a construção das políticas brasileiras, devido à construção de políticas setoriais a favor dos mutilados de guerra e dos acidentados do trabalho, e à aprovação, durante os anos 1940, de uma legislação de cotas que favoreceu a colocação das pessoas reabilitadas nas administrações e nas empresas. Nos dois países, os organismos internacionais intervêm, no fim dos anos 1950 e ao início dos anos 1960, na reorientação da trajetória das políticas públicas da deficiência para o projeto norte-atlântico de readaptação. Se as recomendações dadas pelos peritos foram geralmente similares nos dois países, sua aplicação de fato não conduz aos mesmos resultados. Certamente, os governos dos dois países tentam constituir um centro nacional de readaptação, favorecem a criação de novas especialidades médicas (ergoterapia, fisioterapia, médicos fisiatras), e (re)orientam a sua legislação sobre o emprego das pessoas deficientes em um sentido mais liberal. Nos dois países, uma dinâmica de dessetorização parcial das políticas setoriais da deficiência pode ser observada durante os anos 1970, com o desaparecimento de certos organismos administrativos dedicados à assistência de uma categoria de pessoas deficientes, ou com a supressão de direitos específicos atribuídos a certas categorias delas.

Mas as trajetórias das políticas públicas dos dois países divergem sobre vários pontos. O Brasil distingue-se fortemente pela implicação da segurança social no financiamento dos centros de readaptação, o malogro da centralização normativa da readaptação, um número importante de trabalhadores reabilitados, enquanto que a Argentina diferencia-se pela recusa do financiamento das atividades de readaptação pela segurança social, o sucesso da centralização normativa da readaptação, o fraco número de pessoas reabilitadas, mas a aprovação mais rápida de uma legislação sobre os direitos das pessoas deficientes (1981).

Referências Bibliográficas

BOYER, Robert. Les crises financières comme conflit de temporalités. **Vingtième Siècle**: Revue d'Histoire, n. 117, p. 69-88, 2013.

BREGAIN, Gildas. Historiar los derechos a la rehabilitación integral de las personas con discapacidad en Argentina (1946-1974). In: PANTANO, Liliana (comp.). **Discapacidad y Investigación**. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 2012. p. 111-165.

—. An entangled perspective on disability history: The disability protests in Argentina, Brazil and Spain, 1968-1982. In: BARSCH Sebastian, KLEIN Anne, VERSTRAETE Pieter (dir.). **The Imperfect Historian: Disability Histories in Europe**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2013. p. 133-154.

—. **L'internationalisation imparfaite d'une modernité nord-atlantique. Essai d'histoire croisée des politiques publiques du handicap en Argentine, au Brésil et en Espagne (1956-1982)**. Rennes, 2014. Tese (Doutorado em Historia Contemporanea) - Universidade de Rennes II, Rennes, 2014.

CHATTERJEE, Partha. **La Nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2008.

DEVOTO, Fernando.; FAUSTO, Boris. **Argentina y Brasil (1850-2000)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

DRIEDGER, Diane. **The Last Civil Rights Movement. Disabled People's International**. London: Hurst and Company, 1989.

FERRANTE, Carolina. **Cuerpo, Discapacidad y Deporte. Análisis de las prácticas deportivas de las personas con discapacidad motriz adquirida en la ciudad autónoma de Buenos Aires (1950-2010)**. Buenos Aires, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

GROCE, Nora Ellen. **From Charity to Disability rights: Global initiatives of Rehabilitation International, 1922-2002**. New York: Rehabilitation International, 2002.

—. Disability and the League of Nations: the Crippled Child's Bill of Rights and a call for an international bureau of information, 1931. **Disability and Society**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2014.

HASSENTEUFEL, Patrick. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale. Les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques. **Revue Française de Science Politique**, v. 55, n. 1, p. 113-132, 2005.

HELANDER, Einar; MENDIS, Padmani; NELSON, Gunnel. **Training the disabled in the community**: an experimental manual on rehabilitation and disability prevention for developing countries. Geneva: WHO, 1980.

JIMENEZ, José. The International Federation of Physical and Rehabilitation Medicine. Disponível em: <http://www.isprm.org/wp-content/uploads/2012/11/The-International-Federation-of-Physical-and-Rehabilitation-Medicine.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.

LAGROYE Jacques.; FRANCOIS, Bastien.; SAWICKI, Frédéric. **Sociologie Politique**. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz, 2006.

MAILLARD, Alain. Les temps de l'historien et du sociologue. Retour sur la dispute Braudel-Gurvitch. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 2, n. 110, p. 197-222, 2005.

NAPOLI, Manlio.; BLANC, Claudio. **Ortopedia Brasileira**: momentos, crônicas e fatos. Tamboré: Oesp Gráfica, 2000.

RAMACCIOTTI, Karina Inès. Influencias internacionales sobre la gestion de los accidentes de trabajo en Argentina. Primera mitad del siglo XX. **e-I@tina** - Revista electrónica de estudios latinoamericanos, Buenos Aires, v. 12, n. 48, p. 1-22, 2014.

—. Diálogos transnacionales entre los saberes técnicos e institucionales en la legislación sobre accidentes de trabajo. Primera mitad del siglo XX. **Historia, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 201-219, 2015.

ROLLAND, Denis.; AARÃO REIS FILHO, Daniel (dir.). **Modernités alternatives**. L'historien face aux discours et aux représentations de la modernité. Paris: L'Harmattan, 2005.

ROSA, Hartmut. Mouvement historique et histoire suspendue. Le rapport du changement social et de l'expérience en histoire. **Vingtième Siècle**: Revue d'Histoire, n.117, p. 89-104, 2013.

RUBEL, Nathalie. **Sexe et laïcité: l'égalité sexuelle comme critère fondamental de laïcité du droit**. Villeneuve-d'Ascq, 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Lille III, Villeneuve-d'Ascq, 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. **Le corps des images, essai sur la culture visuelle au Moyen Âge**. Paris: Gallimard, 2002.

SIMEANT, Johanna. Transnationalisation. *In: FILIEULE Olivier; MATHIEU Lilian, PECHU Cécile (dir.). Dictionnaire des mouvements sociaux.* Paris: Presses de Sciences-po, 2009. p. 554-564.

SOUZA, Luciana Aparecida de. **Trajetoria historica da reabilitação na cidade de São Paulo.** São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TESTA, Daniela. Poliomiélitis: La "herencia maldita" y la esperanza de la rehabilitación. La epidemia de 1956 en la ciudad de Buenos Aires. **Intersticios.** Revista Sociologia de Pensamiento Critico, v. 5, n. 2, p. 309-323, 2011.

THERBORN, Göran. Entangled Modernities. **European Journal of Social Theory,** v. 6, n. 3, p. 293-305, 2003.

WERNER, Michael et ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. **Annales Histoire, Sciences Sociales,** v. 1, p. 7-36, 2003.

APENAS UMA ESPÉCIE DE CAOS NO INTERIOR TENEBROSO DA SEMÂNTICA: A PROBLEMÁTICA RELAÇÃO DE TORQUATO NETO COM OS CÓDIGOS COMUNICATIVOS DE SEU TEMPO*

Edwar de Alencar Castelo Branco¹
Universidade Federal do Piauí

Recebido: 05/08/2015

Aprovado: 20/12/2015

Resumo: O presente trabalho constitui estudo sobre a obra de Torquato Neto, o poeta tropicalista que escreveu letras musicais em parceria com estrelados nomes da música brasileira, entre os quais Caetano Veloso, Gilberto Gil, Edu Lobo entre outros. O principal foco do estudo incide sobre a problemática relação que Torquato Neto estabeleceu com as palavras, o que o conduziria, por um lado, a uma profunda desconfiança em relação à linguagem, enquanto, por outro lado, o manteria num constante esforço para “destruir a linguagem e explodir com ela”, o que acabaria por levá-lo à morte. Propõe-se que a vida e a obra de Torquato Neto, sujeito singular desterritorializado entre a história e a literatura, constitui importante referência para compreendermos as condições históricas de existir no Brasil de seu tempo.

Palavras-chave: História; Linguagem; Torquato Neto; Brasil.

JUST SORT OF CHAOS IN THE DARK INTERIOR OF SEMANTICS: THE PROBLEMATIC RELATIONSHIP OF TORQUATO NETO WITH THE COMMUNICATIVE CODES OF ITS TIME

Abstract: This work is a study on the work of Torquato Neto, the tropicalist poet who wrote lyrics in partnership with starry names in Brazilian music, including Caetano Veloso, Gilberto Gil, Edu Lobo among others. The main focus of the study focuses on the problematic relationship that Torquato Neto established with the words, which would, on one hand, led a deep distrust of language, while on the other hand, maintain a constant effort to "destroy language and explode with it", which would eventually lead him to death. It is proposed that the life and work of Torquato Neto, singular subject deterritorialized between history and literature, is an important reference for understanding the historical conditions of existence of his time in Brazil.

Keywords: History; Language; Torquato Neto; Brazil.

As palavras são como poliedros de faces infinitas.
Torquato Neto

* Este trabalho é subproduto de uma pesquisa mais ampla intitulada “À margem da margem da margem: apropriação histórica de exemplares da arte experimental brasileira” e contou com apoio financeiro do CNPq.

¹ Endereço: Rua Alberico Leal, 4248. Bairro Ininga. CEP: 64.048-525 - Teresina - Piauí. E-mail: edwar2005@uol.com.br.

Este estudo apropria-se da obra de Torquato Neto – o autor do já clássico *Os últimos dias de paupéria*, livro póstumo organizado por Wally Salomão e Ana Duarte – com o objetivo de refletir sobre a problemática relação que este poeta estabeleceu com as palavras, o que o conduziria, por um lado, a uma profunda desconfiança em relação à linguagem, enquanto, por outro lado, o manteria num constante esforço para destruir a linguagem e explodir com ela, o que acabaria por levá-lo à morte. O estudo propõe que a vida e a obra de Torquato Neto, sujeito singular desterritorializado entre a história e a literatura, constitui importante referência para compreendermos as condições históricas de existir no Brasil de seu tempo, afinal, como já foi percebido, obras como a de Torquato Neto testemunham a “tribalização dos códigos comunicativos que recortam subjetividades jovens emergentes e registram igualmente as frustrações advindas do estreitamento da participação na história”.²

A importância histórica da obra em questão já foi atestada por vários autores. Para Heloisa Buarque de Holanda, por exemplo, a poética torquateana “tomou-se material indispensável para o estudo e para se ter o *feeling* da polêmica história da cultura do início da década de 1970”.³ Décio Pignatari, por sua vez, enxerga Torquato como

um criador-representante da nova sensibilidade dos não especializados. Um poeta da palavra escrita que se converteu à palavra falada, não só à palavra falada idioletal brasileira, mas à palavra falada internacional. A palavra falada do Português do Brasil – e não o brasileiro, fosse piauiense, baiano, carioca ou paulista. Não era de folclorizar a língua. Nisto seguia João Gilberto mais de perto do que os seus companheiros baianos. Era mais de ideologia do que de magia.⁴

Nascido em Teresina, a capital do Piauí, o poeta Torquato Neto notabilizou-se por sua participação no Movimento Tropicalista, sendo o autor de *Geléia Geral*, a

² QUEIROZ, Teresinha. **Do Singular ao Plural**. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 257.

³ HOLANDA, Heloisa B. de. Poetas rendem chefe de redação (II). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Coluna B, 12 fev. 1983. p. 12.

⁴ PIGNATARI, Décio. Torquato: um depoimento-entrevista a Régis Bonvicino. *In*: TORQUATO NETO. **Os últimos dias de paupéria**. Org. de Waly Salomão e Ana Duarte. São Paulo: Max Limonada, 1982. p. 12.

música manifesto que seria gravada por Gilberto Gil no disco *Panis et circensis*, em 1968. Para ele, a realidade brasileira de então é inscrita pela sufocação geral que pairava sobre os brasileiros e em particular sobre os artistas, poetas e agitadores culturais de um modo geral.

Submetido a uma ditadura difusa que procurava silenciar as falas dissonantes, Torquato reconhecera nas palavras as armas de que poderia se valer para furar o bloqueio das formas dominantes de pensamento, ainda que ao mesmo tempo revelasse grande desconfiança em relação a estas mesmas palavras. Do mesmo modo, percebeu que a “ditadura” não era exatamente uma imposição militar ao povo brasileiro. Ela era, antes, a resultante de um autoritarismo que as pessoas desejavam e no qual projetavam a estratégia que, do ponto de vista dessa reação, iria barrar o ritmo das mudanças, reinventando a tradição reativamente. Torquato ironiza esta opinião pública reacionária e procura dissolvê-la, anular sua significação: “dá pra descobrir as brechas. eu ando por debaixo da avenida muito antes do metrô. ou será que eu não odeio tanto a ditadura da classe média que não queira transar com a moral dela?”.⁵

Este gesto de experimentar infinitamente, procurando manter-se fluxo, decorria do fato de que a sua guerrilha semântica contra as formas de significação então dominantes não estava, àquela época, acabada. Não poderia acabar. E na coexistência dessa luta contra as forças que conjuravam tudo que havia de desafiador e subversivo no tropicalismo, crescia sua suspeita em torno dos perigos da linguagem e sua relação com a morte e a loucura tornava-se mais estreita:

tudo continua. continua parado no centro de minhas especulações, e não sei dizer se já consegui me desfazer de qualquer uma delas. estou morrendo. mais uma vez eu morro soterrado em minhas perplexidades – não sei para o *quê* estou – e deixo andar. é preciso que eu adquira condições que me permitam sobreviver. o que é sobreviver? tenho conseguido sobreviver até aqui, mas... o que vivo, o que consigo escrever, o que posso ir sendo são meus bens. não disponho de outros. o que não sou me mata: assim, assado, sempre: tudo continua como sempre, o mesmo esquema para o fim, a mesma vida de cocô melado, a mesma merda. só deus pode me salvar, mas eu não conheço deus nem

⁵ TORQUATO NETO. **Os últimos dias de paupéria**. Org. de Waly Salomão e Ana Duarte. São Paulo: Max Limonada, 1982. p. 348.

sei onde procurá-lo. disse que estou morrendo – uma vez mais – vivo só pra isso.⁶

De um modo muito particular, Torquato Neto vislumbrava que a linguagem é um território tão perigoso quanto assombroso, uma vez que ela é produto de uma estrutura funcional e pragmática ligada a arranjos sociais de poder e de desejo, “a máquinas de Estado, de técnicas e de guerra”.⁷ Mas, junto com esta suspeição, a qual o levava a igualar a palavra a um poliedro de faces infinitas, havia o desejo de manter sua vida ligada à arte como forma de verdadeira experimentação e contra-efetuação do real em relação às forças que o organizam e normalizam. Por isso Torquato fez de sua guerrilha contra a linguagem uma luta política, de resistência, na medida em que percebia que verdades universais⁸ como a religião, o Estado, o capitalismo, a ciência, o direito, a opinião “não se contentam em ser exteriores, mas passam por cada um de nós”.⁹

Em seus escritos, especialmente naqueles “pós-tropicalistas”, surgem miríades de referências à perigosa ilusão de uma correspondência isomorfa entre as proposições e os estados de coisas, entre os nomes e as substâncias, entre os predicados e as qualidades,¹⁰ entre as definições reais (*definitio rei*) e as definições verbais (*definitio nominis*), entre a história e a literatura.¹¹ Na sua escrita cada vez mais visceral a palavra se apresenta em sua materialidade como algo a ser destruído e superado por filmes introspectivos e experimentais. Tal como White,¹² ele inquiria: “Como podemos estar certos de que as palavras designam realmente as coisas que devem significar?”:

Quando eu recito ou quando eu escrevo, uma palavra – um mundo poluído – explode comigo e logo os estilhaços desse corpo arreventado, retalhado em lascas de corte e fogo e morte (como napalm) espalham imprevisíveis significados ao redor de mim: há palavras que estão no dicionário e outras que não estão e outras que eu posso inventar,

⁶ Ibidem. p. 142.

⁷ GUALANDI, Alberto. **Deleuze**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 119.

⁸ VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998.

⁹ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992. p. 9.

¹⁰ GUALANDI, Alberto. Op. Cit., p. 119.

¹¹ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias de Paupéria**. São Paulo: Annablume, 2005.

¹² WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 273.

inverter todas juntas e à minha disposição, aparentemente limpas, estão imundas e transformaram-se, tanto tempo, num amontoado de ciladas. Uma palavra é mais do que uma palavra, além de uma cilada. Elas estão no mundo e portanto explodem, bombardeadas. Agora não se fala nada e tudo é transparente em cada forma; qualquer palavra é um gesto e em sua orla os pássaros de sempre cantam nos hospícios. No princípio era o Verbo e o apocalipse, aqui, será apenas uma espécie de caos no interior tenebroso da semântica. As palavras inutilizadas são armas mortas e a linguagem de ontem impõe a ordem de hoje. A imagem de um cogumelo atômico informa por inteiro seu próprio significado, suas ruínas, as palavras arrebatadas, os becos, as ciladas. Escrevo, leio, rasgo, toco fogo e vou ao cinema. Informação? Cuidado, amigo. Cuidado contigo, comigo. Imprevisíveis significados. Partir pra outra, partindo sempre. Uma palavra: Deus e o diabo.¹³

Note-se que ao duvidar das palavras, ao colocá-las sob suspeição, o poeta não vai ao dicionário – *habitat* das palavras – para resolver sua dúvida, mas ao cinema. A referência ao clássico filme de Glauber Rocha – Deus e o diabo na terra do sol – indica não apenas um signo de seu tempo, mas aponta o núcleo do esforço e da crença torquateana em que os filmes oportunizariam a formulação de uma contra-linguagem capaz de resolver a sua suspeita sobre as palavras.

Relativamente àquilo que Torquato pensava especificamente em relação ao papel do cinema e especialmente em relação às utilidades do super-8 como instrumento de uma guerrilha semântica que refundasse sua época, o excerto transcrito a seguir configura uma boa síntese:

Quero liquidar com todas as teorias de montagem, tempo, gramática fílmica, etc. Isso tudo já se transformou numa linguagem. Eu quero liquidar essa linguagem e partir de volta a um *approach* bem primitivo, como uma criança. Sem conceituações. Buñuel falou que qualquer tipo de filme já é uma resposta a um princípio onírico, uma espécie de sonho. De maneira que eu quero agora romper com os conceitos estruturais e começar de novo (...). Acredito que a estrutura dos signos no cinema é mais importante do que a montagem. A montagem reprime as imagens e os signos (...). Qualquer filme é a projeção de um sonho reprimido. E eu quero que esse sonho seja liberado, seja livre, sem nenhum limite. O cinema agora é feito por cineastas, “filmmakers”, e eu quero que ele seja feito por todo mundo. Super oito... Oito crianças... Isso será o cinema liberto.¹⁴

¹³ TORQUATO NETO. **Os últimos dias de paupéria**. Org. de Waly Salomão e Ana Duarte. São Paulo: Max Limonada, 1982. p. 98.

¹⁴ *Ibidem*. p. 186.

Mas se a linguagem é também índice das relações de forças que perpassam as configurações sociais e políticas, é a própria micropolítica de Torquato que desafia “o coro dos contentes”. É ao som desta anti-sinfonia que o poeta cantarola sua suspeição em relação à linguagem:

No principio era o Verbo, existimos a partir da linguagem, saca? Linguagem em crise igual a cultura e/ou civilização em crise – e não o reflexo da derrocada. O apocalipse, aqui será apenas uma espécie de caos no interior tenebroso da semântica. Salve-se quem puder.¹⁵

O jovem Torquato, implicado nas ciladas da linguagem, percebe que toda estrutura semiótica nos impõe as formas de sujeito e objeto na disposição dos lugares de fala e poder, identificando o indivíduo dentro do espaço social. Sendo um homem moderno atravessado por uma condição histórica pós-moderna, sua própria figura de sujeito se embebe na dúvida. Para muitos que viveram sua época a questão do ser sujeito se colocou como um relevante problema de ordem histórica, afinal, para aqueles que viveram a emergência da pós-modernidade brasileira,¹⁶ a subjetividade era uma construção em ruínas:

Ela já não tinha mesmo jeito, desde as devastadoras demolições dos “mestres da suspeita”: Marx, Freud, Nietzsche, sem esquecer, é claro, Heidegger. A obra de desconstrução iria prosseguir, incansável, a partir de meados do século XX, com as operações de desalojamento do *cogito* cartesiano efetuadas pela revisão althusseriana de Marx e pela revisão lacaniana de Freud. Depois, com os pós-estruturalistas, Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, o estrago se tornaria irremediável e sem volta. *A point of no return*. A questão não é mais, agora, “quem é o sujeito?”, mas, “queremos, ainda ser sujeitos?”, “quem precisa do sujeito?”, “quem tem nostalgia do sujeito?” e, mais radicalmente, talvez, “quem vem depois do sujeito?”. Ou ainda, como Maurice Blanchot, a essa última pergunta podemos, talvez cinicamente, nos limitar a retrucar: “quem mesmo?”.¹⁷

Se Torquato, intuitivamente, colocava a linguagem como um problema de ordem histórica, foram os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari aqueles que nos colocaram o problema da linguagem e de sua relação com o poder de forma radical

¹⁵ TORQUATO NETO. **Torquatália: do Lado de Dentro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 311.

¹⁶ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias de Paupéria**. São Paulo: Annablume, 2005.

¹⁷ SILVA, Tomaz T. da (Org). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 11.

e singular. Para esses pensadores a linguagem não pode ser definida apenas por sua tarefa de significar e informar, mas por traçar coordenadas semióticas (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo, etc.) sob a forma de palavras de ordem a serem emitidas e recebidas. As palavras de ordem não são algo a ser acrescentado à linguagem (como o imperativo), mas sua consequência interior: “A linguagem não é feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer.”¹⁸

É a partir das palavras de ordem, que são atos de fala imanentes ligados a uma obrigação social, que nasce politicamente a Maioria como modelo ou padrão que supõe um estado de poder e dominação. E no tenebroso momento histórico em que Torquato Neto viveu não é difícil identificar o Cidadão-normal-patriota-branco-masculino habitante das cidades que aparece na micrologia do cotidiano no Brasil da ditadura militar. Vendo desse ponto, podemos entender a experimentação poética de Torquato Neto nas diversas artes como sua tentativa de buscar um devir-menor, sua “contra-linguagem”.¹⁹ Por que “aquém estão os devires que escapam ao controle, as minorias que não param de ressuscitar e resistir”.²⁰

“Chega de metáforas. Queremos a imagem nua e crua que se vê na rua”. Com este manifesto, do final de 1971, Torquato Neto parecia ter concluído um longo processo de reflexão sobre a linguagem que, conforme demonstrado, foi constantemente marcado pela desconfiança e pela formulação de propostas de contra-linguagens. Raciocinando sempre em termos de “lado de dentro” e “lado de fora”, o poeta demonstrava uma enorme percepção da transparência da linguagem como o lugar de mascaramento do caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Ao mesmo tempo, também, percebia serem as palavras “poliedros de faces infinitas”, que se permitiam ser utilizados no sentido da subversão de significados. Nisto reside o núcleo central da contra-linguagem torquateana.²¹

¹⁸ DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1995. V. 2. p. 12.

¹⁹ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Destruir a Linguagem e explodir com ela: a experiência do cinema marginal em Torquato Neto. **Scientia et Spes**, Teresina, ano 1, n. 1, 2002. p. 14.

²⁰ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992. p. 190.

²¹ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias...** Op. Cit.

É então nesse ato de contra-efetuação do real que Torquato Neto busca articular até os últimos dias de sua vida, como tantos outros artistas marginais do período, sua linha de fuga contra os estratos que atravessam os sujeitos: o organismo, a significância e a subjetivação. Sobre esses estratos e seu apossamento sobre nós Deleuze e Guattari nos advertem:

Você será organizado, você será um organismo, articulará seu corpo – senão será depravado. Você será significante e significado, intérprete e interpretado – senão será desviante. Você será sujeito e, como tal, fixado, sujeito de enunciação rebatido sobre um sujeito de enunciado – senão você será um vagabundo".²²

Envoltos nessa nuvem espessa, marcada por autoritarismo, ausência de liberdade, captura e controle social, Torquato Neto e muitos de seus contemporâneos buscariam criar para si corpos-sem-órgãos, na ânsia de debaterem-se contra as hierarquias dominantes, as formas, as funções, as “transcendências organizadas para extrair um trabalho útil”.²³ E essa busca pelo anti-organismo era “uma das marcas dos anos sessenta, quando jovens sujeitos elaborarão uma linguagem que se proporá nova, não apenas em termos de ser diferente, mas no sentido de subverter as relações da palavra com as imagens e os objetos”.²⁴

Nesse embate entre o organismo e o seu outro, Torquato Neto levou às últimas conseqüências a sua luta contra as palavras inutilizadas, as quais para ele eram palavras mortas que, por sua falência, ajudariam a “*linguagem de ontem [a impor] a ordem de hoje*”.²⁵ Esse exercício de experimentação radical de limite, por sua vez, conduziria o poeta ao extremo de estreitar, constantemente, seu contato com a loucura e com a morte. Era quando se aproximava de sujeições como a do personagem fúnebre de Samuel Beckett, na obra *Malone Morre*, que espera sua morte iminente aterrissando, pela escrita, em algum lugar vazio:

²² DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1996. V. 3. p. 22.

²³ Idem.

²⁴ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias...** Op. Cit., p. 72.

²⁵ TORQUATO NETO. **Torquatália: do Lado de Dentro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 312.

meus dedos também escrevem em outras latitudes, e o ar que respiro através do meu caderno e lhe vira as páginas sem que eu perceba, quando caio no sono, de maneira que o sujeito cai longe do verbo e o objeto aterrissa em algum lugar no vazio, não é o ar desta penúltima morada, ainda bem.²⁶

Esse lugar do vazio, onde a incomunicabilidade e a solidão espreitam Torquato Neto, é fruto de sua tentativa de furtar-se à linguagem. O marginal e herói Torquato Neto queria que a coisa mesma, referente em si, desnudada sem trajetos e sem interferências, se apresentasse a ele, que desejava a imagem nua e crua que vem das ruas. É daí, desse ponto, que o poeta, desconfiado das palavras, converge para o cinema udigrudi. Curiosamente, é de sua coluna Geléia Geral, que mantinha no jornal Última Hora carioca e da qual saltitavam palavras em algazarra, que ele começa a defender os filmes experimentais como a última fronteira da linguagem:

Quero liquidar com todas as teorias de montagem, tempo, gramática fílmica, etc. Isso tudo já se transformou numa linguagem. Eu quero liquidar essa linguagem e partir de volta a um *approach* bem primitivo, como uma criança. Sem conceituações. Buñuel falou que qualquer tipo de filme já é uma resposta a um princípio onírico, uma espécie de sonho. De maneira que eu quero agora romper com os conceitos estruturais e começar de novo (...). Acredito que a estrutura dos signos no cinema é mais importante do que a montagem. A montagem reprime as imagens e os signos (...). Qualquer filme é a projeção de um sonho reprimido. E eu quero que esse sonho seja liberado, seja livre, sem nenhum limite. O cinema agora é feito por cineastas, “filmmakers”, e eu quero que ele seja feito por todo mundo. Super oito... Oito crianças... Isso será o cinema liberto.²⁷

O alvo de suas críticas é o então institucionalizado Cinema Novo, monumentalizado na figura de Glauber Rocha, seu principal expoente. E o jornal Última Hora é sua articulação para “*ocupar espaço*”, ocupar as brechas para manter seu espaço liso habitado por qualidades táteis e sonoras, intensidades, afectos, trajetos e forças do nômade que sempre foi e quis ser; isso para resistir ao espaço estriado do Estado sedentário determinado, marcado e organizado por linhas

²⁶ BECKETT, Samuel. **Malone morre**. São Paulo: Códex, 2004. p. 77-78.

²⁷ TORQUATO NETO. **Os últimos dias de paupéria**. Org. de Waly Salomão e Ana Duarte. São Paulo: Max Limonada, 1982. p. 25.

coercitivas.²⁸ Em um caminho análogo – guardadas as diferenças – à de Antonin Artaud no Teatro da Crueldade, Torquato buscava questionar a “*linguagem da palavra*” como meio de expressão, “*questionar se esta responde a todas as necessidades orgânicas da vida.*”²⁹

A maneira como o poeta se move na intenção de criar um cinema liberto e experimental ocorre justamente na implosão da linguagem enquanto palavra, para alcançar o real em sua pureza original. Os roteiros de seus experimentos em filmes como “*Terror na Vermelha*” e “*Adão e Eva do Paraíso ao consumo*” se dão justamente nessa direção, construídos que estão sob a forma fragmentária e poética.³⁰ Mas o que Torquato Neto experimenta é a mudez de quem explode a linguagem, a desarticulação absoluta do corpo-sem-orgãos, a profunda aniquilação pela linha de fuga, ou a morte. Em uma de suas internações no *Engenho de Dentro*, manicômio onde, por mais de uma vez, buscou ajuda para livrar-se do álcool. escreveu:

um recorte no meu bolso, escrito ontem cedo, ainda em casa: “quando uma pessoa se decide a morrer, decide, necessariamente, assumir a responsabilidade de ser cruel: menos consigo mesmo, é claro. é difícil, pra não ficar teorizando feito um idiota, explicar tudo. é chato, e isso é que é mais duro: ser nojento com as pessoas a quem se quer mais bem no mundo”. o recorte acaba aí. hoje, agora, estou fazendo tempo enquanto os remédios que tomei fazem efeito e vou dormir. este sanatório é diferente dos outros por onde andei – talvez seja o melhor de todos, o único que talvez possa me dar condições de não procurar mais o fim da minha vida. Soube hoje que o Rogério esteve aqui, antes. Preciso muito conseguir explicar ao médico tudo o que é necessário. se eu não escapar desta vez – estou absolutamente certo de que jamais conseguirei outra. ainda hoje, no entanto, sentado aqui, escrevendo, para e vejo bem lá dentro de mim, acesa, a luz que me guia para a destruição. não tenho vontade de viver, mas *quero*. Não sei porque continuar, mas *quero*.³¹

²⁸ DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1997. V. 5. p. 179-214.

²⁹ ARTAUD, Antonin. **Linguagem e Vida**. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 73.

³⁰ TORQUATO NETO. **Torquatália: do Lado de Dentro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 193-205.

³¹ TORQUATO NETO. **Os últimos dias de...** Op. Cit., p. 357.

Eis por que a prudência anunciada por Deleuze e Guattari contra uma desterritorialização abrupta.³² A morte de Torquato Neto foi interpretada de maneiras diversas se encaminhando por veredas que vão desde a psicologização à condenação de toda uma geração de artistas, como fez o cineasta Glauber Rocha: *“clímax da babaquice ripista anarcovisionária, subproduto imperialista nos trópicos”*.³³ Em partes isso advém de que para diversos intérpretes, do período da ditadura militar brasileira, a morte é um ponto culminante e não uma linha coextensiva à vida, plural, violenta, no qual é preciso lutar e transpor até que ela acabe.³⁴ Mas isso se torna ainda mais complexo por que já foi notado que existe nesse momento histórico uma *“fragilização dos limites entre vida e obra”*.³⁵ A captação dessa radicalidade parece parar nesse ponto. É necessário então enxergar que “quando colocamos a linguagem sob suspeição, é de nosso próprio mundo que suspeitamos”.³⁶ Torquato Neto viu *“que só no delírio pode encontrar a saída para os estrangulamentos que a vida lhe prepara”*.³⁷ Buscando um movimento que *“arrasta a língua para fora de seus sucos costumeiros, leva-a a delirar”*.³⁸ E nesse movimento corremos o risco de encontrar a morte e a loucura na busca de novas possibilidades de vida. Em Torquato não há por que encontrar o sintoma de uma doença que teria levado o poeta à morte, mas vislumbrar uma vida que transbordava, que ia muito além do dizível, do enunciável, mas que era necessário arrastar para a luz através da arte. E foi um outro artista, o anárquico Antonin Artaud, que entendeu o suicídio sob a perspectiva caótica e estética. Pois para ele o artista não comete suicídio como que por um ato voluntarioso de desespero doentio e decadente, mas antes por ter uma vida em jorro pleno e, portanto, contrário a essa *“sociedade absolvida, consagrada, santificada e possessa”*.³⁹ Para

³² DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1996. V. 3. p. 23-24.

³³ ROCHA apud CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias...** Op. Cit., p. 225.

³⁴ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992. p. 139-140.

³⁵ BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa.; PEREIRA, Carlos Alberto M. **Poesia Jovem Anos 70**. São Paulo: Abril Educação, 1982. p. 54.

³⁶ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias...** Op. Cit., p. 220.

³⁷ ARTAUD, Antonin. **Linguagem e Vida...** Op. Cit., p. 267.

³⁸ DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Rio de Janeiro: 34, 1997. p. 9.

³⁹ Ibidem. p. 262.

Artaud, o artista é suicidado pela sociedade. Isso somado à sua luta por novas linguagens, por uma vida exercida na experiência.

E naquela madrugada de novembro de 1972, após dias antes progressivamente destruir seus escritos e por fim sua máquina de escrever, Torquato Neto lança seu corpo no abismo do inominável: a morte. Afinal, sendo seres lingüísticos que só nos reconhecemos no interior da linguagem, não é possível, a nenhum de nós, nem mesmo a Torquato Neto, destruir a linguagem sem explodir com ela.

Referências Bibliográficas

ARTAUD, Antonin. **Linguagem e Vida**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BECKETT, Samuel. **Malone morre**. São Paulo: Códex, 2004.

BEZERRA, Feliciano. **A escritura de Torquato Neto**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa.; PEREIRA, Carlos Alberto M. **Poesia Jovem Anos 70**. São Paulo: Abril Educação, 1982.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Destruir a Linguagem e explodir com ela: a experiência do cinema marginal em Torquato Neto. **Scientia et Spes**, Teresina, ano 1, n. 1, 2002.

__. **Todos os Dias de Paupéria**. São Paulo: Annablume, 2005.

__. Desfamiliarizar o presente e solapar sua certeza: receitas de Michel Foucault para uma escrita subversiva da história. *In*: NASCIMENTO, F. Alcides; PINHEIRO, A. Paz. **Historias: cultura, sociedade, cidade**. Recife: Bagaço, 2006.

__.; MONTEIRO, J. Honório. Fotogramas Táticos: O cinema marginal e suas táticas frente às formas dominantes de pensamento. *In*: VAINFAS, R.; NASCIMENTO, F. Alcides. **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

__. **Critica e Clinica**. Rio de Janeiro: 34, 1997.

__. Do esquizofrênico e da menina. *In*: __. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

__.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1995. V. 2.

___.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1996. V. 3.

___.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1997. V. 5.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GUALANDI, Alberto. **Deleuze**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

HOLANDA, Heloisa B. de. Poetas rendem chefe de redação (II). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Coluna B, 12 fev. 1983. p.12.

KRUEL, Kenard. **Torquato ou a Carne Seca é servida**. Teresina: Halley, 2001.

PIGNATARI, Décio. Torquato: um depoimento-entrevista a Régis Bonvicino. *In*:

QUEIROZ, Teresinha. **Do Singular ao Plural**. Teresina: EDUFPI, 2015.

TORQUATO NETO. **Os últimos dias de paupéria**. Org. de Waly Salomão e Ana Duarte. São Paulo: Max Limonada, 1982.

___ . **Torquatália: do Lado de Dentro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

___ . **Os últimos dias de paupéria**. Org. de Waly Salomão e Ana Duarte. São Paulo: Max Limonada, 1982.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, 1994.

UM ESTUDO COMPARATIVO DOS WEBSITES DE TRÊS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSITÁRIOS

Márcia T. Cavalcanti¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recebido: 20/11/2015

Aprovado: 20/12/2015

Resumo: A proposta deste trabalho é fazer uma análise comparativa dos *websites* de três centros de documentação fundados entre as décadas de 1970-1980 em ambientes universitários. O objetivo do trabalho é verificar a forma como eles organizam a informação disponibilizada online e gerenciam o processo de transferência desta informação na internet, comparando as formas como este processo ocorre em cada um deles. Para a realização de nossa análise organizamos as variáveis de acordo como elas são apresentadas e agrupadas na publicação do Conselho Nacional de Arquivos, que orienta sobre a criação de *websites* de arquivos. Almejamos, com isto, verificar se estes *websites* seguem os parâmetros estabelecidos para a transferência eficiente da informação buscada pelos usuários.

Palavras-chave: Centros de Documentação; Organização; Informação.

A COMPARATIVE STUDY OF THREE DOCUMENTATION CENTRE UNIVERSITY WEBSITES

Abstract: The purpose of this study is make a comparative analysis of websites of three documentation centers founded between the decades of 1970-1980 in university settings. The objective is to see how they organize the information available online and manage the process of transferring this information in internet comparing the ways this process occurs in each. To conduct our analysis organize the variables according as they are displayed and grouped in the publication of the Conselho Nacional de Arquivos, which provides guidance on the creation of files's websites. We aim, with this, check these websites follow the parameters set for the efficient transfer of information sought by users.

Keywords: Documentation Centers; Organization; Information.

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa empreendida durante a realização do doutorado no PPGCI/IBICT-UFRJ,² entre os anos de 2011 e 2014. A tese resultante desta pesquisa teve como objetivo primeiro identificar e analisar os fatores que contribuíram para o surgimento dos centros de documentação nas décadas de

¹ Endereço de correspondência: IEN. Rua Hélio de Almeida, 75 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ - Brasil. E-mail: marciacavalcanti@gmail.com.

² Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, que é desenvolvido em associação ampla entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

1970/80 dentro de espaços acadêmicos, mais especificamente nas universidades, frente o contexto político e social que se instalou no Brasil de 1964 até 1985. Estes centros se configuravam em espaços que cumpriam a função de documentar a experiência adquirida pelos indivíduos e grupos em suas vivências individuais, coletivas, políticas, jurídicas etc., e eram um misto de arquivos, bibliotecas e museus.

Nossa escolha por trabalhar com centros de documentação ocorreu a partir da percepção de que estes surgem e se proliferam no período da ditadura, sendo justamente esta característica a que mais nos chamou atenção, visto que estes centros criados em ambientes universitários se voltavam, prioritariamente, para a preservação da memória de atores sociais que seriam vistos como indignos de terem sua trajetória valorizada.

Em virtude da dificuldade de deslocamento constante, para a seleção dos centros que iriam compor nosso objeto de estudo escolhemos aqueles que possuíam *websites*, escolha feita após levantamento realizado através do uso de mecanismo de busca *online*. E consideramos interessante incluir um capítulo que analisa e compara como estes centros disponibilizam as informações para consulta na web, e deste capítulo surgiu este artigo. Propomo-nos comparar como esses diferentes centros se comportam no espaço virtual em seu processo de transferência de informações.

Os centros que fazem parte de nosso estudo são o Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL); Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC); Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Com a utilização crescente das tecnologias de informação, as instituições/organizações têm procurado se fazer presentes além de suas fronteiras físicas por meio da Internet. Neste sentido, serviços são criados e ofertados sob demanda ou não, e se tornam visíveis em muitas dessas organizações brasileiras, proporcionando uma mudança no perfil e atuação das mesmas.³

³ OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SCHENKEL, Marília Beatriz de Castro; SILVEIRA, Celoi da. Critérios para avaliação de conteúdo dos sites dos arquivos públicos estaduais do Brasil. II CIBERÉTICA - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA; VIII ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA/ENIDJ; XXII PAINEL

Aqui surgiu uma dúvida: o correto seria usar *website* ou portal? Inicialmente, "Um site, ou *website*, é um conjunto de documentos em linguagem HTML e outras linguagens de scripts, e um portal seria um conjunto maior de sites".⁴ Assim, um *website* é formado por um conjunto de páginas, ou hipertextos, que obedece uma estrutura hierárquica que não necessariamente irá direcionar sua leitura, e que tem como principal objetivo organizar e facilitar, ao público, o acesso à informação disponibilizada. Consideraremos, aqui, todas as páginas dos centros de documentação analisados como *websites*, pois é com esta descrição que elas melhor se encaixam.

Os centros de documentação: apresentação

Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL)

O Arquivo Edgar Leuenroth – AEL foi o primeiro centro de documentação brasileiro de História Social a se constituir, no ano de 1974, durante o período da ditadura. Sua origem ocorreu quando a Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP comprou da família de Edgar Leuenroth, um pensador anarquista e militante das causas operárias, toda a coleção de documentos impressos por ele reunidos, com o intuito de criar um arquivo de História Social. Mesmo tendo o interesse em adquirir, desde sua criação, a guarda de conjuntos documentais oriundos de outras fontes e coleções para permitir o acesso do público, ele manteve o nome de seu patrono como forma de reconhecer sua trajetória. A justificativa de sua compra era formar um centro de documentação que disponibilizasse as fontes primárias necessárias aos trabalhos de pesquisa do recém-criado Programa de Pós Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Fato bastante insólito para a época – uma universidade pública comprar

BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 2, 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n], 2003. p. 4.

⁴ PEREIRA; BAX, 2002, p. 4 apud FERREIRA, Jociene Carla Bianchini; PEDRINI, Igor Aparecido Dallaqua; LOPES, Vinicius. Webjornalismo regional e a questão da territorialização: uma revisão de conceitos. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 40-54, ago/dez, 2014.

documentos que normalmente teriam sido destruídos ou destinados aos porões da polícia. Mais insólito ainda foi que, a partir dessa compra, teve início um arquivo de história social centrado, nos primeiros tempos, na documentação referente ao movimento operário e às correntes de esquerda.⁵

Quando o AEL comemorou seus 30 anos de existência, em 2004, foi publicada uma reportagem no Jornal da Unicamp sobre a ocorrência de uma mesa redonda com os seus fundadores. Dentre as pessoas mencionadas, o professor do Departamento de História Marco Aurélio Garcia, um dos fundadores do AEL juntamente com Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, afirma que os rumos que foram tomados e o tipo de pesquisa que o AEL acabou por suscitar e abrigar estão diretamente ligados com o ambiente histórico que cercou sua criação: “Tendo nascido em meio ao regime militar, a principal preocupação do AEL foi com os movimentos sociais, particularmente o movimento operário e suas correntes políticas e ideológicas.”⁶ Para ele, foram os movimentos sociais surgidos com vigor nos anos de 1970 que despertaram, ou deram maior visibilidade, a temas que, até então, não tinham sido considerados como possíveis de se estudar na historiografia brasileira até aquele momento.

O AEL funcionou de forma parcialmente clandestina por um período de quase 12 anos. Desde o início sua preocupação foi preservar e captar a documentação existente no Brasil sobre o movimento operário, tornar essas fontes acessíveis ao pesquisador, como também facilitar a consulta do material existente fora do Brasil, através da compra ou da permuta de cópias, ou até mesmo do recebimento de doações. Nesses 12 anos ele foi considerado um hóspede intruso no IFCH, nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro,⁷ sendo ameaçado de despejo toda semana, além de ameaças de bomba e de incêndio. Como forma de preservar seu acervo foram feitas cópias em microfilme que foram enviadas até mesmo para fora do Brasil, como medida de segurança. Nos anos de 1980 houve uma ampliação dos

⁵ ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; BATALHA, Cláudio H. M. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 1999. cap. 5, p. 65-77. p. 66.

⁶ SUGIMOTO, Luiz. Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 11 a 17 de outubro de 2004. [s. p.]

⁷ Idem.

temas que compunham o seu acervo e em 1986 ele foi finalmente institucionalizado, saindo da “semiclandestinidade”.

Na medida em que aumentavam a sofisticação e a complexidade dos estudos sobre os movimentos sociais, o AEL passou a ampliar seu acervo e também incentivou os pesquisadores a investirem em trabalhos afins. Além do acervo que lhe deu origem recebeu outros referentes à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, e também incorporou outros documentos referentes a novas temáticas.

O AEL publica desde 1992 a revista “Cadernos AEL”; desde 1999 o “Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth: o AEL via Internet” e o “Catálogo de Resumos: teses e dissertações: pesquisas no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth”. Também edita regularmente inventários, guias de fontes e outros instrumentos de pesquisa. Oferece o serviço de pesquisa *online* para o acesso ao seu acervo com o intuito de permitir aos usuários avaliar a utilidade dos documentos disponíveis para sua pesquisa.

Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC)

Fundado em 1980, a partir da iniciativa de um grupo de professores, num contexto de grande vitalidade da reflexão na área das ciências humanas e de afirmação da Pós-Graduação na Universidade, o Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC) é uma unidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, tendo sua trajetória entrelaçada com a da própria universidade.

Segundo Cruz e Tessitore,⁸ a PUC-SP se firmou como um polo de resistência ao autoritarismo e atuou ativamente durante todo o processo de redemocratização que se inicia na década de 1980, se definindo como uma instituição universitária comunitária ao aliar “projetos de promoção da qualidade acadêmica ao diálogo

⁸ CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Projeto História**, São Paulo, n. 40, jun. 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6139/4460>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

com as questões sociais e políticas mais urgentes da sociedade brasileira”.⁹ Ao longo de sua atuação, a PUC-SP incorporou ao seu acervo conjuntos documentais importantes para a memória social brasileira, sendo que este acervo está intimamente relacionado à sua atuação acadêmica, política e cultural.

O CEDIC se estruturou como centro de documentação da PUC-SP, tendo por objetivo dar suporte à pesquisa acadêmica e às atividades de ensino e de extensão da própria instituição. Mas a partir de 1986, com a implantação de um Grupo de Trabalho formado para avaliar a sua trajetória, algumas reformulações foram feitas com relação aos seus objetivos e atividades, sendo uma de suas principais propostas a formação de acervo documental que reunisse o material produzido pelas pesquisas desenvolvidas na universidade, além de sua abertura para receber acervos oriundos do movimento social. Esse redirecionamento de seus objetivos e atividades o levou a impulsionar o trabalho com a memória e a preservação documental.¹⁰ Medidas estruturais foram tomadas para que o CEDIC passasse a ter condições de armazenar e tratar adequadamente o acervo documental resultante dos projetos de pesquisa que se encontravam dispersos em diferentes espaços da universidade, e até mesmo fora dela. Originam-se, aí, os fundos e coleções que compõem seu acervo, e que incluem diferentes formas de registros: material iconográfico, audiovisual, documentos manuscritos e impressos etc.

O CEDIC reúne, trata e disponibiliza conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja e movimentos de educação, que incluem: movimentos urbanos e rurais, organizações negras, culturas e povos indígenas, grupos sindicais, comunidades de base, grupos de bairros, vilas operárias, cortiços, favelas, loteamentos clandestinos, questões que envolvem o menor, os velhos, a mulher, organização de creches, cultura popular, práticas religiosas etc.¹¹

Por ser um centro de documentação inserido numa instituição universitária, seu funcionamento está diretamente ligado aos questionamentos suscitados no interior do espaço acadêmico. Sendo assim, a ampliação destes questionamentos

⁹ Ibidem. p. 424.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Idem.

irá ocasionar mudanças em seu perfil temático, que passará a abarcar questões sociais, políticas e culturais e dos movimentos por direitos humanos.

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)

O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, AMORJ, foi criado oficialmente em 1987, mas já vinha se constituindo desde 1986, como complemento da pesquisa financiada pela FINEP sobre trabalhadores industriais cariocas e fluminenses, intitulada “O trabalhador carioca – Produção e Reprodução da Classe Trabalhadora do Rio de Janeiro”. Da sua instalação inicial, em uma sala no 4º andar do IFCS, o AMORJ se transferiu para o primeiro andar, vinculando-se ao Laboratório de Pesquisa Social/LPS, que foi estruturado de forma definitiva ainda em 1986, com a implantação dos núcleos temáticos de pesquisa. Atualmente é um núcleo de pesquisa e documentação ligado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGAS, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS/UFRJ, voltado para a recuperação, registro e preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações.

Segundo o Informe Sobre o “Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro”, n.º 1 – maio de 1988, são apresentados como objetivos do AMORJ:

Dotar o Laboratório de um arquivo que possa colher e tratar toda a documentação produzida pelas pesquisas e enriquecê-la, para colocá-la à disposição da comunidade acadêmica e do público em geral, incluindo-se setores do operariado que encontrariam no Arquivo informações relacionadas às suas atividades, movimentos, sua própria produção, etc.¹²

Podemos observar, através dos objetivos acima, que o AMORJ é um centro de documentação e pesquisa que se dedica a: colher documentação a partir das temáticas por ele definidas; tratar tecnicamente essa documentação; tornar essa documentação acessível para a comunidade acadêmica (professores, pesquisadores, alunos) e a comunidade em geral.

¹² INFORME sobre o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, n. 1, mai., 1988. p. 1.

O AMORJ possui um acervo composto por documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados); documentos impressos (livros, jornais, revistas, folhetos, panfletos); documentos visuais e sonoros (cartazes, fotografias, fitas-cassete e de vídeo). Esses documentos reunidos formam fundos e coleções ligados à classe trabalhadora e setores populares, bem como coleções particulares de lideranças sindicais e políticas.

Uma particularidade do AMORJ é o fato de que nele estão representados aspectos da parcela mais anônima da sociedade brasileira, que são os trabalhadores em geral. Assim, este acervo permite trazer à tona “novas” velhas histórias individuais e coletivas, ou seja, o trabalhador enquanto um personagem, “novos” heróis escondidos de nossa história.

Mesmo tendo o nome de arquivo, o AMORJ pode ser tipificado como um centro de documentação “em um sentido mais elástico”, na medida que (esses centros) implementam e mantêm variadas áreas de trabalho: arquivística, biblioteconômica e, mais raramente, museológica.¹³

O AMORJ tem dado ênfase na publicação de instrumentos de pesquisa e de referência e consulta, tais como catálogos, guias, inventários, dentre outros, que identificam, localizam, resumem ou transcrevem acervos, títulos de publicações etc., que possam dar suporte a outros esforços de investigação e preservação da memória dos trabalhadores.

Os centros de documentação na era virtual: os *websites*

As mudanças ocorridas na sociedade em consequência da ampliação do acesso dos indivíduos à internet atingem, obviamente, os processos de transferência da informação, além de todas as instituições que trabalham com a guarda, processamento e compartilhamento de documentos. Se antes os usuários precisavam se deslocar de casa até uma destas instituições, hoje eles já podem fazer sua pesquisa, muitas vezes, de casa, bastando que tenham acesso à rede.

¹³ GOMES, Sandra Lucia Rebel. **Lugares de memória e informação:** os arquivos e centros de documentação sobre trabalho, trabalhadores e suas organizações. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1996. p. 69.

Além da facilidade proporcionada aos usuários, a popularização da internet também se transformou em um meio para aumentar a visibilidade destas instituições e dos serviços que elas oferecem.

A grande superposição de tecnologias e meios eletrônicos capazes de ajudar indivíduos ou grupos nessa corrida infinda contra o esquecimento possibilitou ao homem comum e aos grupos em geral o poder de estocar informações e disseminá-las com a mesma amplitude e velocidade que as adquiriu.¹⁴

Mas se todo esse cenário gera facilidades, também cria desafios para estas instituições. No caso dos arquivos, e conseqüentemente dos centros de documentação, o planejamento, criação e gerenciamento de um *website* implica em oferecer aos usuários serviços que já existiam antes de sua criação, de forma total ou parcial, além de criar outros não existentes.¹⁵ Além disso, acreditamos que essas instituições, ao oferecerem aos usuários uma maior facilidade de consulta ao acervo, vão passar a estabelecer com eles uma relação “virtual”, sendo essencial desenvolver instrumentos que possibilitem detectar as necessidades destes usuários e a melhor forma de atendê-las.

Segundo as “Diretrizes para construção de websites de instituições arquivísticas”, documento elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos/CONARQ:

O website de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física.¹⁶

¹⁴ PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Memória e legitimidade no mundo sindical:** usos políticos do passado no circuito Brasil e França (1970/2010). Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 195.

¹⁵ JARDIM, José Maria. Entre o local e o virtual: os arquivos municipais na Internet. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 2002, Rio de Janeiro, 2002. p. 4.

¹⁶ DIRETRIZES gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Dezembro/2000. p. 4.

Sendo o ciberespaço o local de uma explosão da memória, e os diversos *websites* que o habitam portas de entrada e de saída por onde circulam grandes quantidades de informações,¹⁷ estes locais virtuais possibilitam o acesso de diferentes pessoas à memória disponibilizada por estas instituições. Pimenta, ao analisar *websites* ligados ao movimento sindical, relaciona o mundo virtual a uma ideia de segurança:

A comunicação sindical aliada ao incremento da tecnologia virtual possibilita que se dissemine essa idéia de segurança em um lugar – não tangível do ponto de vista material como são as prateleiras de arquivos, os livros e caixas de papéis – onde essa memória “salva” encontra novos formatos estabelecidos através das imagens e dos *hipertextos*, capazes de realizar uma espécie de “desdobramento” ou salto para outra imagem ou informação que está lá sempre em tempo real não importando o lugar de onde os acessamos.¹⁸

No caso dos três centros de documentação cujos acervos se constituem de documentos relativos a momentos controversos da nossa história, com muitos desses acervos até mesmo incompletos por conta da destruição sofrida durante esses momentos, e que estariam à mercê de questões/posições políticas ainda hoje, cremos que sua “virtualização” significa, sim, uma garantia à sua preservação. Entendendo-se virtualização não só como digitalização do acervo para disponibilizá-lo, mas também as diversas formas possíveis de atuação destes espaços dentro da sociedade da informação.

Em 2000 o “Livro Verde” já previa a ampliação do espaço de atuação dessas instituições de memória para o mundo virtual, criando assim um novo espaço de uso e transferência da informação.

Os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação cumprirão papel estratégico. Viabilizarão, para pessoas e comunidades não diretamente conectadas, o acesso público, gratuito e assistido aos conteúdos da Internet. Reproduzirão, na Internet, a função de operar

¹⁷ PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Memória e legitimidade no mundo sindical:** usos políticos do passado no circuito Brasil e França (1970/2010). Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 195.

¹⁸ Ibidem. p. 196-197.

coleções de conteúdos organizados segundo metodologias e padrões de seleção e qualidade.¹⁹

Pretendemos apresentar, a seguir, uma comparação dos *websites* destes centros seguindo os critérios que consideramos relevantes a partir do trabalho de Mariz ²⁰ e das “Diretrizes para construção de websites de instituições arquivísticas”.²¹ Para a realização de nossa análise organizamos as variáveis de acordo como elas são apresentadas e agrupadas nas “Diretrizes...”, divididas em 3 grupos, cada um nomeando uma das tabelas abaixo. Além disso, nos interessa também as características de cada um dos sites dos centros de documentação selecionados, os seus conteúdos e os tipos de serviços oferecidos.

Almejamos, com isto, analisar se estes *websites* seguem os parâmetros estabelecidos para a transferência eficiente da informação buscada pelos usuários. Esta publicação recomenda alguns cuidados na preparação dos *websites* para facilitar a navegação dos usuários:

Há elementos relativos a *conteúdos* gerais e especificamente arquivísticos e aqueles referentes a *desenho e estrutura* do *website*. Estes aspectos encontram-se profundamente inter-relacionados e sob as características da dinâmica inerente à Internet no que se refere às constantes alterações nas informações dos *websites* (ainda que em ritmo diferenciado segundo o tipo de instituição) e nas próprias tecnologias da informação.²²

A criação de um *website* de qualidade que possa realmente atender as necessidades de seus usuários é uma característica de extrema relevância, visto que muitas vezes o grande volume de informações disponíveis e recuperadas pelos mecanismos de busca acabam por dificultar a localização de uma informação específica. Além da qualidade, outra necessidade premente é que estes *websites* sejam frequentemente avaliados tanto pela instituição quanto pelos usuários.

¹⁹ TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 65.

²⁰ MARIZ, Anna Carla Almeida. **Arquivos públicos brasileiros**: a transferência da informação na internet. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

²¹ DIRETRIZES gerais para... Op. Cit.

²² Ibidem. p. 5.

Diante da dificuldade em encontrar trabalhos que abordem os centros de documentação dentro da perspectiva desejada, muitas vezes precisamos recorrer aos textos sobre arquivos. A metodologia empregada para verificar cada um dos critérios apresentados em cada tabela consistiu em uma análise aprofundada e minuciosa dos *websites* selecionados. Como ocorre em quase todo processo de pesquisa, encontramos certas dificuldades para identificar os itens que deveriam ser analisados, o que pode ter gerado alguma informação incorreta, mesmo não sendo esta nossa intenção.

Resultados: apresentação e análise

Tabela 1: Conteúdo – aspectos gerais

	AEL	CEDIC	AMORJ
Informações sobre os objetivos do <i>website</i>	Não	Não	Não
Informações sobre a instituição: histórico, competências, estrutura organizacional, programas de trabalho, quadros diretores (e-mails e telefones), endereço físico da instituição e formas de acesso	Sim	Sim	Sim
Informações sobre os serviços prestados via web, por correspondência ou no local:	Sim	Sim	Sim
Adequação da linguagem utilizada, evitando-se termos técnicos pouco conhecidos	Sim	Sim	Sim
Informações sobre a existência de conteúdos do <i>website</i> (relatórios, manuais, normas, imagens etc.) em documentos impressos (e, nesse caso, como tais documentos podem ser obtidos)	Sim	Sim	Sim
Informações sobre material protegido por <i>copyright</i>	Sim	Não	Não
Informações sobre o responsável pelo conteúdo da página (incluindo seu e-mail)	Sim	Não	Não
Links atualizados, relacionados à administração pública na qual se insere a instituição arquivística	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Informações sobre programas, planos, projetos e relatório anual da instituição (possibilitando o download, conforme	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

critérios da instituição)			
Utilização de normas técnicas de citação vigentes	Sim	Sim	Sim
	SIM: 7 NÃO: 1	SIM: 5 NÃO: 3	SIM: 5 NÃO: 3

Os itens que compõem o grupo **Conteúdo – aspectos gerais** podem ser considerados como aqueles que dão uma primeira impressão a respeito da funcionalidade do *website* e sua relação com seus usuários. Totalizam dez itens, sendo que dois não se aplicam às instituições analisadas.

Para que o visitante faça um bom uso do site e conseqüentemente da instituição arquivística, é necessário que ele seja informado sobre o que é o arquivo e o tipo de informação que ele pode obter na instituição. O site deve conter esse tipo de esclarecimento visando contextualizar a documentação e as condições de surgimento do acervo. A página de abertura é o ponto de partida aos vários conteúdos e páginas dos sites. A partir dela é determinado o caminho a ser seguido por cada usuário.²³

Os centros de documentação analisados atendem à metade dos itens. Nenhum dos centros informa qual o objetivo da criação do *website*, e apenas o AEL possui um profissional identificado como o responsável pelo conteúdo da página, o que nos leva a supor que ele disporia de mais recursos (em forma de verba ou de pessoal qualificado) do que os outros centros.

Todos os *websites* possuem informações sobre o histórico dos centros de documentação, que, segundo Mariz, pode estar relacionado ao forte caráter histórico destas instituições. Também está associado, para nós, à necessidade de afirmar sua identidade de centro de documentação e de uma delimitação de seu espaço como mais um local de memória, além de uma busca de valorização das memórias dos atores sociais que representam.

O AEL é o único que dispõe de informações a respeito da reprodução dos documentos, que é permitida desde que o usuário assine um termo de responsabilidade que não viole a legislação em vigor. Os outros centros não

²³ MARIZ, Anna Carla Almeida. Op. Cit., p. 133.

abordam essa questão, talvez por suporem que o usuário já deva ter conhecimento sobre isso.

Outro item importante presente nos *websites* analisados é sobre o endereço físico da instituição, os telefones, as formas de consulta e como chegar ao local. Isso é muito importante porque muitos documentos acabam estando disponíveis apenas fisicamente, e a pesquisa *in loco* ainda é predominante nesses espaços.

Tabela 2: Conteúdo – aspectos arquivísticos. Informações sobre:

	AEL	CEDIC	AMORJ
Acervo (características gerais, datas-limites, quantidade, tipologia etc.)	Sim	Sim	Sim
Instrumentos de pesquisa (instrumentos de pesquisa <i>on-line</i> , instrumento de pesquisa <i>on-line</i> em base de dados, instrumentos de pesquisa não disponíveis <i>on-line</i> , outras bases de dados)	Sim	Sim	Sim
Estrutura de funcionamento do atendimento ao usuário: horário de funcionamento, formas de atendimento	Sim	Sim	Sim
Serviços arquivísticos prestados (obtenção de cópias de documentos, p. ex.) tanto no local como via <i>e-mail</i> (não se trata do <i>e-mail</i> do <i>webmaster</i> , mas sim do responsável pelo atendimento ao usuário)	Sim, no local	Sim, no local	Sim, no local
Métodos de trabalho arquivístico; arranjo e descrição dos documentos, avaliação e transferência, emprego de tecnologias da informação etc.	Sim	Sim	Sim
Legislação arquivística (regras gerais de acesso, restrições, privacidade, possibilitando o <i>download</i> desses documentos, conforme critérios da instituição), modalidades de atendimento, tempo previsto de resposta etc.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Além das informações anteriores, outros recursos podem ser oferecidos no <i>website</i> : biblioteca virtual sobre temas arquivísticos; glossário de termos arquivísticos; perguntas e respostas (FAQ – <i>Frequently Asked</i>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

<i>Questions</i>) sobre temas arquivísticos; <i>links</i> arquivísticos (atualizados); publicações arquivísticas (possibilitando o <i>download</i> , conforme critérios da instituição)			
	SIM: 5 NÃO: 0	SIM: 5 NÃO: 0	SIM: 5 NÃO: 0

O grupo **Conteúdo – aspectos arquivísticos** é composto por sete itens que estão relacionados à organização geral do acervo. Do total, apenas dois itens não se aplicam aos *websites* dos centros selecionados, e os outros cinco itens são atendidos por todos os *websites* analisados.

A importância da apresentação de informações sobre o acervo nos sites reside no fato de esta determinar a ida ou não do usuário ao arquivo. Se este divulga seus fundos, que tipos de documentos contém, assuntos e datas-limite, permite que o usuário tenha uma informação preliminar sobre o acervo, o que faz com que ele possa decidir sobre as vantagens e desvantagens de sua ida ao arquivo.²⁴

Com relação aos serviços arquivísticos prestados, são oferecidos por todos os centros selecionados, mas apenas no local, o que mostra uma falha no atendimento ao usuário e ao acesso à informação, e faz destes *websites* eficientes até certo ponto. Para Mariz,²⁵ o fato de oferecerem serviços arquivísticos apenas no local demonstra que o objetivo principal do *website* é mesmo o de servir como instrumento de divulgação.

Um ponto positivo é que todos os *websites* disponibilizam instrumentos de pesquisa *online*, o que facilita muito a pesquisa e o trabalho do pesquisador. Se ele não encontra o material que está pesquisando já pode descartar a ida ao centro de documentação, economizando tempo.

Tabela 3: Desenho e estrutura

	AEL	CEDIC	AMORJ
Domínio: é recomendável evitar o uso de siglas, quando elas não são conhecidas do público. Quando do uso de siglas, privilegiar a que seja mais conhecida do público	http://www.w.ael.ifch.unicamp.br/site-ael/	http://www.w.pucsp.br/cedic/	http://www.w.ifcs.ufrj.br/~amorj/

²⁴ MARIZ, Anna Carla Almeida. Op. Cit., p. 136.

²⁵ Ibidem.

Mapa do <i>website</i> ²⁶	Não	Não	Não
Mecanismo de busca do <i>website</i>	Não	Não	Não
Contador de acessos ao <i>website</i>	Sim	Não	Sim
Data de criação do <i>website</i>	Sim Novembro de 2009.	Não	Sim 2006
Data da última atualização do <i>website</i> e das suas respectivas páginas	Não	Não	Não
Mudanças na URL do <i>website</i>	Não	Não	Não
Indicação de responsável pelo <i>website</i> e seu <i>e-mail</i>	Sim	Não	Não
Utilização de uma seção do tipo "Novidades", indicando mudanças recentes no <i>website</i> (de conteúdo ou formato)	Sim Na página inicial	Sim Eventos e Notícias	Sim O AMORJ informa
Precisão gramatical e tipográfica	Sim	Sim	Sim
Legibilidade de gráficos com dados estatísticos e outras imagens	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Garantias de segurança no acesso quando da transmissão de dados, especialmente os de caráter sigiloso ou aqueles relativos à privacidade do usuário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Utilização, opcional, de outro idioma	Sim A escolha é feita quando o usuário se cadastra.	Não	Não
Utilização de um cardápio de navegação (<i>toolbar</i>) em todo o <i>website</i>	Sim	Não	Não
Utilização de instrumentos de pesquisa <i>on-line</i> em dois níveis (um geral – com poucos campos de preenchimento – e outro para usuários mais especializados)	Sim – os dois tipos	Sim – nível geral	Não
Utilização de formulários eletrônicos <i>on-line</i> para solicitação de serviço	Não	Não	Não
Salas de <i>chat</i> , possibilitando a programação de reuniões informais sobre temas específicos com usuários de diversas áreas	Não	Não	Não

26 O mapa do *website* é a representação gráfica de sua estrutura, onde é mostrada a distribuição do conteúdo por áreas e o caminho mais simples a ser percorrido pelo usuário para se chegar a uma determinada informação.

Utilização, em todas as áreas do <i>website</i> , da opção de voltar para a página anterior e/ou página principal, desvinculada das funções do <i>browser</i> utilizado pelo usuário	Sim Voltar para a página anterior ou principal	Sim Voltar para a página inicial	Sim Voltar para a página inicial
Utilização de imagens de baixa resolução e pequenas dimensões (<i>thumbnail images</i>) com a opção de acesso às imagens ampliadas e com maior resolução	Sim	Não	Sim
Utilização de <i>download</i> para disponibilizar – de forma compactada – documentos institucionais de grande dimensão (em formatos TXT, RTF, ou PDF)	Sim (PDF)	Não	Sim (PDF)
Instruções para facilitar o <i>download</i> : especificações sobre tamanho do arquivo, formato(s)	Não	Não	Não
Opção de navegação do <i>website</i> sem imagens ou animações (tornando mais rápido o acesso)	Não	Não	Não
Utilização de leiautes de fundo simples	Sim	Sim	Sim
Adequação no uso de frames (com alternativa para o não uso desse recurso)	Não	Não	Não
Opção de versão textual no caso de uso de som (entrevistas, discursos etc.)	Não	Não	Não
Adequação dos títulos das páginas, facilitando a compreensão dos conteúdos	Sim	Sim	Sim
Utilização de ilustrações que efetivamente valorizem e auxiliem os objetivos do <i>website</i>	Sim	Sim	Sim
Utilização de recurso gráfico visível na menção da URL dos links citados	Não	Não	Não
	SIM: 14 NÃO: 11	SIM: 7 NÃO: 18	SIM: 10 NÃO: 15

O grupo **Desenho e estrutura** analisa a acessibilidade e facilidade de navegação no *website*. É composto de vinte e sete itens sendo que destes apenas dois não se aplicam aos *websites* analisado.

A importância desse aspecto reside em que o usuário deve encontrar o que procura com facilidade, simplicidade e agilidade. Além disso, o site deve transmitir as idéias com clareza e organização e permitir navegação e interfaces agradáveis. Dificuldades, lentidão e problemas técnicos prejudicam a relação do usuário com o site.²⁷

No total dos itens analisados podemos constatar que apenas o *website* do AEL tem mais respostas sim (14) do que não (11), seguido pelo AMORJ. Os itens mapa do *website* e mecanismo de busca do *website* não existem em nenhum deles, fazendo com que uma visão geral do seu conteúdo e uma busca mais específica em seu acervo sejam dificultadas.

Apenas o CEDIC não possui o recurso contador de acesso ao *website*, e o AEL permite que o usuário faça *login* quando navega, sendo esta também uma forma de saber quais usuários estão acessando mais a página.

O CEDIC não informa a data de criação do *website* e em nenhum deles encontramos a data de sua última atualização, um dado importante para dar credibilidade ao seu conteúdo, segundo Mariz.²⁸

O AEL é o único que disponibiliza informações sobre o responsável pelo conteúdo da página e seu *email*. Isso evidencia a existência de uma estrutura mais organizada, além de verba e funcionário/equipe específicos para a manutenção do site.

Todos os *websites* possuem um espaço reservado para divulgar informações mais atuais de coisas que estão acontecendo, como eventos, notícias. Mas apenas o AEL apresenta esta seção em sua página inicial. Podemos supor que ele domina competências informacionais necessárias para divulgar informação de forma proveitosa.

A utilização de outro idioma é importante para analisarmos a acessibilidade ao *website*. Apenas o AEL fornece esse recurso, mas a escolha do idioma deve ser feita no momento em que o usuário faz seu cadastro, que é algo opcional, pois ele pode navegar mesmo sem ter se cadastrado.

²⁷ MARIZ, Anna Carla Almeida. Op. Cit., p. 139.

²⁸ Ibidem.

O AMORJ é o único que não dispõe de instrumentos de pesquisa *online*. A consulta é no local, e nesse caso ele funciona mais como um repositório, um local que possibilita a recuperação da informação de maneira vertical.

Nenhum dos *websites* possui formulários eletrônicos *online*, salas de *chat*, instruções para facilitar o download de arquivos, opção de navegação sem imagens (embora os leiautes sejam simples e facilitem a navegação) e uso de som e de recursos gráficos visíveis ao acessarem a URL dos *links* citados.

O recurso de voltar para a página anterior ou para a página principal sem precisar utilizar o *browser* apenas é possível no *website* do AEL; no CEDIC e no AMORJ a opção existente é de retornar para a página principal. E apenas o CEDIC não permite o *download* de documentos.

Considerações finais

Um dos caminhos que enxergamos como possível para os acervos dos centros de documentação alcançar uma durabilidade é a sua inserção no espaço digital, o que acreditamos que venha aumentar e potencializar o seu uso e o acesso às informações que disponibilizam. Ao falarmos de espaço digital entendemos que ele se constitui em um local outro, com características que o diferenciam do espaço físico em que vivemos, e por isso ele não é uma cópia do nosso mundo.²⁹

As possibilidades presentes no espaço digital para satisfazer as diferentes formas de interação entre os usuários dos centros de documentação e a informação são diversas, mas para que isso ocorra os *websites* criados precisam atender às exigências de usabilidade e acessibilidade, dois conceitos intrínsecos aos estudos de usuários. O crescimento exponencial da informação e de seus registros se apresenta como um problema crítico atingindo todas as esferas que compõem a vida social, e no espaço digital não é diferente.³⁰

²⁹ TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ci. Inf.** [online], v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000300009>>.

³⁰ LAZZARIN, Fabiana Aparecida; CARNEIRO, Naiany de Souza; SOUSA, Emília Augusta Alves de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Da informação à compreensão: reflexões sobre arquitetura da informação, usabilidade e acessibilidade no campo da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 231-244, 2012.

No fenômeno da explosão informacional podemos pressupor a existência de uma desordem que faz com que a compreensão da informação pelo usuário acabe sendo prejudicada, e por termos tantas informações disponíveis em tantos suportes diferentes se torna imprescindível, principalmente para o usuário do espaço digital, o uso de recursos que permitam ultrapassar as barreiras de acesso e uso da informação.

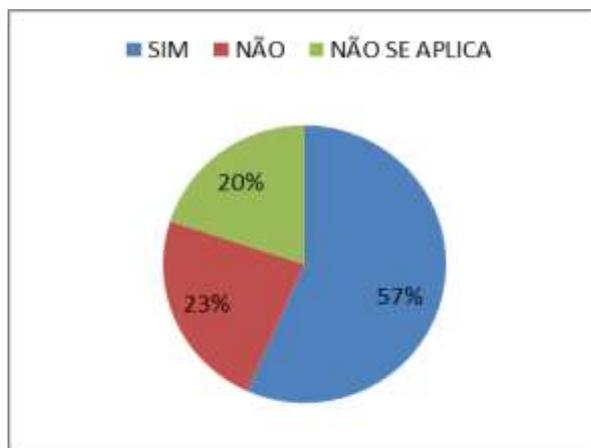
A usabilidade e a acessibilidade dos sistemas de informação devem ser consideradas como fatores condicionantes e determinantes, segundo Lazzarin,³¹ para a criação e estruturação de uma *interface* interativa, de boa qualidade, de fácil uso e acesso. A promoção de ambas se caracteriza pelo foco nos usuários no que se refere à prestação dos serviços de informação, como os serviços oferecidos pelos *websites* dos centros de documentação, já que a criação destes *websites* potencializa a expansão de seus usuários.

No período de criação dos centros de documentação, durante as décadas de 1970-80, o espaço digital ainda era insipiente no país, mas sua expansão posterior propiciou a inclusão destes centros com a criação de seus *websites* e ampliou sua atuação como espaços de memória. Cremos que a criação de *websites* para disponibilizar os acervos que compõem os centros de documentação permitiu que se alcançasse não apenas a durabilidade deste acervo, como também aumentou e potencializou o seu uso e o acesso às informações por eles geradas.

De acordo com o gráfico abaixo podemos observar que, de todos os critérios analisados nas três tabelas, mais da metade (57%) foi atendido. Do restante, praticamente a metade (20%) não se aplicava à nossa análise e somente 23% não foi atendido.

³¹ Ibidem. p. 238.

Representação gráfica da análise dos *websites* em porcentagens



De maneira geral, consideramos que os três *websites* analisados estão de acordo com os critérios apresentados pelas diretrizes do CONARQ, ocorrendo de forma satisfatória a transferência da informação nestes espaços e o atendimento às necessidades dos usuários. Ao compararmos os três podemos perceber que existe um equilíbrio entre os serviços que oferecem e o não atendimento aos critérios analisados.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; BATALHA, Cláudio H. M. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 1999. cap. 5, p. 65-77.

AVALIAÇÃO de Páginas Web. Documento Adaptado de: McLachlan, K. **WWW CyberGuide Ratings for Content Evaluation**. [on-line]. Available: <http://www.cyberbee.com/guide1.html> (20/09/99). Disponível em: <http://www.minerva.uevora.pt/web1/aval_paginas_web.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Projeto História**, São Paulo, n. 40, jun. 2010. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6139/4460>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

DIRETRIZES gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Dezembro/2000.

FERREIRA, Jociene Carla Bianchini; PEDRINI, Igor Aparecido Dallaqua; LOPES, Vinicius. Webjornalismo regional e a questão da territorialização: uma revisão de conceitos. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 40-54, ago/dez, 2014.

GALVAO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 54, mar. 2012.

GOMES, Sandra Lucia Rebel. **Lugares de memória e informação: os arquivos e centros de documentação sobre trabalho, trabalhadores e suas organizações**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1996.

INFORME sobre o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, n. 1, mai., 1988.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

__. Entre o local e o virtual: os arquivos municipais na Internet. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS**, 2002, Rio de Janeiro, 2002.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; CARNEIRO, Naiany de Souza; SOUSA, Emília Augusta Alves de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Da informação à compreensão: reflexões sobre arquitetura da informação, usabilidade e acessibilidade no campo da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 231-244, 2012.

LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. *In*: D. de MORAES (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet**. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SCHENKEL, Marília Beatriz de Castro; SILVEIRA, Celoi da. Critérios para avaliação de conteúdo dos sites dos arquivos públicos estaduais do Brasil. II CIBERÉTICA - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA; VIII ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA/ENIDJ; XXII PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 2, 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n], 2003.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Memória e legitimidade no mundo sindical:** usos políticos do passado no circuito Brasil e França (1970/2010). Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SUGIMOTO, Luiz. Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 11 a 17 de outubro de 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ci. Inf.** [online], v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000300009>>.

Sites consultados

Arquivo Edgard Leuenroth/AEL. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/>.

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro/AMORJ. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/>>.

Centro de Documentação e Informação Científica/CEDIC. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/cedic/>>.

Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm>.

Acesso em: 17 jun. 2014.